

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

LARA LINHALIS GUIMARÃES

**A identidade do povo brasileiro em cena:
a construção da brasilidade no discurso do JN**

Juiz de Fora
Fevereiro de 2009

LARA LINHALIS GUIMARÃES

**A identidade do povo brasileiro em cena:
a construção da brasilidade no discurso do JN**

Dissertação de Mestrado
Apresentada como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Comunicação Social
na Faculdade de Comunicação Social da
UFJF

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora
Fevereiro de 2009

*Ao homem comum, pelas cores e contornos múltiplos, pela força de muralha,
corpos de sonhos e margaridas
À Iluska Maria da Silva Coutinho, pelo zelo carinhoso
À minha família, pelo sentimento sublime
Aos meus amigos, pela inspiração eterna*

AGRADECIMENTOS

Cada linha deste texto está inebriada dos momentos de reflexão profunda sobre a imensidão do mundo nos quais estive mergulhada por inúmeras vezes, antes e durante a tessitura da obra. Eles me despertaram o desejo de explorar cada fragmento de realidade com sede de descoberta, e me fizeram compreender a pequenez da minha alma e corpo. São responsáveis por cada mergulho reflexivo, especialmente, algumas muitas pessoas com quem eu pude tecer um canal comunicativo aberto e sincero, seja pela fala, olhar, cheiro, pelo encontro da pele, ou por um complexo “eu te amo”. Cada uma delas sabe exatamente o valor que tem em tudo o que faço, tudo o que sou, em todos os meus sonhos, angústias, temores, em todas as belezas que vejo e aquelas que quero alcançar. Essas “algumas muitas pessoas”, não preciso dizer aqui seus nomes, são facilmente identificáveis: basta observar como olho para elas e lhes dou meu sorriso mais sincero.

Homem Comum

Ferreira Gullar

sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
sou como você
feito de coisas lembradas
e esquecidas.
rostos
e mãos.
sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo,
nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.
mas somos muitos
milhões de homens comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos
de sonhos e margaridas.



Piedra de Sol (trecho)

Octávio Paz

Soy outro, cuando soy, los actos míos
Son más míos se son también de todos
Para que pueda ser he de ser outro,
Salir de mí, buscarme entre los otros

RESUMO

A proposta dessa dissertação é perceber a constituição da identidade dos brasileiros por um telejornal a partir da análise das representações veiculadas ao longo de uma semana do Jornal Nacional (JN), compreendida entre os dias 22/09/2008 e 27/09/2008. Não se compreende esse retrato no sentido de fotocópia fiel, porque a mídia não vista como é espelho, mas sim como sistemas de representação. Observou-se para isso os artifícios discursivos (texto e imagem) que estão envolvidos no contorno das faces representativas da brasilidade, que contribuem para tecer o imaginário sobre o povo brasileiro, também em rede nacional. A pesquisa que oferece suporte empírico ao trabalho foi orientada pela seguinte questão: como o povo brasileiro é construído discursivamente no Jornal Nacional, tendo em vista o recorte empírico proposto? Os caminhos da análise foram norteados pela Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente a partir das contribuições de Norman Fairclough (2001), postas em diálogo com as discussões de pesquisadores do telejornalismo brasileiro. A hipótese inicial foi de que a identidade nacional construída cotidianamente no telejornal seria atravessada por uma visão romantizada do brasileiro. A partir dessa perspectiva e do papel de destaque que o JN ocupa nos lares brasileiros, foi possível acessar e entrever por meio da análise contornos de um rosto familiar.

Palavras-chave:

Comunicação, Telejornalismo, Identidade, Discurso, Povo brasileiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS NORTES DO OLHAR E AS IMPLICAÇÕES SOBRE O OBJETO DE PESQUISA	09
O FOCO DO OLHAR	13
1. QUAL A CARA DA CARA DA NAÇÃO? A IMAGINAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA.	18
1.1. A IMAGINAÇÃO DO POVO BRASILEIRO	35
2. O UNIVERSO AO REDOR: TELEVISÃO, JORNALISMO E IDENTIDADE NACIONAL	47
2.1 TELEVISÃO: OFERTAS DE PERSPECTIVAS	55
2.2 O MEIO E O DIÁLOGO	58
2.3 O IMAGINÁRIO NACIONAL EM TEMPO DE REDE GLOBO	65
3. O LOCAL DE CHEGADA COMO RUMO DE PARTIDA: TELEJORNALISMO E JORNAL NACIONAL	75
3.1. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTICIA NO JN	93
4. PROJEÇÕES IDENTITÁRIAS DA BRASILIDADE NO DISCURSO NO JORNAL NACIONAL	100
4.1 “PESQUISA MOSTRA A REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL”	116
4.2 “IBGE: AVANÇOS SOCIAIS E PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO”	124
4.3 “IBGE: FAMÍLIAS BRASILEIRAS MUDAM PROFUNDAMENTE”	133

4.4 “BRASIL TEM MILHÕES DE ANALFABETOS COM MAIS DE 40 ANOS”	139
4.5 “BRASILEIROS NÃO ESTÃO CONSEGUINDO PAGAR AS DÍVIDAS”	146
4.6 “FALTA QUALIFICAÇÃO AO TRABALHADOR BRASILEIRO”	152
4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE: PONTOS DE CONTATO E DISSONÂNCIAS ENTRE AS MATÉRIAS	158
5. NO FIM, O RUMO DE CHEGADA: O POVO BRASILEIRO NO JN E NOVAS POSSIBILIDADES REFLEXIVAS	167
6. REFERÊNCIAS	173
7. APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Os nortes do olhar e as implicações sobre o objeto de pesquisa

O espaço dessas linhas introdutórias está marcado mais explicitamente pelo lugar de fala desta pesquisadora. Ao propor aos leitores uma justificativa acerca da metodologia de pesquisa escolhida – os nortes do olhar – julguei necessário escrever em primeira pessoa do singular, pela tentativa de comunicar aos leitores o desenrolar de minha relação com a moldura de pesquisa escolhida, a Análise Crítica do Discurso (ACD). Tanto a concepção quanto o desenvolvimento da discussão aqui apresentada - cada linha, afirmação, ressalva e resultados - tiveram como norte as contribuições do lingüista Norman Fairclough, especialmente os apontamentos publicados no livro “Discurso e Mudança social” (2001).

Em um primeiro contato que tive com a proposta de Fairclough, ainda na graduação, intrigou-me especialmente a força que a palavra “crítica” emprestava à expressão total: Análise Crítica do Discurso. Esse encantamento inicial se deu porque está em consonância com o que idealizo em termos de reflexão e ação social, sendo uma postura crítica diante do mundo, acredito, necessária à melhoria das condições de vida do coletivo do qual fazemos parte. E isso inclui a disseminação de uma concepção de educação que ultrapasse uma via única de transmissão do saber, e incorpore o diálogo - o embate argumentativo e atento ao que pensa o outro - na construção de um conhecimento integrador da realidade, estimulante à movimentação das relações de poder que perpassam a sociedade em diversos níveis. Por vezes ingênua, por vezes radical por demais, o fato é que a crença na importância de se alimentar um olhar crítico sobre os diversos contextos nos quais estamos imersos simpatizou com a proposta de Fairclough, mesmo sem, à época, conhecer a fundo o que pensava o autor, baseando-me em muito, como disse, no simbolismo que exalava da

expressão “Análise Crítica do Discurso”. Assim, estavam lançadas as bases de uma parceria decisiva ao andamento de minhas pesquisas posteriores, certamente, mais afinadas com as entrelinhas de pensamento do autor.

O projeto que apresentei à seleção do Mestrado em Comunicação e Sociedade, do PPGCOM-UFJF, trazia como opção metodológica o trabalho de Fairclough, em diálogo com o que pensam sobre a temática estudiosos “das representações sociais, da relação mídia-sociedade, da linguagem e da cultura nacional e popular”, do modo como está dito no referido texto. Nos caminhos de reflexão propostos pela corrente dos Estudos Culturais, naquela época acessada em muito através da obra de Stuart Hall (2004), pude entrever um diálogo rico com as considerações de Fairclough, tornado o rumo do olhar desta pesquisadora. Nas discussões promovidas no âmbito das disciplinas do Mestrado, pude conhecer melhor a perspectiva teórica do Estudos Culturais e encantou-me a consideração de que as identidades se movimentam, transmutam em várias, e encharcam os sujeitos de diversidade, não sem atentar ao fato de que elas participam e estão inebriadas de conflitos relacionados às relações de poder que perpassam a sociedade.

Para que eu pudesse desenvolver esse diálogo teórico-metodológico de forma proveitosa, me lancei num estudo cuidadoso e atento - porém nunca “completo” - da obra de Fairclough (2001), entendendo o lugar de destaque e a amplitude que tomara em meu percurso acadêmico. Decidi não negar esse caminho constituinte do olhar, justamente por ser aberto e afim às discussões desenvolvidas no campo da comunicação, mais propriamente do telejornalismo.

Digo isso por que é sabido desta pesquisadora a importância de Michel Foucault para a clarificação dos imbricamentos entre discurso e poder, conceitos que perpassam também cada linha dessa dissertação, quando não, as entrelinhas. Já no início do livro “A ordem do discurso” (2008), o autor nos interpela com o lugar de partida de suas reflexões:

“(…) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos (....)” (FOUCAULT, 2008, p.8-9). Também Fairclough (2001) atribui grande importância à obra de Foucault ao dedicar um capítulo de seu livro ao teórico e suas considerações sobre a análise de discurso, principalmente na afirmação do caráter constitutivo do discurso, na importância dedicada às relações entre os sistemas discursivos, na crença na natureza discursiva do poder e no viés político do discurso.

Um desvelamento decisivo à manutenção da posição “hegemônica” de Fairclough na construção desse meu olhar se deu a partir da afirmação de Izabel Magalhães no prefácio à edição brasileira do livro “Discurso e mudança social” (2001), do referido autor: “a obra de Fairclough é inovadora quando propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social” (Magalhães, 2001, in: FAIRCLOUGH, p.10). O entendimento do que de fato se propunha Fairclough, quando de sua crença na relação constituinte entre discurso e sociedade, e, mais propriamente em relação à afirmação de que reordenações na prática discursiva estão ligadas a processos mais amplos de transformação social (FAIRCLOUGH, 2001, p.126-127); instigou-me um olhar menos apocalíptico sobre a relação entre linguagem e hegemonia. Se, como indica o autor, alguns trabalhos em análise de discurso desenvolvidos com base no pensamento de Pêcheux, seguindo tendência do pensamento de Louis Althusser¹, prezavam pela ênfase no modo “como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada” (FAIRCLOUGH, 2001, p.55); Fairclough se preocupa em entender “como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática” (FAIRCLOUGH, 2001, p.55).

¹ Louis Althusser fez diversas considerações teóricas sobre o papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado (1985) na reprodução da ideologia em uma sociedade, o que será mais bem compreendido em momento posterior dessa dissertação.

O desafio, com essa descoberta, seria ainda maior. Se eu alimentava uma tendência em ver o papel aprisionador da linguagem, no que diz respeito à reprodução de práticas, imaginários e grupos hegemônicos, comecei a exercitar um paralelo: a crença em seu poder libertador. Justamente por essa natureza paradoxal do que falamos, ouvimos, vemos ou sentimos, vi-me em terreno temível, porém fértil e estimulante. Faltava, entretanto, um diálogo mais estreito, menos ruidoso, com pesquisadores do telejornalismo, meu objeto empírico. A orientação da professora Iluska Coutinho, nesse sentido, foi essencial à construção de um corpo teórico e metodológico que estivesse afinado com as pesquisas atuais sobre telejornalismo.

Essas palavras, sobre o encontro com a obra de Fairclough e o encontro de Fairclough com pesquisadores da relação entre mídia e sociedade, são de grande valia nesse texto. Isso porque uma afirmação de Saussure, conhecida por mim através de texto de Eni Orlandi (2006) foi esclarecedora no que diz respeito aos meandros que sigo na dissertação. O método, para Saussure, “determina” o objeto. Orlandi dissecou a proposição de Saussure, e nos interpela com a afirmação: “as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato, ou acontecimento, dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades” (ORLANDI, 2006, p.15). Também Francesco Casetti e Federico di Chio entrevêm a relação constituinte entre método e objeto. Para eles, “a eleição do método de análise não é neutra, pois os diferentes enfoques produzem diferentes imagens do objeto que se está estudando”² (CASSETTI e CHIO, 1999, p.235, tradução nossa).

Essa constatação tem implicações profundas sobre toda a obra aqui apresentada, e esclarece em partes a construção/natureza de meu olhar e os resultados a que cheguei. O objeto sobre o qual me debrucei - que será especificado, em seu recorte, linhas a frente - não é um ente, um ser “hipostático”, que se instaura na realidade como dado concreto e com

² “la elección del método de análisis no es neutra, pues los diferentes enfoques producen diferentes imágenes del objeto que se está estudiando” (CASSETTI e CHIO, 1999, p.235).

caracteres inerentes, que tem nuances, contornos e intenções “naturais”, *a priori*. Ele é o produto de uma digestão lenta, prazerosa e dura de tantos autores, pessoas, viagens, filmes, conversas, desapegos, temores e esclarecimentos os quais me foram possíveis acessar desde sempre. E, por isso, o mesmo objeto de observação, quando investigado por outra pessoa, com outro repertório, traria, certamente, outras reflexões, considerações, hierarquias de importância. Seria outro objeto. E aí está a riqueza de se fazer pesquisa: fornecer olhares múltiplos sobre a realidade.

O FOCO DO OLHAR

O processo de criação do sentimento de pertença a certo território, a certa coletividade, bem como a maneira como se desenvolvem as transformações em relação às nacionalidades no contexto atual, instiga olhar para além da superfície, em mergulho nas estruturas significantes. Nesse mergulho, podemos entrever aquela entidade formadora da família nacional: o povo brasileiro. A construção discursiva do rosto do brasileiro, a cara da nação, é processo inaugurado enquanto reflexão teórica nos primórdios de um passado não tão distante, quando uma série de estudiosos se curvou sobre a temática, ansiosos que estavam pela independência do país, em fins do século XIX. Mais adiante, no século passado, um novo modo de construir e disseminar discursos começou a adquirir centralidade quando a população busca se informar sobre o Brasil e o mundo. O deslocamento geográfico para atender a esse desejo na contemporaneidade muitas vezes é pequeno, basta se colocar em frente à telinha e assistir ao Jornal Nacional (JN).

Desde seu surgimento, o JN, primeiro telejornal em rede do país, vem tentando dar conta de apresentar a trama cotidiana de tantas - e distantes – regiões do país. A partir da crença de que os discursos veiculados pelo JN contribuem na identificação dos “brasileiros”

como membros da família nacional esta pesquisa propõe reflexões inauguradas pelo seguinte questionamento: como o povo brasileiro é construído discursivamente no JN?

A fim de entender de que maneira o imaginário (ou imaginários) sobre o povo brasileiro é feito discurso no Jornal Nacional, buscamos identificar a presença do cidadão comum na semana do JN (22/09/2008 a 27/09/2008), de que maneira participa da narrativa, dialoga com outros personagens, também que tipos de perspectivas de mundo e avaliações exalam das reportagens. E para que tornássemos nossa visão menos obscurecida pelo arsenal de conceituações, reformulações e utilizações pelas quais passou o termo “povo” ao longo de tantas jornadas, encontramos piso seguro, porém não nivelado ao ponto da certeza, nas palavras de Michel de Certeau, em sua definição de Homem Ordinário: “Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável” (CERTEAU, 1994, p.57). Com poesia nos acentos, sintaxe, vocabulário e no ritmo de propor cada espaço de respiração, o autor nos presenteia com a “multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos (...) Rios cifrados da rua” (CERTEAU, 1994, p.57). Com essa direção, nosso olhar se volta ao clã ordinário, por ser não-famoso, não-olimpiano (acessando Edgard Morin, em sua análise do espírito do tempo), anônimo. É com base na representação desse cidadão comum que buscaremos entender a construção da brasilidade, da coletividade nacional, e que vamos investigar, em suas manifestações nas narrativas do JN, quando o povo participa do núcleo temático ou conflituoso dos relatos.

A metodologia de referência, já indicada no início deste texto, é a Análise Crítica do Discurso (ACD), em diálogo com dados quantitativos revelados através de Análise de Conteúdo e também em parceria com a Análise da Imagem (sendo nosso objeto de estudo um meio audiovisual). Vamos nos deter brevemente no que Fairclough (2001) chamou de “concepção tridimensional do discurso”. O autor propõe três dimensões constitutivas do discurso, que deverão ser levadas em consideração durante a pesquisa: texto, prática

discursiva e prática social. A primeira tem como foco os aspectos lingüísticos do discurso, a maneira como estão organizados os códigos através dos quais as mensagens são transmitidas. A segunda dimensão considera o fato de que as pessoas, ativamente, compartilham rotinas e idéias envolvidas nos momentos de produção, distribuição e consumo de um texto. Em relação ao discurso como prática social, o autor propõe especificar a natureza da prática social na qual a discursiva está inserida. Esse tipo de análise tem por objetivo especialmente trabalhar ideologia e hegemonia, através do desvendamento da matriz social do discurso, das ordens de discurso e de seus efeitos ideológicos e políticos.

Evidentemente, tais dimensões não estão separadas na prática, e atuam em diálogo na formação do conceito de discurso. No entanto, para que possamos melhor revelar as qualidades de cada uma delas, em alguns momentos essa separação será desenvolvida, sendo a articulação dessas dimensões empreendida em um momento posterior à análise de cada uma em separado. A lógica de cada um dos capítulos que constituem essa dissertação buscou dar conta das necessidades de cada uma das facetas do discurso, do modo como nos indica Fairclough (2001).

A discussão central no capítulo primeiro envolve a busca por compreender o processo de imaginação da identidade nacional brasileira, preocupação que atende parte dos objetivos investigativos da análise do discurso como prática social, de acordo com a concepção de Fairclough (2001). Nesse momento, estivemos atentos aos conceitos de identidade, nação, imaginário, memória e povo brasileiro. No capítulo II, refletimos acerca do universo envolvente ao Jornal Nacional, ou seja, discutimos principalmente o processo comunicativo a partir de uma perspectiva relacional, também a parceria constituinte entre mídia, televisão e identidade nacional. Nessa segunda seção, reunimos duas facetas do discurso: a discursiva e a social. No capítulo III, ousamos olhar mais atentamente sobre o telejornalismo e o Jornal Nacional, o tipo de linguagem utilizado nesse gênero televisual, a

maneira de narrar e as rotinas envolvidas no momento de confecção dos discursos, o que tentou suprir as necessidades de investigação do discurso como prática discursiva.

Finalmente, no capítulo último, tecemos mais algumas linhas sobre nossos passos metodológicos ao apresentar nosso recorte empírico e a análise de seis edições do JN, com base em categorias desveladoras da faceta lingüística do discurso: estrutura genérica, intertextualidade, interdiscursividade, representação de atores sociais e avaliação. Por último, e a título de considerações finais, promovemos reflexões sobre a análise, de modo a compreender a vinculação existente entre as dimensões do discurso (dimensão lingüística, dimensão da prática discursiva, dimensão da prática social), buscando uma articulação com as discussões engendradas nos três primeiros capítulos. Também nesse espaço final, e seguindo parte das exigências de uma análise crítica de discurso, refletimos sobre possibilidades de construção discursiva que estejam potencialmente associadas a possibilidades de transformação social.

De início, trouxemos como hipótese central desta pesquisa a concepção de que o povo brasileiro, transmutada essa expressão no meio jornalístico como o “cidadão comum” (em oposição ao grupo que dirige os cidadãos, os governantes e também aos “olimpianos” de Morin), é narrado no JN a partir de uma idéia romantizada de povo, de cidadão brasileiro (ou uma idéia “presumida” de audiência), apoiado em construções discursivas que enfatizam elementos como resignação, vitimização, solidariedade, criatividade e alegria.

Julgamos importante pensar em que medida a interiorização desses adjetivos auxilia no exercício da cidadania e na noção de cidadão a ela articulada, em que medida auxilia na transformação/manutenção das relações de poder e, também, em que sentido uma visão unificada de identidade nacional corresponde a um contexto contemporâneo perpassado por fluxos comunicacionais múltiplos. Em última instância: é importante refletirmos se o Brasil da TV encontra correspondência com o Brasil real, aquele do dia-a-dia, ou ao menos,

se o povo brasileiro, o do cotidiano das ruas e das casas, é tão unificado quanto aquele que aparece na telinha. Nesse sentido, ao investigarmos o JN e as representações da brasilidade nele engendradas, julgamos ser possível estimularmos um olhar reflexivo e crítico em direção ao universo social no qual estamos imersos, composto que está por relações sociais marcadas por confrontos ideológicos e reunidas em imaginários coletivos. E, certamente, almejamos construir uma discussão referencial e enriquecedora acerca da relação contemporânea entre telejornalismo e identidade nacional.

1. “QUAL A CARA DA CARA DA NAÇÃO?”³

A imaginação da identidade nacional brasileira

Nossa proposta de reflexão neste capítulo inicial é atender os objetivos investigativos da análise do discurso como “prática social”, de acordo com a concepção de Norman Fairclough (2001), apresentada em texto introdutório. Por essa direção, iremos tecer uma rede entre os conceitos de identidade, nação e povo, o que logo de início se apresenta como uma ação desafiadora pelo peso dos termos referenciados, tão longamente discutidos nos mais diversos círculos intelectuais e, não raro, encarados como instáveis e de contornos fluidos.

No que diz respeito à oferta de perspectivas sobre as construções identitárias, nossa inserção na linha de pesquisa “Comunicação e Identidades”, deste Programa de Mestrado, de fato nos investe de um saber multifacetado e curioso sobre a temática. Certos estamos de que narrar as identidades é ação desafiadora. Também sustentamos a certeza de que esse desafio não será cumprido com base em uma cronologia linear, tampouco com retalhos bem ajustados. Isso pela razão de ser o “objeto” tão fluido e instável, porém ricos em suas formas, como a tentativa de apreendê-lo em um texto acadêmico. Desafio que invadiu certamente as madrugadas de muitos estudiosos renomados ao longo dos tempos, apoiados em muito do que deriva a palavra identidade: da raiz latina *idem*, que remete aos termos “igualdade” e “continuidade”.

Partindo de uma concepção “essencialista” de identidade, lançando mão da classificação utilizada pelo estudioso Stuart Hall (2004), os primeiros folcloristas, alguns antropólogos e sociólogos, creditavam estabilidade, solidez e coesão às identidades nas

³ Referência à música “A cara do Brasil”, entoada por Ney Matogrosso.

sociedades tradicionais. Essas identidades seriam organizadas em função do coletivo do qual cada indivíduo fazia parte, embora muitas dessas qualidades tivessem sido desconstruídas com o advento da modernidade.

Aqui no Brasil, a título de exemplo, a identidade do povo brasileiro vista de uma perspectiva romantizada e idealizada, ou essencialista como descrita acima, foi inaugurada por alguns autores como Silvio Romero e Celso Magalhães, em fins do século XIX, que faziam parte do grupo de pesquisadores então reunido sob o rótulo de “folcloristas”. A partir de livros de Renato Ortiz (1986, 2001), entendemos que, assim como na Europa, a emergência do pensamento folclórico no Brasil esteve associada à questão da identidade nacional, na medida em que as tradições populares eram encaradas como representativas do espírito de um povo. Podemos dizer, com essa direção, que o desenvolvimento dos estudos folclóricos se deu em países onde a construção do nacionalurgia como tarefa no plano material e simbólico (a citar os exemplos da Alemanha, Itália, Portugal e Espanha). “Nesse sentido se pode dizer que a cultura popular é um elemento simbólico que permite aos intelectuais tomarem consciência e expressarem a situação periférica da condição do país em que se encontram” (ORTIZ, 2001, p.161), do modo como entende Ortiz.

Considerando o tipo de olhar sobre as formações identitárias que acompanham cada concepção de sujeito, Hall (2004) chamou de concepção “individualista” (sujeito iluminista), aquelas perspectivas teóricas que presumem a existência do indivíduo dotado de um “núcleo interior” contínuo e idêntico ao longo de sua existência, sendo o centro essencial do “eu” sua identidade. Esse entendimento vem sendo, de certa forma, substituído pela crença no diálogo do “núcleo interior” do sujeito com as possibilidades comunicativas no interior de cada formação cultural, percepção que Hall chamou de concepção “interativa” (sujeito sociológico). Segundo nos indica o autor, em relação às bases dessa perspectiva, o núcleo interior do sujeito não permite autonomia, sendo formado principalmente na relação com

outras pessoas, mediadoras da cultura. Por esse motivo, a identidade seria tecida na interação do “eu” com a sociedade, costurando o sujeito à estrutura.

Uma concepção “sociológica” de identidade vem apoiada por nomes renomados como Peter Berger (1993), Erving Goffman (1985) e Thomas Luckmann (1993). Na concepção de Berger e Luckman, a realidade tal qual vivenciamos seria tecida e possível de ser acessada a partir das relações sociais, de modo que a construção identitária seria “socialmente outorgada, socialmente sustentada e socialmente transformada” (BERGER e LUCKMANN, 1993, p.116). Contrário ao que poderíamos imaginar, ao afirmarmos que somos sujeitos socialmente construídos por meio de constantes exteriorizações de nossas subjetividades, Berger e Luckmann não descartam o papel ativo e a ação criativa do indivíduo (“organismo”, para os autores) na apreensão de dados sociais, também responsáveis pela formação do sujeito em sua completude. Para os autores, quando compartilhamos a crença de que a realidade é construída socialmente, não podemos esquecer que indivíduo e sociedade estabelecem uma relação dialógica e permanente, não inter-determinante.

Mesmo levando em consideração o papel performático do indivíduo perante a realidade social – a última apenas condicionando o primeiro, e não determinando - poderíamos nos questionar se nas diversas situações em que nos comunicamos com outros indivíduos, estaríamos fadados a representar papéis tal como são empenhados, por exemplo, numa peça teatral. Erving Goffman (1985), outro autor de referência no decorrer do mestrado⁴, explica que nossas ações na presença imediata de outros indivíduos – o que ele denominou de região de “fachada” -, apresentarão sempre um caráter promissório, ou seja, seríamos levados a representar de diferentes maneiras de acordo com a situação ou coletividade com as quais estamos em interação. Em outra instância, que Goffman chamou de região de “fundo”, isto é, na esfera privada das ações, estaríamos de certa forma livres para

⁴ A utilização de autores advindos do campo da sociologia foi bastante enriquecedora às discussões em sala de aula, assim como nos deu subsídios para empenharmos uma reflexão interdisciplinar no seio desta dissertação.

exteriorizar o que traríamos de mais sigiloso, o que não pode “escapar” para a região de fachada.

Na direção deste pensamento, acreditamos que de acordo com o que nos exige cada momento de interação social acessamos um certo repertório individual, o qual permanece em dominância até o findar da interlocução, para então ser substituído por outro mais apto ao subsequente processo relacional. Não teríamos então uma essência, um núcleo identitário marcador de nossa personalidade tanto na região de fachada quanto na região de fundo, uma vez assumida como verdadeira a existência dessa “divisão”? Seríamos um quebra-cabeças misterioso, com uma vasta quantidade de peças, mas sempre faltante a peça fundamental à sua totalização? Essas perguntas tornaram-se instigantes a nós quando tivemos o prazer curioso de conhecer melhor a corrente dos Estudos Culturais, também objeto de diversos debates nas disciplinas do Mestrado.

No entender de Ana Carolina Escosteguy (2002), essa linha de pensamento fora idealizada por pesquisadores do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da Universidade de Birmingham, em meados de 1964. Stuart Hall, autor por quem já nutríamos afinidade há tempos, é um dos representantes dos Estudos Culturais e é ele, principalmente, que nos ajuda a entender - ou potencializar, diríamos - a “angústia” inerente às questões acima.

Segundo ele, na mesma linha de Néstor Canclini, autor também afinado com as discussões da referida corrente, o que estaria em formação hoje é um indivíduo sem identidade fixa, permanente ou essencial, definido por Hall como “sujeito pós-moderno”. Esse sujeito fragmentado seria o produto de uma série de processos que “(...) atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades em novas combinações de espaço-tempo” (HALL, p.70, 2004), unificados esses processos sob o termo “globalização”.

É certo que, ao levarmos em consideração um contexto contemporâneo marcado pela acelerada compressão espaço-tempo, logo, pelo número e constância potencialmente

maiores de contatos interculturais, há que se convir que os marcadores identitários estejam sendo descentrados ou ao menos confrontados em maior escala⁵. Por hora, e inspirados pelas idéias embrionárias no Centro de Birmingham, ficamos com a crença de que as antigas formas de marcação identitária, que permitiam certa estabilidade no mundo social, estão sendo contestadas (ou ao menos discutidas) em maior intensidade, fazendo surgir novas identidades e fragmentando os sujeitos⁶.

Por outro lado, e aparentemente paradoxal como fenômeno contemporâneo, Hall desenvolve o argumento de que o desenvolvimento de uma possível homogeneização cultural como reflexo dessa rede de processos que perpassam o mundo, feito teia global, tem seu paralelo num poderoso retorno ao local. Segundo acredita o autor, o fortalecimento de identidades baseadas em localidades culturais, geográficas ou sociais pode ser detectado na forma de “racismo cultural” (absolutismo étnico) e na formação de “identidades defensivas”, como a re-identificação com as culturas de origem ou o revival do tradicionalismo cultural, da ortodoxia religiosa e do separatismo político. É possível perceber esses fenômenos ao acessar, acompanhar, a trama cotidiana ou extra-cotidiana de diversos países, culturas e sociedades em nosso mundo, muito através dos meios de comunicação e de conversas com pessoas que estiveram em solos estrangeiros ou que de nosso país são imigrantes. Isso nos levaria mesmo a perceber que o colorido multicultural pós-moderno, aclamado por muitos autores ligados aos Estudos Culturais, é constantemente ofuscado por manifestações agressivas, também intimidadoras, de afirmação identitária.

Podemos observar vestígios desse processo mesmo em discursos midiáticos, tal como verificamos em artigo realizado a partir de uma análise da revista Raiz (SP), tendo

⁵ Lembramo-nos então de uma conversa com a amiga Raquel Lara, quando divagamos extensamente sobre a existência ou não de uma essência, desse núcleo identitário marcador de nossa personalidade, sobre o qual nos questionamos anteriormente. Variando entre a crença na não essencialidade dos sujeitos e a fé esperançosa de que sim, há de haver algum tipo de ordem ou constância nos recônditos do ser; o lugar que chegamos com nossa discussão esteve tão obscuro quanto as primeiras idéias lançadas enquanto caminhávamos para casa.

⁶ Se ainda podemos (se é que um dia pudemos) dizer “sou o que sou independente do que pensam de mim”, como defende outra amiga nossa, passa longe da certeza de aceitar ou recusar, simplesmente.

como foco a imagem destacada na capa da revista e também as chamadas das reportagens principais de quatro edições do periódico (CORREA e LINHALIS, 2008). O objetivo era entender como se posicionam os discursos midiáticos acerca das manifestações culturais, tendo em vista o contexto contemporâneo em que se percebe um ritmo acelerado de fluxos comunicacionais e um intenso trânsito entre bens simbólicos diversos. Vimos frequência na utilização de imagens que reforçam dicotomias, que simbolizam reivindicação de espaços culturais, afirmação de fronteiras e identidades, assim como percebemos esse mesmo reforço nas construções textuais analisadas. Convém dizer que temáticas relacionadas, em primeira instância, ao trânsito entre bens simbólicos são uma constante nas edições analisadas: a periferia encontra o cinema, o hip-hop descobre o samba, o maracatu rural influencia o Mangue Beat. Entretanto, e dissemos isso a partir do que nosso olhar pôde captar dos textos e imagens recortados para análise, os diálogos interculturais são representados como instrumentos de afirmação identitária, na medida em que o hibridismo cultural é vestimenta da expansão e reforço de fronteiras. Essa hipervalorização de certa identidade quando transmutada em fundamentalismos, localismos, totalitarismos, é bastante preocupante. Por isso o cuidado extremo que devemos ter quando de nossa intervenção em certa realidade, com fins sinceros de valorizar o que ali é produzido em termos de cultura, logo de trazer à tona certas marcações identitárias submersas ou apagadas por tantos apelos de certa “cultura global”, ou mundializada, no termo de Renato Ortiz (1994).⁷

⁷ A experiência como produtora cultural e instrutora da oficina de Foto-Jornal do Programa de Educação Patrimonial (PEP) “Cultura Sempre” nos foi reveladora, em diversos momentos, dessa tensão na região limítrofe entre valorizar e afirmar a ponto de estimular fronteiras. O eixo temático do Programa era “Comunicar para valorizar”, logo, nos propomos a entender de que maneira poderíamos utilizar os meios de comunicação para divulgação e valorização do patrimônio cultural de quatro comunidades aqui de Juiz de Fora-MG: Borboleta, Santo Antônio, Benfica e Rosário de Minas. Trabalhamos essa proposta com alunos de Escolas municipais e estaduais alocadas nessas comunidades e reunimos os trabalhos produzidos nas oficinas de vídeo, foto-jornal e rádio-escola em um evento no Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, quando pudemos contar com a presença dos jovens das quatro localidades em que a equipe PEP esteve trabalhando. Nos momentos iniciais em que os materiais eram exibidos, os jovens, reunidos na platéia, empenhavam “gritos de guerra”, lembrando-nos uma competição pelo brilhantismo dos produtos, especialmente quando exibíamos os vídeos produzidos em cada comunidade. De início, nutrimos uma certa angústia, até um certo medo, de que algum atrito ou manifestação agressiva pudesse estimular a “rixa” entre as comunidades ali presentes. Mas, para alívio, as expressões de alegria subsequentes e os aplausos conjuntos, mesmo quando o foco era a produção de uma ou outra

Exemplos advindos de nossa prática cotidiana, feita reflexão neste texto, em conjunto com a discussão teórica sobre as formações identitárias nos fazem crer que a chamada “globalização” não está produzindo deliberadamente o triunfo do “global”, mas também não contribui com a persistência do “local” em sua forma tradicional, folclorizada e “autêntica”. O pensamento de Néstor Canclini (2003) lança luz justamente sobre a inserção das expressões e práticas culturais nessa contemporaneidade interativa. Seriam prósperas e híbridas, ao mesmo tempo. O que importa, segundo ele, são as múltiplas mudanças de significados resultantes da interação dessas culturas com processos que atravessam fronteiras físicas e imaginárias – reunidos pelo autor no termo modernidade. Isso nos estimula a pensar como se dá a reformulação das identidades nacionais no contexto contemporâneo. E se nos propomos a entender a construção do discurso sobre o povo brasileiro no *Jornal Nacional*, precisamos passar por essa discussão.

Diante disso, o que dizer sobre as “nacionalidades”, isto é, de que maneira categorizar a nação ou como definir certa identidade nacional, se cada vez mais a compressão espaço-tempo característica da atualidade dispersa o tempo homogêneo e horizontal da nação, assim como as formas de identificação à comunidade nacional baseadas em parâmetros rígidos? Difícil falar em formação de nacionalidade e da idéia de família nacional e não recorrer aos conceitos de memória coletiva e imaginário, já que permeiam, mesmo que subliminarmente, toda a discussão aqui proposta, entendendo que a mídia é instrumento contemporâneo de grande valia na legitimação de memórias nacionais, como veremos adiante.

Em diálogo com a perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasiliense (2007), entendem a memória como “instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir das demandas do presente” (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 220). As autoras frisam ainda

comunidade, foi neutralizando a tensão inicial, e observamos o prazer de todos ao contemplar - valorizar - tudo o que era comunicado sobre cada localidade, bem ali no centro da cidade, de onde estão normalmente afastados pela condição periférica de cada bairro onde o PEP atuou.

que “As memórias são construções sociais e não objetos naturais, fatos que possam ser tratados fora da linguagem que as formulam e as dinamizam” (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 221). Na direção dessas crenças, a construção do sentimento de pertença a certa comunidade nacional engendra a produção/rearticulação de memórias coletivas, que, na concepção das autoras, são permeadas por enquadramentos relacionados às “lutas e negociações de grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos nele envolvidos” (RIBEIRO e BRASILIENSE, p. 221, 2007). Nesse sentido, o ato de lembrar, nas suas mais diversas possibilidades, é parte responsável pela re-construção cotidiana das identidades. O lembrar coletivo cumpre a função de suporte da identidade grupal, seja ela de cunho cultural ou social, além de se constituir enquanto agente vinculador dos indivíduos participantes do todo. Assim, para além de nostálgica, essa rememoração constitui-se num esforço em fortalecer os vínculos de relacionamento e comunhão de cada grupo, além de re-atualizar e perpetuar a identidade coletiva.

Aproximamo-nos, nesses termos, do conceito de imaginário, caro a essa discussão. Juremir Machado Silva (2006), em seu estudo sobre as “Tecnologias do Imaginário”, entende o conceito como “uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente” (SILVA, 2006, p.9). Atualizadas cotidianamente também pelo lembrar individual/coletivo, são as formações imaginárias, no entender de Silva, que contribuem no auto-reconhecimento e também no entendimento do Outro como semelhante ou inverso. E, na toada da movimentação cultural, o duplo caráter de reservatório e motor é considerado por Silva: “Como reservatório, o imaginário é a marca digital simbólica do indivíduo ou do grupo na matéria do vivido. Como motor, é o acelerador que imprime velocidade à possibilidade de ação” (SILVA, 2006, p.12).

No seio das formações imaginárias, que quando ação contribuem para a construção/atualização de formações culturais e identitárias, os sistemas de representação são

chaves no processo de conhecimento do mundo. Da maneira como entende Aluizio Trinta (2007) os sujeitos apreendem a realidade com base em sistemas de representação, logo, estão esses sistemas ligados de modo contínuo e performático à formação de identidades, já que fornecem modelos ativadores de identificações e projeções diversas. Na conceituação do autor “processos de identificação podem ser definidos como mecanismos psicológicos e psicossociais por meio dos quais um ou mais indivíduos moldam sua conduta e tomam atitudes, no intuito de se parecer (e se deixar confundir) a um ‘outro’ ou a ‘outros’” (TRINTA, 2007, p.153). Por outro lado, mas em completude com o que engendra nos sujeitos as identificações, nos processos de projeção estão pressupostos deslocamentos de pulsões (vontades, desejos, diríamos) dos interlocutores de um ato comunicativo em direção aos modelos identitários “projetados” em algum suporte comunicacional. Nesse sentido, estamos a todo o momento em diálogo com sistemas de representação diversos, que contribuem para a auto-noção e também para a satisfação de nossos desejos, vontades e expectativas. E dissemos diálogo porque a adesão a certo enquadramento da realidade depende de toda uma “situação social” e “inserção cultural” de que fazemos parte, enquanto indivíduos ou grupos. Valemos, portanto, de sistemas de representação com os quais podemos nos identificar e projetar expectativas diversas para nos reconhecer como sujeitos ou parte de um coletivo específico.

As nacionalidades, por excelência, fornecem uma gama variada de discursos calcados em sistemas de representação que contribuem para a formação de um imaginário acerca da família nacional, logo, para a identificação dos membros da nação, de quem é ou não brasileiro. Define-se quem se encaixa nos modelos identitários fornecidos por esses sistemas de representação e arraigados no imaginário coletivo. Por esses meandros, iremos cuidar agora de refletir sobre como se constrói uma nacionalidade e, por extensão, quais tessituras são fornecidas à população de modo a tornar uno e coeso o vínculo entre pessoas e regiões muitas vezes tão diferentes entre si.

Não é difícil alcançar a percepção de que as culturas nacionais em que nascemos constituem-se como uma das principais fontes de marcação identitária. Basta eleger algumas pessoas e direcionar a pergunta: “Quem é você?”. Possivelmente, uma das respostas mais freqüentes e instantâneas será, no caso de nascidos no Brasil: “Sou brasileiro!”. Apesar de as identidades nacionais não estarem “presentes” em nossos genes, elas adquirem essencialidade fundamental em nosso cotidiano em razão de uma produção simbólica e também discursiva que direciona as ações e as concepções que temos de nós mesmos, de toda uma realidade ao nosso redor, das pessoas com as quais dialogamos e imaginamos existir em lugares distantes, também no mesmo solo nacional, regional e local. Isso porque em muitos casos nem nossos vizinhos de porta nos é dado a conhecer pessoalmente – a não ser pela imaginação de que alguém habita o apartamento ao lado, os que ficam abaixo de nossos pés e acima de nossa cabeça.

Compreender a questão da imaginação é essencial neste texto, porque seguimos crendo na perspectiva de Benedict Anderson (2005), em sua reflexão sobre a origem e expansão do Nacionalismo, quando ele define a nação como “comunidade política imaginada”: “É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 2005, p.25). A força da afirmação de Anderson é intrigante em diversos sentidos e relações, mas a palavra imaginação é que nos dá os retalhos para tecermos a discussão que daqui se desenrola, como um novelo. Embebido pela força da criação, o imaginar nos sugere um processo performático, nunca determinado por somente um ou outro fator, mas pela combinação de idéias. A imaginação de uma comunidade nacional, da qual fazemos parte, governados ou não por um Estado-Nação amparado territorialmente, mas vinculados certamente a um conjunto de referenciais partilhados por um dado coletivo, é entendida aqui

como processo, projeto, construção. E essa empreitada, passa longe de ser devaneio puro, falsidade bem disfarçada, antes passa pela invenção, identificado o vocábulo em Anderson com “criação”.

Voltamos à palavra que nos deu os retalhos para compreender as comunidades nacionais, na medida em que essas “deverão ser distinguidas não pelo seu caráter falso/genuíno, mas pelo modo como são imaginadas” (ANDERSON, 2005, p.26). Como mostraram Hobsbawm e Ranger (1984), tradições são naturalmente inventadas e reinventadas, a fim de preservarem certa continuidade em relação ao passado diante das constantes transformações do presente. A própria palavra “tradição” vem do latim *tradere*, que quer dizer *trazer*. Trazer do passado para o presente. Esse trazer não se realiza de forma imutável, mas certamente é realizado a partir da adaptação de cada prática tradicional a um contexto e condições históricas específicas. Ou seja, muitas alterações nas práticas culturais ditas tradicionais, são necessárias à re-atualização do sentido que contêm.

O modo como é imaginada cada comunidade nacional, pressupõe assim, a construção de vínculos, laços, através dos quais iremos montar um arsenal de referências possíveis, entronizadas subjetiva e conscientemente. Acreditamos que nesse momento seria proveitoso acionar os conceitos de hegemonia e ideologia dos quais se nutre essa pesquisa, pois estão diretamente ligados ao processo de construção de uma identidade nacional.

Não poderíamos deixar de trazer aqui as contribuições de Antonio Gramsci ao desvelamento do conceito de hegemonia, de modo que serve como base aos Estudos Culturais e é referência quando autores diversos se curvam sobre o conceito. No livro “Os Intelectuais e a Organização da Cultura” (1982), podemos entrever a organização significativa do conceito que emerge das palavras de Gramsci: uma espécie de controle ou direção que adquire solo firme pelo consenso “espontâneo”

(...) dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Gramsci foge, nesse sentido, da idéia de que há subordinação do grupo dominado à ordem hegemônica vigente - já que haveria o consentimento dos subordinados -, o que também abre caminhos para a existência de manifestações contra-hegemônicas, a irromperem na sociedade civil quando da perda da legitimidade de certa posição hegemônica enquanto opinião consensual. Afinado com essa possibilidade de movimentação das relações de poder, Douglas Kellner entende que a teoria da hegemonia proposta por Gramsci considera tanto “o modo como determinados grupos políticos obtêm poder hegemônico assim como a delimitação de forças, grupos e idéias contra-hegemônicas que subverteriam a hegemonia existente” (KELLNER, 2001, p.48).

Acessando o livro “Palavras-chaves”, de um dos autores aclamados como inspirador/mentor dos Estudos Culturais, Raymond Williams, temos a idéia de que o conceito de hegemonia pode assumir sentido mais ampliado que o relacionado estritamente a luta de classes: “não se limita a questões de controle político direto, mas busca descrever um domínio mais geral que inclui, como uma de suas características centrais, um modo particular de ver o mundo, a natureza humana e as relações” (WILLIAMS, 2007, p.200). Ainda na concepção de Williams, o conjunto de significados que emerge do termo hegemonia inclui “sua aceitação como ‘realidade normal’ ou ‘senso comum’ por aqueles que, na prática, lhe são subordinados” (WILLIAMS, 2007, p.200). Esse aspecto, a naturalização de seus contornos, seria o diferencial desse termo em relação ao que significa ideologia.

No entendimento sobre ideologia, é interessante fazer referência ao estudo de Louis Althusser (1985), quando de sua análise sobre o que convencionou chamar de “Aparelhos ideológicos de Estado”, ou seja, “um certo número de realidade que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”

(ALTHUSSER, 1985, p.68). O funcionamento desses Aparelhos (dentre os quais, os religiosos, o político, o cultural e o de informação) seria garantido pela ideologia, “o pálido reflexo vazio invertido da história real” (ALTHUSSER, 1985, p.84), que mediará via representação, “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p.85), considerando que a existência da ideologia estaria atrelada a existência dos sujeitos. Entendemos o foco de Althusser na reprodução das ideologias numa sociedade e compartilhamos com o autor especialmente o entendimento da existência de proximidade entre ideologia e sistema de representação.

Partilha teórica que recebe simpatia de Stuart Hall, lembrando esse autor de que “os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros” (HALL, 2006, p.169). Interessante atentar ao fato, destacado por Hall, de que nós “experimentamos” o mundo dentro desses sistemas de representação, logo no seio de ideologias, que operam fixando significados em muito através da linguagem, de formações discursivas. Para que possamos dar conta de cadeias ideológicas específicas, dos significados que são por elas fixados, precisamos nos voltar às zonas semânticas, que pressupõem um conjunto de significados referentes a certas temáticas, dentro das quais se reproduzem ou são contestadas as ideologias. Importa dizer que, apesar de não serem eternas nem universais, “elas deixam traços de suas vinculações, bem depois do desaparecimento das relações sociais às quais elas se referiam” (HALL, 2006, p.182).

É nesse sentido que podemos pensar o vínculo entre nação, ideologia e hegemonia: as diferentes comunidades nacionais comportam uma série de significados, ou sistemas de representação, através dos quais seus membros se identificam. Essas cadeias ideológicas tornam-se hegemônicas também porque são encaradas como “naturais”, são entendidas como a realidade pura, e perpetuam ao longo dos anos através de sucessivas articulações e desarticulações.

Sendo assim, podemos dialogar com Hall (2004) em sua premissa de que a nação é também uma “estrutura de poder cultural”, em razão do processo de naturalização da unidade cultural - muitas vezes imposta a grupos bem diferenciados culturalmente - e de construção de um ponto alternativo de identificação das diferenças, como forma de estimular o pertencimento comum ao coletivo nacional. Certamente, a produção imaginária da noção de pertença a uma grande família nacional implica, num certo sentido, uma espécie de secundarização acerca das diferenças como as de classe, regionais, de gênero ou étnicas, embora a idéia de unidade ou o prazer honroso em fazer parte de uma família tão grande, da “pátria amada”, tornem obscuras muitos desses movimentos atuantes por debaixo das asas na nação. Na direção desse pressuposto foi que Anderson insistiu: “independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda” (ANDERSON, 2005, p.27).

Isso não impede, contudo, o surgimento de focos de luta ideológica que, na compreensão de Hall, “consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa” (HALL, 2006, p.182). O que nos remete de volta a possibilidade de ações contra-hegemônicas, do modo como crê Gramsci, em contestação à ordem hegemônica vigente, sendo parte dessa ordem uma série de sistemas de representação ou “conjunto de significados”, nas palavras de Hall. Nesse sentido, cremos que problematizar as representações ou construções discursivas envolvidas na criação de um imaginário sobre a entidade representativa da nação, o povo brasileiro, seria uma maneira de desvelar mecanismos de manutenção/transformação do estado atual das relações de poder envolvidas na constituição de uma idéia (ou idéias) sobre a brasilidade. Essa preocupação vai ao encontro da proposta teórico-metodológica de Fairclough (2001), como já tivemos a oportunidade de apresentar anteriormente. Muito por isso, nos lançamos a percorrer os meandros próprios

dessa investigação, apresentada ao leitor por meio deste texto dissertativo, porém sem intenções conclusivas por demais ou certeiras ao ponto de serem incontestáveis.

Essa possibilidade de inspecionar ou desvelar as construções discursivas ou sistemas de representação envolvidos na ideologia nacional, bem como o esforço em tornar coerente, centrada e inteira a narrativa da identidade nacional, recebem novas nuances, cremos, em razão das “potencialidades interinfluentes” do contexto atual, tal como anteriormente abordamos. Isso seria reforçado pelo entendimento, já corroborado ao longo da história por diversos autores, de que as ideologias não são universais nem fixas para todo o sempre, havendo sempre a possibilidade de articulação e desarticulação desses sistemas de representação por meio da luta ideológica, a consciência contra-hegemônica.

Acreditamos, acompanhados pelas reflexões do grupo de Birmingham, que uma série de processos instaurados em nível global, muito em razão do desenvolvimento das tecnologias do transporte e comunicação, nos leva a contestar formas de identificação às comunidades nacionais baseadas em parâmetros rígidos. Homi Bhabha (1998), por exemplo, defende que, se as identidades culturais conformam-se hoje, em maior grau, a partir de um entre-lugar, da partilha possível no momento mesmo da enunciação, pode-se considerar que uma localidade nacional é cada vez mais perpassada pela dimensão temporal e performática, e não mais somente marcada pelo pedagógico, pelas origens comuns entre os indivíduos pertencentes a certa territorialidade. Na direção das idéias de Bhabha, a metáfora da coesão social moderna, ou, a por nós conhecida representação nacional como “unidade na diversidade” ou “muitos como um”, não mais se ergue como única em razão da emergência de um tempo-espço nacional duplo e cindido, marcado pelos discursos das minorias, pela presença de povos diaspóricos⁸, pelas tensões e embates culturais.

⁸ Segundo entendem alguns estudiosos do *Cultural Studies*, dentre eles, Stuart Hall (2006), os povos diaspóricos são aqueles que participam de processos de migração livre ou forçada, de modo que contribuem para diversificar e pluralizar as identidades culturais.

As contra narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais 'comunidades imaginadas' recebem identidades essencialistas (BHABHA, 1998, p.211).

Por esse motivo, segundo Bhabha, qualquer reivindicação hegemônica ou nacionalista de domínio cultural torna-se hoje insustentável. O Estado nacional e os mais diversos “aparelhos ideológicos”, tal como conceituou Althusser, deve atuar a partir de limites heterogêneos e diferenciadores de seu território. Isso seria possível se entendermos que a idéia de um passado nacional romântico e verdadeiro, representado através de estereótipos e generalizações outras, não mais ocupa lugar central no cenário contemporâneo, perdeu a solidez, embora ainda nutra resignação. A construção performática da identidade entra em cena como atualizadora constante do local da cultura. Assim, também a nação contemporânea é formada a partir do interstício, do entre-lugar, o que nos permite dizer que todas as linguagens culturais tornam-se hoje “estrangeiras” a elas mesmas.

Esse processo de criação do sentimento de pertença ao território nacional, do modo como já assumimos, sempre nos fascinou, também é motor de nossa curiosidade sobre as diversas formas de vínculo à comunidade nacional, em que pese os desencontros entre manifestações dos “filhos da terra” sobre a pátria na esfera discursiva e o que experienciamos de fato na prática cotidiana. Em artigo de Jens Schneider, encontramos a percepção de que devemos atentar aos processos performativos da identidade nacional e entender as comunidades nacionais como construções simbólicas e discursivas. Além disso, Schneider acrescenta que “representações discursivas não são (e não precisam ser) necessariamente coerentes com outras práticas sociais” (SCHNEIDER, 2004, p.101). Ou seja, por vezes os falantes apenas reproduzem a “armadura discursiva geral” e deixam de atentar para a realidade sociocultural. E aí surgem dissonâncias entre a construção discursiva e simbólica e o que se observa na prática. Tais reflexões teóricas foram pensadas por Schneider a partir de dois projetos de pesquisa empírica sobre identidade nacional: na Alemanha e no Brasil, que se

constituem como casos contrastantes no que diz respeito à origem, ao transcurso de suas histórias, aos mitos fundadores e aos ideais constitucionais.

No que diz respeito ao modo de imaginar as comunidades nacionais como um todo (auto-imagem coletiva), o encaminhamento de entrevistas com quem o autor chamou de “produtores de discursos públicos” (políticos, jornalistas, artistas...)⁹, revelou que grande parte dos falantes entende o Brasil como uma sociedade heterogênea, tolerante com a diferença, receptível aos imigrantes. Os ingredientes culturais da brasilidade foram vinculados a eventos coletivos, tais como pular carnaval, jogar futebol, ir à praia. Em relação à declaração de pertencimento à comunidade nacional, os brasileiros seguiram o discurso oficial, que considera como brasileiro aquele que nasceu em solo brasileiro. Tais declarações foram acompanhadas, segundo indica Schneider, pelo reforço aos pontos positivos de ser filho da pátria. Levando em consideração tais dados de pesquisa, o autor traz como uma das conclusões investigativas a observação de que não necessariamente há correspondência entre representação discursiva e prática sociocultural. Como exemplo, paralela à imaginação de que vivemos em um país avesso a guerras, pacífico e receptível a todos, temos uma realidade formada por uma população que convive com elevados níveis de violência e desigualdade social. Segundo o autor, tais dissonâncias entre discurso e prática são significativas para a análise. “Essas contradições não devem ser encaradas como ‘falácia’, mas como fato inerente a qualquer construção de identidade e a qualquer ‘imaginação’ de comunidade” (SCHNEIDER, 2004, p.121).

Na direção que essas idéias apontam, começamos a nos aproximar daquela entidade, ou unidade significativa, que nos interessa desvelar no interior do discurso do Jornal Nacional: o povo brasileiro. Continuemos essa aproximação, já que falamos até agora em

⁹ De fato, acreditamos que essa restrição de entrevistados aos “produtores de discursos públicos” é relativamente significativa na legitimidade dos resultados da pesquisa de Schneider. Entretanto, não podemos ignorar a validade de suas conclusões, por entrevermos certa “influência” desse produtores de discursos públicos na constituição do imaginário nacional.

identidade nacional de forma genérica, sem mencionar os processos particulares que envolvem a formação de cada nacionalidade, bem como o imaginário ou auto-imagem sobre a brasilidade. Entendendo que características específicas de cada contexto sócio-histórico interferem na concepção de nacionalidade (embora não seja determinante essa relação), bem como na qualidade do laço social tecido entre os membros da nação, faz-se necessário entender como se deu o processo hegemônico de imaginação da identidade nacional brasileira, e mais particularmente, da noção de povo a ela relacionada.

1.1 A IMAGINAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Da maneira como entende Stuart Hall (2004), as nacionalidades são formadas a partir de sistemas de representação, logo, processo ideológico por natureza. Desse processo faz parte toda uma produção de sentidos com os quais podemos nos identificar, fixados que estão na realidade ou na imaginação das mais diversas maneiras. Para Hall, tal empreendimento se dá através de elementos discursivos imersos na literatura, nos ditos populares, na mídia e nos discursos estatais; tais como a ênfase na tradição, na atemporalidade e origem da nação; a difusão de narrativas e de “mitos fundacionais”; e a idéia de um povo puro, original, representante da nacionalidade. Com esse direcionamento inicial em mente, nos ocuparemos agora em entender com quais contornos o povo brasileiro, esse “representante da brasilidade”, foi esboçado na obra de alguns intelectuais ou “articulistas” da nação. De fato, desde o final do século XIX, quando da emergência do governo republicano e da disseminação em território nacional do que na Europa se desenvolvia, em termos de teoria, como “racismo científico”, debruçar-se sobre fontes diversas a fim de entender o “caráter

nacional brasileiro”¹⁰ foi tarefa de pensadores ao longo de todo o século XX, apoiados em concepções também diversas sobre a “essência” do povo.

A intenção é trazer aqui nossas interpretações das contribuições dos que se ocuparam dessa tarefa. Como a lista dos “articulistas” da identidade nacional é ampla e rica em nomes de peso, seguimos as escolhas teóricas de dois estudiosos no que diz respeito à historicização desse processo. A primeira fonte de contribuição chega até nós por quem vê o Brasil de fora: o historiador norte-americano Thomas Skidmore¹¹. A segunda, provém do sociólogo brasileiro Renato Ortiz, que se ocupou da temática nacional em grande parte de sua literatura¹². Acreditamos que os autores elencados nos textos de Skidmore (1994) e Ortiz (1986) contribuíram em muito na construção de um imaginário acerca da brasilidade que persiste, não sem diversificações e reformulações, nos dias atuais. Percepção essa reforçada quando da leitura das obras de quem Skidmore nomeou “os arquitetos da identidade nacional brasileira”: Silvio Romero, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta, entre outros.

Na perspectiva de Skidmore (1994), a temática da miscigenação esteve presente como foco das discussões até os anos 50. “Fundamentando-se em uma combinação paradoxal de fé e dúvida, debateram-se [os intelectuais] com a difícil questão de como a miscigenação racial havia afetado o caráter do brasileiro” (SKIDMORE, 1994, p.71). Nesse percurso, a definição de um povo originalmente brasileiro, detentor das raízes do Brasil, clamava por resposta. Importava entender de que “massa” éramos formados, e de que maneira cada “ingrediente” determinava traços da personalidade do brasileiro, influenciado esse caminho investigativo pelas teorias européias do racismo científico que aportavam na “Terra

¹⁰ Referência à obra de Dante Moreira Leite, “O caráter nacional brasileiro” (1959).

¹¹ Autor do livro “O Brasil visto de fora” (1994).

¹² Dentre elas “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” (1985) e “Moderna Tradição Brasileira” (1988).

Papagalli”¹³. Também Renato Ortiz (1986) acredita no predomínio da idéia de “mistura racial” na concepção dos pensadores brasileiros que inauguraram a discussão em fins do século XIX, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Além disso, no que tange às preocupações dos primeiros folcloristas, dentre eles os autores referenciados acima, as expressões e manifestações culturais entendidas como “populares” estavam atreladas ao que era tradicional, ou seja, ao que se perpetuava no tempo, isso dentro de uma perspectiva romantizada e valendo-se do discurso da preservação das tradições culturais populares.

A partir desses primeiros estudos e das concepções que inauguravam, chegou-se à definição de povo brasileiro a partir dos caracteres de grupos “raciais” distintos: o negro, o índio e o branco. Interessante compartilharmos a explicação de Sueli Ana Reily, em relação a essa união das diversidades na constituição do brasileiro, da maneira como pensaram os primeiros estudiosos da brasilidade. Para a pesquisadora,

Dado o processo particular da colonização brasileira, não havia no Brasil, (...) um folk natural, por assim dizer. Isso exigiu, portanto, que o movimento criasse um “povo” que pudesse ser visto como o detentor da alma nacional, mesmo recém-formado. Assim, chegou-se à criação do povo brasileiro a partir das influências de grupos étnicos diferentes sobre as manifestações presentes na cultura popular brasileira (REILY, 1990, p. 13).

Essa perspectiva dialoga com a desenvolvida por Luis Rodolfo Vilhena (1997), estudioso que se ocupou da narração sobre o movimento folclórico brasileiro. Na compreensão de Vilhena, a maioria dos folcloristas buscava no “povo” as raízes autênticas da cada cultura nacional, a partir de uma visão idealizada e em busca de autenticidades. Nesse sentido, “o interesse pelo camponês analfabeto era assim justificado em função de seu pretenso ‘isolamento’, em contraste com o cosmopolitismo típico das elites e o internacionalismo que caracterizava boa parte dos movimentos operários” (VILHENA, 1997,

¹³ “Terra Papagalli” (2000) ou, na tradução, “Terra dos Papagaios”, é título do livro de José Roberto Torero e Marcus Aurélio Pimenta, no qual os autores desenvolvem uma paródia da época em que o Brasil fora “descoberto”.

p. 25). Apesar do discurso de congregação das três “raças” e de preservação das tradições populares, seguindo uma avaliação mais geral de Skidmore, os primeiros arquitetos da brasilidade viam a diversidade “genética” a partir da qual éramos formados como a causa das mazelas sociais e inconstâncias políticas com as quais o país lidava. Também o ambiente dos “trópicos” era visto como um entrave ao desenvolvimento do país.

Aqui nos interessa lançar luz sobre os autores do movimento folclórico, para que possamos melhor vislumbrar a constituição desse discurso específico sobre o povo brasileiro. Vilhena nos indica que dentre os principais folcloristas está Silvio Romero, fundador da tradição dos estudos folclóricos no Brasil e responsável pela perspectiva literária que dominou a área inicialmente, o que fora atribuído em muito à pouca estruturação do campo intelectual do final do século XIX e início do século XX¹⁴. Com essa direção, e para que possamos melhor compreender o que norteou inicialmente o imaginário acerca da brasilidade, vamos nos deter brevemente na perspectiva de Silvio Romero, desenvolvida no livro “História da literatura brasileira”, escrito em 1888, logo na época em que o Brasil transitava da forma de governo monárquico para o republicano.

Auto-descrito como um “darwinista social”, Romero acreditava na influência da raça e do ambiente sobre o caráter do brasileiro, seguindo o pensamento científico que ecoava do velho mundo. Romero nos diz que “o *meio* tem operado entre nós como agente diferenciador em toda a direção da vida nacional, (ROMERO, 2008, p.99), embora acredite que a relação entre ambiente e constituição da brasilidade não seja determinante, mas entrecruzada, potencial, sendo o meio capaz de modificar a raça. Desse modo, o autor entendia os brasileiros como um povo mestiço racialmente, “(...) quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (ROMERO, 2008, p.2). Contrariamente ao apelo indianista que na

¹⁴ Por outro lado, Amadeu Amaral e Mario de Andrade, são apontados como precursores da idéia de cientificidade da pratica folclorística, em oposição à concepção literária dos primeiros estudos.

época predominava como marcador da identidade do povo brasileiro, Romero defendia a influência maior da raça africana no Brasil, avaliando essa influência de modo positivo. Isso está sinalizado na afirmativa do autor de que “dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão de toda a nossa história” (ROMERO, 2008, p.111). Esses posicionamentos, entre outras linhas de pensamento ou peculiaridades expressas em suas obras literárias, faziam de Romero um autor ora encarado como “otimista” no modo de entender a cultura brasileira, ora como “pessimista”, dado sua crença por vezes manifesta na validade de teorias deterministas. A dualidade de suas conclusões, ou, ao menos, a capacidade de construir paralelos ao encadear suas premissas, pode ser detectada no trecho abaixo, quando se ocupa em definir o brasileiro, exercício que é feito exaustivamente no livro “História da Literatura Brasileira”:

O caráter prático do português, aliado a raças tropicais, como a tupi e a africana, não produziu somente entre nós tipos enfermiços e desequilibrados; produziu também homens válidos, de uma lucidez de espírito, de uma intuição pronta e segura, que constitui o melhor título de nossas populações em geral. O brasileiro, em regra, é abstinente; não perdeu ainda os estímulos do sério e noto que ele deseja o progresso de sua pátria. (ROMERO, 2008, p.18)

De Romero à Gilberto Freyre temos o desenvolvimento de uma República que se dava “aos trancos e barrancos”. A falta de coesão social do governo, as constantes fraudes eleitorais e as disparidades econômicas regionais, entre outros desencantos republicanos, trouxeram, na visão do autor, instabilidade ao ideal que tomou o poder em 1889. Skidmore chegou a dizer que “a realidade brasileira (...), era uma paródia do governo democrático e representativo” (SKIDMORE, 1994, p.77). No fervilhar da época em que Getúlio Vargas tomou o poder do governo brasileiro, em que o Modernismo trazia inovações literárias e a cultura norte-americana invadia o país; Gilberto Freyre lançava a obra “Casa-grande e Senzala” (1933) e, mais tarde, outras muitas que tratavam da história social do Brasil¹⁵. Os

¹⁵ Dentre elas, “Sobrados e Mucambos” (1936) e “Ordem e Progresso” (1959).

escritos de Freyre retomaram a perspectiva da mestiçagem inaugurada pelos primeiros pensadores da identidade nacional, na medida em que o brasileiro era encarado como um “homem sincrético, produto do cruzamento de três culturas distintas: a branca, a negra e a índia” (ORTIZ, 1986, p.130). No entanto, o olhar de Freyre se deslocava do foco “racial” para o “cultural”, acreditando ainda que essa mistura de culturas diversas fosse um ponto positivo à formação do caráter do brasileiro, contrariamente à visão pessimista acerca da miscigenação que eventualmente transparecia das entrelinhas dos que, até então, se propunham a pensar a brasilidade.

Pensando acerca da obra de Freyre, o sociólogo Renato Ortiz entende que “Casa-grande e senzala” (1933) é referencial se queremos entender o discurso do sincretismo que irrompeu na sociedade brasileira da época: a idéia de um universo “nacional” isento de contradições, onde são eliminados os possíveis antagonismos e conflitos da sociedade. Assim, segundo Ortiz, a obra vai alimentar a crença de que, a partir de um processo de equilíbrio de antagonismos, o negro o europeu e o índio se misturavam na casa grande e na senzala, trazendo como resultado “positivo” a formação de um novo povo: o brasileiro. Também Thomas Skidmore desenvolve um olhar inquieto a respeito da perspectiva “otimista” de Freyre sobre a miscigenação cultural formadora do brasileiro. Para o estudioso, resguardando a validade do fato de Freyre fazer irromper em seu obra um certo orgulho em relação aos ingredientes dos quais seríamos formados, em termos de efeitos sobre a auto-noção e afirmação do povo, não teve como “efeito prático” o igualitarismo racial: “Ao contrário, serviu para reforçar o objetivo já estabelecido da elite de ‘branqueamento’, mostrando graficamente que a elite (principalmente branca) havia ganhado valiosos traços culturais a partir de seu contato íntimo com o africano e o indo” (SKIDMORE, 1994, p.85).

Extensamente comentada, citada, explicada, avaliada em importância e resenhada amiúde, é complexa essa tarefa de deixar aqui alguns grãos encontrados na leitura de “Casa-

grande e senzala”. De certo, não somem da luz espaçamentos na obra em que pudéssemos nos apoiar e tecer aqui uma crítica ou análise relativamente original ou menos recorrida em tantos outros pesquisadores¹⁶. No entanto, pela qualidade da tarefa que desempenhamos aqui - muitas vozes, muitos ecos - e também por minúcias temporais - quem me dera poder passar dias e dias mergulhando profundamente na obra de cada um dos autores aqui citados - as entrelinhas ficaram no fim da fila. O que nos causou afetação na obra de Freyre e na aproximação do autor com a imaginação do povo que sobre essa terra perambula, foi a habilidade de desenhar um microcosmo da sociedade agrária, escravista e patriarcal dos engenhos de cana.

O brasileiro? “Mestiçado” ora na casa-grande, ora na senzala, quando raça e cultura já não permitiam tantas delimitações. Dos portugueses, herdariam os brasileiros, entre outras qualidades, a aptidão para vida tropical, a mobilidade e a capacidade de se misturar facilmente com outras raças e culturas. Dos índios, o asseio pessoal, a higiene do corpo, o ardor guerreiro, o desapego, a rede do sono e da volúpia. Dos negros, o gosto pelo sol dos trópicos, a disposição para o trabalho, a energia sempre renovada, a sabedoria técnica, a maneira criativa, quase resignada, de lidar com um cotidiano adverso (seja na alimentação, nas festas, nos rituais religiosos ou na relação com os “senhores”). Nesse processo, e aí acessamos também as linhas de Silvio Romero, cada cultura que é parte da mestiçagem inaugural forneceu traços que, unificados, constituíram o ser “brasileiro”. A polêmica pausa, a nosso ver, no trato um tanto “açucarado” de Freyre em relação a esses encontros - na casa, na senzala - formadores da brasilidade, ponto de discussão evocado também em muitos dos intérpretes, comentaristas e curiosos da obra do autor.

Depois dessa incursão nas proposições de Freyre, trazemos um autor talvez menos preocupado com as feições “literárias” de seu texto e um tanto mais objetivo e preciso em

¹⁶ Essa conclusão poderia bem ser distribuída por todos os autores de que tratamos nessa dissertação, no entanto, a lembrança de fazê-la no momento em que tratamos da obra de Freyre irrompe, como já sinalizamos, da quantidade de observadores que estiveram dedicados, talvez embebidos, sobre suas linhas.

suas colocações. É de Portugal, segundo Sérgio Buarque de Holanda, que se originam as linhas mestras sobre as quais titubeia a cultura brasileira, sendo as outras influências - a do negro e do índio, mais propriamente - uma adequação a essa toada “essencial”. Com teor certamente menos romanesco e epopéico com que Luis de Camões narrou os grandes feitos de Portugal em “Os Lusíadas”, Buarque de Holanda, também mais modernista e jornalista que os demais pensadores da brasilidade, espalha por “Raízes do Brasil” (1936) a crença na forte herança cultural deixada a nós pelos colonizadores portugueses, materializado esse credo na idéia circulante de que “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (HOLANDA, 1995, p.31).

A capacidade de adaptação dos portugueses a novas circunstâncias, o individualismo aristocrático marcante em Portugal e na colônia brasileira, a “ausência completa” de qualquer orgulho de raça ou de um “espírito militar”, seriam marcas da personalidade de nossos colonizadores que ecoariam na formação do brasileiro. Certamente, Buarque de Holanda não era avesso à desarmonia que permeava o processo de constituição do povo deste país e permitia-se crítico, vez ou outra, de alguns cenários que se desenvolviam aqui e além mar, sob a liderança dos portugueses. O Estado patriarcal português e, a essa forma de governo ligado, o predomínio das vontades particulares em detrimento das vontades gerais (ou do interesse público, para usar um termo recorrente na pesquisa em comunicação) foi um dos alvos de algumas de suas linhas brandamente ferrenhas: “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório para qualquer composição social entre nós” (HOLANDA, 1995, p.104). Essa confusão entre assuntos públicos e privados - não sem a consciência de que tratar a todos como familiares cria uma rede de interesses a ser tecida, e bem aproveitada, entre as partes - geraria o “homem cordial”, reunindo em seus caracteres a afabilidade, hospitalidade e generosidade. Por homens cordiais, e por assuntos

cordiais, certamente, transitamos atualmente, quando nos convém acessar essa marca da brasilidade, que é tão extensamente criticada e, na mesma medida, utilizada. Talvez porque, ademais de todos os outros fios condutores de nossa personalidade, segundo Buarque de Holanda, “(...) podemos dizer que de lá [de Portugal] nos veio a formação atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se adaptou mal ou bem à essa fôrma ” (HOLANDA, 1995, p. 28)

Com o processo de desenvolvimento da indústria cultural no país, o que ocorreu nas décadas de 60 e 70, uma nova perspectiva sobre o “popular” e o “nacional” se delineava. Do povo-nação, passamos à vinculação do popular ao grande público consumidor do mercado de bens simbólicos que se estruturava no país, trazendo a correspondência povo-consumidor (ou povo-massa). A concepção de identidade nacional, por outro lado, passa a ser entendida como “a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional” (ORTIZ, 1994, p.165). No fervilhar dessas discussões, os antropólogos Darcy Ribeiro e, mais tarde, Roberto Da Matta, desenvolviam suas pesquisas a respeito do que faz o Brasil, Brasil¹⁷. Tanto Darcy, quanto Da Matta, procederam, em menor e maior ênfase, respectivamente, à ruptura da concepção racial que marcava a literatura sobre a identidade nacional brasileira até então. Por mais que esse caminho de distanciamento da perspectiva racial já tivesse sido iniciado nas primeiras décadas do século passado, a exemplo da posição de Gilberto Freyre em “Casa-Grande e Senzala” e em obras subseqüentes, a compreensão do caráter nacional a partir das configurações histórico-culturais específicas a cada formação social instaurou-se nesse momento como paradigma à grande parte da intelectualidade brasileira.

Em entrevista à equipe da TV Cultura, durante a realização de documentário sobre o livro “O povo brasileiro” (1995), Darcy Ribeiro, autor da obra literária, afirma que “no Brasil a mestiçagem sempre se fez com muita alegria, e se fez desde o primeiro dia (...)”

¹⁷ Referência ao livro de Roberto Da Matta, “O que faz o Brasil, Brasil?” (1984)

(RIBEIRO, 1995). Percepção que não o exime de destacar a dimensão da “tragédia da gente brasileira”¹⁸, da maneira como destaca em sua obra de referência: “Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão” (RIBEIRO, 2006, p.23). Em companhia de Ribeiro no desmonte de alguns mitos acerca da brasilidade, construídos pelos primeiros intelectuais que se ocuparam dessa tarefa, e sem desconsiderar a importância desses pensadores na constituição dos estudos sobre o imaginário brasileiro, o também antropólogo Roberto Da Matta, no corpo de sua literatura, vai proceder a uma relativização da “fábula das três raças” e da idéia tradicionalmente aceita de que houve uma relativa evolução racial harmoniosa no país, destacando, em relação à primeira, sua natureza enquanto

ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do ‘branco’, do ‘negro’ e do ‘índio’ como as unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas (DA MATTA, 1981, p.63).

No que diz respeito à idéia da mestiçagem harmoniosa, responsável em muito pela concepção de um Brasil atual onde não existe “racismo”, Da Matta ressalta que se as etnias eleitas formadoras do caráter do brasileiro podiam transitar entre a casa-grande, a senzala e a mata, não era em razão da personalidade humanitária dos portugueses, mas sim porque essas identidades e os papéis cabíveis a cada uma delas eram fortemente delimitados e hierarquizados. Além das referidas desconstruções, Da Matta (1984) desenvolve o conceito de “jeitinho brasileiro” como a capacidade de contornar certos ditames consensuais em benefício próprio, baseado em muito na troca de favores, no apelo emocional e na corrupção das leis¹⁹.

¹⁸ Como destaca Eugênio Bucci (2005) a respeito da obra de Darcy Ribeiro.

¹⁹ Interessante perceber como esse jeito pode assumir ares de ponto positivo na personalidade do brasileiro, associado à malandragem e à esperteza.

Todo esse processo de constituição de um imaginário “polifônico” acerca da brasilidade encontra-se ainda em movimentação, e sempre estará na medida em que os contextos em que são pensadas e exercitadas as relações com a nação também são mutantes. O fato é que não podemos negar a influência dos intelectuais citados na auto-noção do brasileiro enquanto membro de uma grande família nacional, possuidor que é de traços de personalidade unificados. Isso por que acreditamos na posição de “produtores de discursos públicos” que assumem os autores citados, bem como no diálogo de suas obras com todo um quadro de referências disponível no presente e passado de cada produção. Acreditamos, ainda, que o imaginário coletivo acerca do “caráter do povo” tem sido exercitado em diversas instâncias sociais, seja através de políticas culturais, da educação formal e ainda de processos mais informais. Nesse sentido, para além dos “articulistas” da brasilidade apresentados nesse texto, certamente em rede com a maneira como o Estado tem lidado com aqueles a quem representa - o povo – ao longo de tantos governos nacionais, atentamos ao fato de serem também os meios de comunicação de massa agentes de potencial educativo/ formativo na constituição da auto-imagem do brasileiro, seus estigmas, qualidades e pesares.

Se direcionarmos nosso olhar às representações midiáticas mais freqüentemente acessadas nos lares brasileiros (e nesse sentido, potencialmente mais passíveis de se tornarem referências na constituição identitária dos espectadores), perguntamo-nos: é possível hoje perceber vestígios do “homem cordial”, esse solidário, ou do brasileiro que tem um “jeitinho” particular, da forma como lhe caracterizam, respectivamente, Holanda e Da Matta? Encontramos o brasileiro receptivo, resignado e criativo de Gilberto Freyre, ou o povo de Darcy Ribeiro, aquela gente mestiça e que alimenta uma alegria enorme de viver? Dialogando com o refrão da música “A cara do Brasil”, conhecida por nós na interpretação de Ney Matogrosso, perguntamo-nos ainda: qual a cara da cara da nação? E, já que trouxemos aqui uma referência musical relacionada ao nosso tema, um gancho surgiu entre a pergunta

anterior e outra fonte musical, trazida aqui com ares de intimação: “Brasil, mostra cara...”, já dizia Cazuza, e também Gal Costa, entre tantos outros cantores que se renderam ao imperativo tornado canção.

2. O UNIVERSO AO REDOR

Televisão, jornalismo e identidade nacional

Começemos essa seção com alguns exemplos que irão servir como catalisadores da discussão sobre o imbricamento entre televisão, jornalismo e identidade nacional, momento que tenta dar conta de mais alguns enlaces entre discurso e prática social e lança as bases para o entendimento acerca do discurso como prática discursiva, segundo conceituação de Fairclough (2001). A rememoração de alguns episódios midiáticos afins a essas reflexões é cara por que alia à análise de um recorte específico olhares mais relapsos, mesmo pontuais, sobre a trama cotidiana tecida diariamente no meio audiovisual. Como já tivemos a oportunidade de dizer, não buscaremos dar conta de toda a complexidade dos processos identitários que envolvem o diálogo entre público e televisão, mais especificamente entre telespectadores e telejornalismo, mas sim apreender parte dessa realidade, entendida como vestígio e índice, e lançar uma base, mesmo que fluida, para outras pesquisas subseqüentes que se interessem pelo “Brasil em tempo de tv”²⁰, da maneira como fez Eugênio Bucci, e tantos outros pesquisadores.

Lembremos então de um Globo Repórter, veiculado como último programa do ano de 2007, que apresentou as histórias de alguns “brasileiros” que ajudam outros “brasileiros”. Como a temática perpassa em diversos nós o assunto ao qual nos dedicamos, construímos alguns rabiscos enquanto assistíamos ao programa. Resgatadas agora, essas anotações, lemos cada uma das histórias, apresentadas na época pelo repórter Marcelo Canelas. É o caso da narrativa sobre a costureira Marlene que, ao ver crianças tristes no Natal, colocou em ação sua máquina de costura para reformar bonecas e distribuir na data festiva,

²⁰ Título do livro de Eugênio Bucci (2005).

cuidando de tudo com o zelo de sua reputação, da maneira como nos informa o repórter. Também nos foi apresentada a história de uma veterinária chamada Laura que, depois do expediente, cuida de crianças debaixo de um viaduto, oferecendo aulas de higiene e recompensando as crianças que se esforçam em adquirir seus ensinamentos com passeios de carro pela cidade. Entre outras mais, recordamo-nos ainda da história de um senhor que, dizendo-se contra o paternalismo, desenvolveu um sistema de aquecimento de água com painéis feitos de material reciclável e faz questão de ensinar o método a todos. O que esse senhor espera em troca? Paz na consciência, de acordo com suas palavras, editadas na narrativa do programa global.

Um Brasil muito bonito revelou-se diante de nossos olhos, com aquele Globo Repórter de fim de ano. Solidariedade, respeito, afetividade, mão na massa. A escultura moldada, imaginariamente, desenhou um povo do qual podemos sentir orgulho, que trabalha em prol do coletivo, resiste e subsiste, tão ausente de um Estado que lhe dê a atenção devida. Parece claro, no decorrer do programa, a dicotomia povo *versus* Estado: o primeiro, o orgulho da nação; o segundo, apagado em suas ações e distante do coletivo ao qual deveria servir e representar. A obscuridade discursiva de um diálogo certamente possível na prática (mesmo que não corriqueiramente ativado) estimularia o desenvolvimento de uma qualidade cara ao povo que vive sob a égide da denominação “brasileiros”: a criatividade. Em outro Globo Repórter, que teve chamada no Jornal Nacional²¹, nos foram apresentados alguns brasileiros que escaparam do desemprego descobrindo novas profissões: a arrumadeira de iates luxuosos, o provador de chocolates finos, o técnico de manutenção em parque de diversão, o guia de observadores de aves, a avaliadora de fragrâncias, entre outros personagens que conseguem aliar trabalho à diversão sem abrir mão de um bom salário mensal. Aqui, a criatividade serve como propulsora do que convencionamos chamar de “subir na vida”, atrelando a uma boa

²¹ Do modo como procede em todas as edições de sexta-feira no JN.

renda e à diversão no trabalho o conceito de felicidade, de sucesso, do indivíduo “bem-sucedido”. Aqui, o brasileiro é criativo para o bem estar individual, no sentido material e psicológico. No exemplo do Globo Repórter de fim de ano, os personagens são criativos em benefício do coletivo, embora não deixemos de considerar o não menos importante aspecto de que, em alguns casos e evitando generalizações, o voluntariado atua também como um reconfortante interior, como via de alcançar a paz da consciência, e, por isso, como meio de satisfação individual.

Dizeres sobre o povo brasileiro, narrados nos exemplos apresentados acima, são recorrentes em diversos gêneros e formatos midiáticos²². Dizeres que contribuem para a construção de referências identitárias do público a que são dirigidos. Isso ocorreria tanto ao contribuir para a identificação do indivíduo/ telespectador como parte do coletivo, quanto no reconhecimento da existência de semelhantes e diferentes (o Outro, aquele que não é brasileiro e/ou não se encaixa nas prerrogativas, construídas discursivamente, envolvidas na denominação). Também no telejornalismo veiculado via Jornal Nacional encontramos ecos dessa construção imaginária da família nacional, tanto nas edições diárias quanto em reportagens especiais organizadas em séries²³. Nesse sentido, alimentamos a crença na parceria constituinte entre televisão, jornalismo e identidade nacional, tal como podemos entrever a partir de observações mais relapsas sobre as narrativas midiáticas. No entanto, se queremos entender o papel de nosso objeto empírico na construção e representação do rosto do brasileiro, importa localizá-lo em um “universo circundante”, situando-o como parte de um processo comunicativo relacional, o que nos dará base às reflexões subseqüentes sobre a parceria creditada anteriormente.

²² Sobre a estruturação dos programas em televisão, a classificação em gêneros e formatos específicos, ver José Carlos Aronchi (2004).

²³ Em artigo intitulado “Séries de reportagem em televisão: reflexão sobre um possível telejornalismo interpretativo” Iluska Coutinho afirma que “o formato série de reportagem (...) se aproximaria de uma espécie de novela informativa, em que cada capítulo possibilitaria o aprofundamento de um tema ou aspecto da realidade retratado na TV” (COUTINHO, 2008, p. 4-5).

Importa dizer que entendemos a comunicação, em suas mais diversas manifestações e suportes, a partir de uma perspectiva relacional, mais próxima do termo “diálogo” e distante da idéia de transmissão unilateral de informações. Essa perspectiva está afinada com o entendimento das professoras Vera V. França e Rousiley C. M. Maia, quando defendem que a ação comunicativa deve ser vislumbrada como um

(...) processo de produção e compartilhamento de sentidos entre interlocutores, processo sempre marcado pela situação de interação e pelo contexto sócio-histórico. Quer a ênfase recaia prioritariamente sobre os processos midiáticos, que recaia sobre os processos de interação, a globalidade do processo comunicativo deve ser sempre pressuposta (FRANÇA, 2000, p.188).

Na direção desse pressuposto, vale-nos destacar a interação constituinte entre os elementos envolvidos em cada ato comunicativo, seja na pretensa simplicidade de uma conversa a dois, seja na complexidade da troca mediada por um suporte tecnológico como a televisão. Assim, fugimos da idéia de que os meios de comunicação atuam como espelhos da realidade e, de acordo com defendem alguns estudos, introjetam mensagens no público ao qual se dirigem²⁴. Da mesma maneira nos afastamos da concepção de que do outro lado da telinha, há um receptor passivo em relação às informações transmitidas, uma massa uniforme, monolítica e alienada da possibilidade de construção conjunta de sentidos, quando exposta aos conteúdos midiáticos²⁵.

A ênfase no ato comunicativo como um diálogo, caminha próxima à conceituação de Fairclough, quando explica o discurso como modo de ação e representação do mundo, sendo as dimensões contextuais e os interlocutores de cada momento de comunicação

²⁴ A Teoria Hipodérmica, dentro da tradição norte-americana de estudos da comunicação, faz emergir a perspectiva de que os meios operam em onipotência na transmissão de sentidos, sendo o público vulnerável a essa “imposição” (Ferreira, in: FRANÇA, HOHLFELDT, MARTINO, 2001).

²⁵ Os teóricos da Escola de Frankfurt, realizando análises no âmbito da teoria crítica da sociedade, cuidaram em trazer à tona os efeitos de massificação da sociedade a partir do desenvolvimento da indústria cultural. Aos indivíduos, tornados massa, caberia uma “adesão sem reação (...) às proposições emanadas da sociedade” (Ferreira, p. 111, in: FRANÇA, HOHLFELDT, MARTINO, 2001). Mesmo que discordemos da suposta incapacidade de resistência do público em relação às mensagens transmitidas via mídia, não desconsideramos os méritos da postura crítica envolvente aos teóricos frankfurtianos, pois eles foram responsáveis por em desvelar as formas ideológicas da cultura da mídia, indicando como os discursos podem agir reforçando e legitimando os mecanismos de opressão (KELLNER, 2001).

elementos ativos, e essenciais, acrescentamos, na produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001). Marialva Barbosa também acredita que a completude da “obra” - feita também notícia, novela, campanha publicitária, programa de rádio, etc - realiza-se no momento em que interagem partes e contextos envolvidos na ação comunicativa. “O texto só se completa pelo itinerário da leitura, sendo o objeto literário constituído pela atividade de ler” (BARBOSA, 2007, p.23). Com essa afirmação, Barbosa considera que a obra “é uma produção comum do autor e do leitor” (BARBOSA, 2007, p.23). Essa perspectiva está na mesma direção das proposições de Stuart Hall, a nos apresentadas através do artigo “Codificação/Decodificação” (2003), quando o autor procura equalizar hegemonia e contra-hegemonia no que diz respeito aos conteúdos e efeitos promovidos pelas mídias. No texto, Hall reconhece o poder dos meios de comunicação de massa como instrumentos legitimadores e construtores de ideologias, mas também considera a capacidade dos indivíduos de resistir, de diversas maneiras, a esses índices de sentidos. De fato, como o mesmo autor considera, parece existir uma “estrutura dos discursos em dominância”:

As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizados através de sentidos dominantes ou preferenciais. (...) Dizemos dominante e não determinado porque é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um mapeamento. Mas dizemos dominante porque, de fato, existe um padrão de leituras preferenciais, e ambos – dominante e determinado – têm uma ordem institucional/política/ideológica impressa neles e ambos se institucionalizaram (HALL, 2003, p. 396).

No entanto, ao assumirmos a existência desse padrão de leituras preferenciais, ainda assim podemos afirmar que a decodificação das mensagens midiáticas é um momento condicionado, moldado, *preferível*, e não determinado, garantido, totalmente prescrito. A decodificação relativiza-se por ser um processo discursivo, assim como o momento da codificação, ou seja, por estar intrinsecamente relacionada a um contexto social e cultural maior, que também é condicionante.

Como afirma Hall, “(...) não existe uma necessária correspondência entre codificação e decodificação, a primeira pode tentar ‘pre-ferir’ [é o caso dos sentidos dominantes], mas não pode prescrever ou garantir a segunda, que tem suas próprias condições de existência” (HALL, 2003, p. 399). Também Jesús Martín-Barbero (2006) nos alerta para a interdependência dos elementos envolvidos em cada momento de comunicação, e ainda sobre o poder “relativo” da televisão se consideramos que há outras “mediações” envolvidas na produção de sentidos, ou seja, todo um repertório cultural e marcadores identitários aquém e além do enlace entre televisão e telespectador, que seriam cruzados com a telinha no momento que diante dela nos colocamos. O que implica, nas palavras do pesquisador, na exigência de um certo abandono do “mediacentrismo” para nos curvamos às mediações, ou seja, “aos lugares dos quais provém as construções que delimitam a configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 294).

A riqueza de se pensar além dos meios, em direção às mediações, do modo como defende Barbero, nos coloca também diante da perspectiva relacional que aqui queremos tomar como premissa geral. Assim, considerada a comunicação como diálogo, imbricada que está pelo contexto do qual emerge cada troca comunicativa e o papel ativo dos interlocutores na produção de sentidos que dessa interação emerge, nos lançamos a refletir de forma mais atenta as imbricações entre mídia e identidades, já que por meio de nosso objeto empírico buscaremos realizar uma discussão sobre as encruzilhadas entre telejornalismo e formação do imaginário acerca do povo brasileiro.

Para isso, contamos inicialmente com o parecer de Aluizio Trinta (2007) quando destaca as estratégias de identificação e projeção engendradas pelos meios de comunicação como forma de tornar fortificado o vínculo com o público – a audiência – das mensagens embebidas em diferentes suportes. Identificações e projeções, quando animadas pelo sujeito

na trama cotidiana ou enraizadas em subjetividades que partem do indivíduo ou do grupo, contribuem para a formação de imaginários que, tal como defendemos, são introjeções do real, narrativas ideais, e propulsoras de ações quando retornam ao real. Nesse jogo de identificações, projeções e formação de narrativas ideais (inebriadas pelo real), as “tecnologias do imaginário”, como propôs Juremir Machado da Silva, atuariam como “dispositivos de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador desses indivíduos ou grupos. São magmas estimuladores das ações e produtores de sentido” (SILVA, 2006, p. 47). As diferentes mídias, sejam mais inclinadas à informação, arte ou entretenimento, do modo como observa Silva, estariam enquadradas no esboço conceitual sobre esses “magma estimuladores das ações e produtores de sentido”, na categoria metafórica de afluentes de bacias semânticas, o *composé* dos imaginários.

Os canais (de televisão), os provedores (de Internet), os fluxos comunicacionais, as redes (informativas e de contato) e as correntes (de significados) são os afluentes das bacias semânticas. Nos imaginários, tudo é movimento e correnteza. As bacias semânticas deságuam nos grandes oceanos que são as culturas. Estas, fertilizadoras e fertilizadas, irrigam os imaginários ribeirinhos, espalhando húmus necessário à germinação simbólica. A água salgada torna-se doce; a doce flui para o mar. O imaginário é um processo de dessalinização cultural (SILVA, 2006, p.77)

Seguindo o fluxo que essa perspectiva possibilita, poderíamos inferir que há uma relação estreita entre mídia, imaginário e cultura. E, de modo que cada um desses elementos se reproduz ou atualiza por meio de sistemas discursivos, e, se entendemos que escolhas de linguagem implicam posicionamentos ideológicos, não poderíamos desatrelar cada um desses termos - mídia, imaginário e cultura - à reflexão sobre ideologia e hegemonia. Com essas prerrogativas, vislumbramos o entendimento acerca do diálogo entre mídias (“tecnologias do imaginário”) e o complexo cultural que se estabiliza sob o nome de memória coletiva, já que tanto um como outro são instrumentos de perpetuação e transformação da idéia que temos sobre a coletividade nacional, tornada sujeito pela expressão “povo brasileiro”.

No entendimento da estudiosa Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, em uma sociedade marcada pelas formas orais de transmissão dos saberes, “a memória coletiva é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incumbem de transmiti-la às novas gerações, cabendo aos mais velhos, devido à sua maior experiência e vivência, o importante papel social de guardiões da memória” (VON SIMSON, 2004, p. 25). Isso nos leva à seguinte reflexão, também acionada por Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasiliense (2007): se pensamos na sociedade contemporânea e no lugar de destaque que os meios de comunicação assumem na casa e na rua – sem cair no mediocentrismo tal como nos alerta Jesús Martín-Barbero -, não caberia em grande parte a essas mídias o papel de guardiões da memória de dada coletividade?

Quando ousamos essa indagação e nela, certamente, já sublinhamos a crença na relação mídia/memória, não queremos ainda “qualificar” a função de suporte de memória dos mais diversos meios de comunicação, em tantos de seus gêneros, formatos, contextos específicos, ou seja, não buscamos agora entender se a mídia em geral é uma “boa” guardiã de memórias, no sentido de preservar e transmitir enquadramentos para certo grupo. O que nos cabe nesse momento sublinhar é a crença no papel dos meios de comunicação como mediadores na apreensão do mundo por parte dos sujeitos, considerada a mediação como construção. Da maneira como entendem Ribeiro e Brasiliense,

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais (RIBEIRO e BRASILIANSE, 2007, p. 222).

Assim, seguimos crendo na experimentação da(s) realidade(s), via meios de comunicação, levando em consideração as diversas outras “mediações” que podem interpelar

esse processo de construção de conhecimento, de oferecimento de perspectivas de mundo, referências através das quais nos identificamos enquanto sujeitos, individuais e coletivos.

2.1 TELEVISÃO: OFERTAS DE PERSPECTIVAS

Temos falado até esse momento dos meios de comunicação ou da mídia de forma bem genérica, no papel de constituição da memória coletiva que cabe aos conceitos. Nesse momento nos aproximamos mais da reflexão sobre a mídia televisiva, suporte midiático através do qual o JN ecoa a nação diariamente, por isso também parte do universo envolvente a nosso objeto empírico. Não nos interessa, de modo primordial, varrer o polifônico campo de teorizações sobre o que é a televisão, em seus caracteres técnicos, formas de linguagem e papel social. Entendemos que essa empreitada já fora realizada brilhantemente por muitos pesquisadores, desde que o veículo aportou no Brasil e mesmo antes, quando já irradiava suas luzes em outros países, contextos, culturas. Interessa sim, e logo de início, proceder à ressalva de que as reflexões aqui apresentadas não são dirigidas ao meio em si, à sua natureza como meio audiovisual de “transmissão” de informações, e sim ao modo de funcionamento da tv em dada sociedade, com destaque para o telejornalismo, seu uso e lugar no processo comunicativo que envolve produtores e receptores específicos. Dizemos isso entendendo que limitações ou possibilidades técnicas interferem no modo como essa mídia audiovisual será ou não utilizada em uma dada sociedade. E isso vale para as “utilizações” de vários outros suportes, como o rádio, o livro, o jornal impresso. Não poderíamos exigir do rádio, por exemplo, a disponibilização de imagens, nem da tv, dados seus multicódigos possíveis, que valorizasse as palavras em detrimento da imagem. No primeiro caso, seria impossível, puro devaneio; no segundo, empobrecedor, porque imagem, texto falado, texto escrito, sons diversos compõem o mosaico de códigos oferecido pela tv. Também não faremos uma

incursão bibliográfica sobre a “história” da televisão, porque possivelmente correríamos o risco de desconsiderar ou não abarcar - dado o espaço e objetivos deste texto - formas outras de contar e recontar as imbricações entre tv e sociedade, que não aquelas já contadas e recontadas em tantos livros²⁶.

É a imbricação entre televisão e sociedade na contemporaneidade que nos interessa, a maneira como se interabastecem ao se encontrarem em diversas encruzilhadas, ao desaguarem *em* e alimentarem *as* mesmas bacias semânticas, ao se afinarem com todo um contexto político, econômico, social e cultural circundante e permeável. Por que não há de ser possível separar tv e sociedade: da evolução de uma, o nascimento ou movimentação da outra. Por que a televisão é uma técnica, um “meio” de comunicação, como o é por exemplo, o nosso corpo, com suas possibilidades comunicativas, suas limitações, as expectativas que nele depositamos, as mudanças que para ele projetamos e as frustrações advindas. Obviamente, corpo e televisão são dois suportes comunicacionais com natureza e possibilidades de usos diferenciadas. A comparação entre ambos serve, de certa forma, para desnaturalizar o “como” fazemos tv (ou utilizamos nosso corpo) atualmente, e nisso não há julgamento de valor, a menos por hora, sobre ser esse modo de fazer tv contemporâneo positivo ou negativo.

Olhar a televisão em seu vínculo com todo um repertório ou contexto social, histórico, político, cultural do qual essa técnica emerge e com o qual interage, nos abre a possibilidade de pensar e agir em prol daquilo que consideramos ser um programa de qualidade, de propormos reestruturações nas rotinas produtivas, de almejarmos outras formas de utilização dessa tecnologia que incitem a ação política por parte dos telespectadores. Por outro lado, e se estamos inteirados com a trama cotidiana e os sistemas maiores de condicionamento das ações (o político, econômico, cultural, entre outros), esse olhar

²⁶ Sobre essas formas outras de entender o meio e as mediações, interessante acessar o trabalho de Marialva Barbosa, quando propõe uma “História Cultural da Imprensa” (2007) e, para isso, busca em fontes pouco usuais em pesquisas “históricas”, como os jornais cariocas de destaque do século passado, o fio condutor para entender as transformações ocorridas na imprensa brasileira, em sintonia com o desenvolvimento da sociedade como um todo.

desnaturalizador nos permite encontrar nessa mesma mídia, “afinada” com uma lógica capitalista de produção de bens simbólicos, discursos contra-hegemônicos ou programas que prezem pela “qualidade” informativa, pelo respeito sincero à diferença e pelo combate ao preconceito.

Nessa perspectiva destacamos as palavras de Vera França que, no artigo “A TV, a janela e a rua” nos comunica a crença de que “a televisão é um meio que vem se recriando continuamente enquanto linguagem, passível de diferentes usos, alojando práticas distintas, acolhendo múltiplos discursos” (FRANÇA, 2006, p.13). No livro “Narrativas televisivas: programas populares na TV”, organizado por França, são apresentadas análises de programas específicos, de caráter popular, o que implica a existência como elemento definidor da “presença de figuras (pessoas) e temas advindos da realidade das classes populares” (2006, p.41). Mesmo ocupando-se os artigos de análises de situações particulares, da interação entre um programa televisivo específico com seu público, também único; França indica a necessidade de se esboçar um panorama geral dos estudos sobre televisão, de forma a orientar os caminhos e as escolhas teóricas a serem desenvolvidas mais profundamente no diálogo entre a análise do recorte empírico e o referencial teórico-metodológico. Esse panorama, longe de dar conta ou ordenar todos os autores que contribuíram ao enriquecimento do campo de estudos sobre a televisão, prima pela identificação de três grandes tendências ou ênfases de olhar a tv: os enfoques mais gerais sobre o diálogo entre tv e sociedade, os estudos sobre as veleidades técnicas e de linguagem do meio e as análises de programas específicos.

Também Iluska Coutinho (2003), no momento em que constrói uma reflexão sobre a televisão, presente no texto de sua tese de doutorado²⁷, promove uma divisão dos estudos sobre a televisão em duas vertentes: uma, tem como ênfase análises da tv como meio de comunicação (equiparada essa vertente ao que Vera propôs ser o enfoque nas relações

²⁷ “Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em televisão” (2003).

entre tv e sociedade), outra, prioriza a observação sobre os gêneros e mensagens (o que se aproxima do que Vera denominou “caracterização técnica do meio e de sua linguagem”). Dentre uma gama enorme de autores que se ocuparam de uma ou outra vertente de estudos, e a fim de que alcancemos uma compreensão sobre essa mídia tão debatida, iremos acessar aqueles que mais nos serão úteis, no que diz respeito ao desvelamento e compreensão de nosso objeto de estudo.

2.2 O MEIO E O DIÁLOGO

Certamente foram intensas as reações provocadas quando da inserção, na década de 50, dos aparelhos de televisão no cotidiano nacional, tão diferentes dos veículos de comunicação até então acessados, tão semelhantes em suas projeções com as imagens “reais”, palpáveis. O fato de a televisão ser uma técnica de comunicação que transmite sons e imagens em movimento, valendo-se para isso, segundo Umberto Eco (2004), dos códigos icônico, lingüístico e sonoro, contribuiu em muito para que a mídia conquistasse um lugar fixo na casa de milhares de pessoas. Guilherme Jorge de Rezende afirma ser plausível considerar que o fascínio exercido pela tv, para além de fatores circunstanciais, tem origem na própria natureza da mídia. Nas palavras desse autor, “A sensação de encantamento despertada pela experiência visual seria, por si, suficientemente compulsiva para mantê-lo preso diante do televisor” (REZENDE, 2000, p.31). Mas há outras análises e pontos a considerar, mais vinculados ao contexto específico com o qual a tv dialogou quando chegou por aqui. Rezende afirma que

Vários fatores contribuíram para que a TV se tornasse mais importante no Brasil do que em outros países: a má distribuição da renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 1960 e 70, a imposição de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa teledramaturgia (REZENDE, 2000, p.23-24).

Deixando de lado a adesão a alguns vocábulos, digamos, mais controversos presentes na citação do autor (como “imposição” ou “qualidade”), poderíamos inferir que o “sucesso” da mídia televisiva aqui em nosso país deve-se à combinação de fatores da natureza mesma do veículo com características próprias de nosso contexto sócio-cultural. Se na década de 50 ter uma tv em casa era privilégio de alguns, hoje os aparelhos de televisão estão presentes, não raro, em vários cômodos de uma casa, somando uma porcentagem de 84%²⁸ de lares brasileiros que dispõem da mídia, seja para entreter, seja para informar, seja por simples companhia²⁹. João Luís Van Tilburg (1996), no texto “Arquitetura do Espaço-Tempo Televisivo”, avalia que o televisor, junto com as mobílias da casa, compõe a personalidade do *habitat* ao emprestar seus contornos ao cenário onde está inserido. “Este televisor traz o ‘retrato’ do ‘mundo de fora’, algo por natureza estranho à ‘personalidade’ da casa, mas que, por razões as mais variadas faz seu morador se acostumar, aparentemente, com a estranheza deste elemento” (TILBURG, 1996, p. 45). O estudioso Muniz Sodré (1984), no mesmo curso de discussão, vai entender o espaço familiar como situação receptiva chave ao mosaico da programação televisiva.

Um dado cultural não pode existir independentemente de sua situação característica de recepção ou de consumo. E a situação receptiva das mensagens televisivas é marcada pelo espaço familiar. A tevê interpela o espectador enquanto indivíduo-membro da comunidade familiar, reunida na parte da casa onde se concentra a atividade coletiva. Este modo de recepção se inscreve no sistema significativo da produção televisiva, intervindo tanto na natureza como na qualidade dos conteúdos transmitidos (SODRÉ, 1984, p.58).

²⁸ Segundo nos indica Venício A. de Lima, autor do texto sobre “televisão”, incluído no apêndice do livro “Palavras-chave” de, Raymond Williams (2007).

²⁹ Quando rumei pra Viçosa, MG, para cursar minha graduação em Comunicação Social/Jornalismo, levei a tiracolo aquele aparelho que me acompanharia cotidianamente, horas a fio, mas especialmente à noite, quando o silêncio reina e a solidão vem de brinde: uma tv dessas pequenas, colorida na carapaça e preto/branco nas imagens. O glamour ficava por conta da forma como as imagens eram fixadas na tela: em tamanho *wide screen*. E eu achava super chique, retrô e *cult*, muito *cult*, aquele aparelho instalado numa mesinha branca em meu quarto, todo estilizado. Quando ele me acompanhava noites adentro, eu deixava o som bem baixinho, pra não atrapalhar o processo de imersão no sono. O mais interessante era que por vezes eu me esquecia que o colorido passava longe da projeção, não me faziam falta as cores, a não ser quando alguém entrava no meu quarto, olhava pra tv e dizia: como você consegue ver tv assim? E eu ficava encucada com esse “assim”.

Diante da tela, famílias se colocam como telespectadores de uma gama de programas. Certamente, esse leque de alternativas é reduzido quando pensamos na clássica divisão entre programas informativos e de entretenimento “puro”³⁰. Apostando na “transparência perdida” da televisão, Umberto Eco (1984) vai construir seu argumento acessando inicialmente a dicotomia clássica entre “programas de informação” e “programas de fantasia e ficção”, que marcaria a opinião pública sobre a totalidade da programação televisiva. Aos primeiros, caberia dizer a verdade, segundo critérios de relevância e proporção, de modo a separar informação e comentário. Os programas de ficção, por outro lado, se ocupariam da construção fantástica, reconhecida pelo espectador que consciente e momentaneamente suspenderia a incredulidade para entrar na “brincadeira” ficcional. Eco vai defender que essa dicotomia está enraizada em diversas instâncias sociais, e é refletida na natureza das críticas direcionadas à tv. Se em direção aos programas “informativos” movem-se inquéritos contra a “violação dos critérios de veracidade”, aos de ficção restariam “artigos na terceira página ou na seção de tevê” (ECO, 1984, p.185). No entanto, para além dessa divisão ainda prevalecer aos olhos do espectador comum, arraigada que está no imaginário social, o autor pondera:

A relação de verdade factual sobre a qual repousava a dicotomia entre programas de informação e programas de ficção entra em crise e tende cada vez mais a envolver a televisão em seu conjunto, transformando-a de um veículo de fatos (considerado neutro) em um aparato para a produção dos fatos, de espelho da realidade em produtor da realidade (ECO, 1984, 1992).

O que Umberto Eco nos faz compreender é que essas divisões entre um programa televisivo e outro não são “naturais”, mas se institucionalizaram tanto do lado de quem produz televisão, quanto na esfera da recepção. Em Arlindo Machado (2005) encontramos a concepção de que os eventos televisivos têm em comum apenas o fato de compartilharem

³⁰ Embora seja clássica essa divisão hoje é contestada por aqueles que acreditam que pela natureza do veículo haveria um embaralhar dessas fronteiras, cada vez menos rígidas.

códigos de comunicação - a imagem e o som - transmitidos eletronicamente de emissores para receptores. Ainda, segundo Machado, existiriam maneiras “relativamente estáveis” de organizar os elementos previstos nos códigos televisuais, ou seja, as possibilidades de comunicação de que dispõe a tv, enquanto técnica, seriam manejadas de diferentes formas. Isso nos leva a entender a programação televisiva enquanto produção variada, em lugar da suposição anterior de mesmice. Também nos faz caminhar na compreensão do conceito de gênero, caro a essa dissertação. Buscando inspiração em Mikhail Bakhtin, o autor considera

gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras (MACHADO, 2005, p.68)

Nessa perspectiva, com a qual concordamos, se dado programa é enquadrado em determinado gênero televisual, isso se deve ao fato dele (o programa) estar nutrido por formas estáveis de organização da linguagem (o que implica também o modo de imaginar o público), que se afinam com a mesma empreitada quando realizada por outros programas. A expressão “força aglutinadora” tem grande relevância na concepção de gênero: primeiro, por nos fazer entender o gênero como uma força que provoca ou incita a reunião e não uma força que determina os caminhos de modo totalizante; segundo, por nos trazer a lembrança de que, no interior de um campo de forças - os vários gêneros televisuais - deslizam vários programas, já que não existem barreiras solidificadas o bastante que nos permitam especular o não-diálogo entre os sistemas de convenção de certo conjunto genérico. Ou seja, há uma relativa estabilidade de aproximação entre os programas, mas esta não é garantida *ad infinitum*, por estarem inseridas as tendências de aglutinação nas dinâmicas sócio-culturais: “O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a sua vida” (MACHADO, 2005, p.69). Itânia Maria Mota Gomes,

no artigo “Efeito e Recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media”, vai enfatizar o papel do receptor na modulação dos gêneros, já que “os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto dos media” (GOMES, 2003, p.48).

No que diz respeito à diferenciação entre ficção e realidade - o mote imaginário que possibilitaria a separação entre programas de ficção e de informação -, acreditamos que aceitar o conceito de gênero, no sentido apresentado, não significa a tomada de uma posição tradicionalista sobre os limites entre uma e outra. Como já trouxemos à tona no início deste texto dissertativo, baseamo-nos na idéia de construção social da realidade, movimentada através de uma série de sistemas de representação que, longe de captarem uma possível “realidade objetiva”, efetivamente constroem - imaginam - *um* mundo (e não *o* mundo). O artigo indefinido sublinhado serve para nos fazer entender que, dependendo do quadro de referências culturais de cada sujeito, bem como da interação que ele estabelece de imediato com outros interlocutores e ainda das composições histórico-sociais de que é parte, *um* mundo é possível de ser apreendido, diferente daqueles construídos pelo olhar de tantos outros sujeitos.

Poderíamos nos abster dessa discussão, digamos, mais filosófica ou existencial sobre realidade, verdade e conceitos afins. Porém, pela importância perene, trans-histórica e específica ao campo do jornalismo da qual se nutre a reflexão, sendo ela atualizada vez por vez (além da própria tendência desta pesquisadora em problematizar discussões transversais ao tema principal), ousamos “gastar” algumas poucas linhas a mais, se nos permitem os leitores. Nessa discussão, estamos afinados com o pensamento de Friedrich Nietzsche (1992), quando percebe todas as formas de conhecimento - todas as formas de apreensão da realidade -, desde a percepção sensível até a ciência, passando pela formação da linguagem e dos conceitos, como “atividades artísticas”, exaltando a percepção de que sem o homem o mundo

não teria sentido, já que este é construído socialmente, somente assim adquire sentido e é possível de ser experienciado. Sendo assim, a realidade circundante e envolvente - todos os objetos, átomos, sensações, subjetividades - só existe enquanto tal a partir da nossa *criação*, do nosso *olhar*, da nossa *percepção*³¹. Trazendo essa discussão mais ampla - para muitos um “devaneio”, não para nós – ao campo de estudo que se forma sobre a televisão e seus gêneros, poderíamos afirmar que cada um enxerga sua própria realidade e, nesse sentido, não há uma verdade a qual devemos buscar incessantemente, da forma como se torna projeto essa empreitada para muitos jornalistas, por exemplo, e da forma como a sociedade espera que ele trabalhe: pela verdade. Também, assumimos o poder dos “produtores de discursos públicos” - grupo no qual estão incluídos os jornalistas - de afetar a realidade com suas formas específicas de “apresentação” do mundo.

Feitas essas considerações, nutrimos crença de que a diferenciação entre programas de ficção e programas de entretenimento não deve creditar a “verdade” como possibilidade humana, já que uma numerosa cadeia de filtros e óculos são ativados na apreensão da realidade, nos impossibilitando a obtenção da neutralidade e da imparcialidade no relato de um fato. Os profissionais envolvidos em programas televisivos, seja um telejornal, uma telenovela ou programa de auditório, se valem de uma série de convenções ou métodos de trabalho que são usuais e organizativos na apreensão da realidade³², produzindo formas de ver o mundo específicas, nunca as únicas verdadeiras.

Como já indicamos anteriormente, e voltando a acessar Itânia Maria Mota Gomes, os gêneros funcionam muito mais como “estratégias de interação” e menos como enquadramentos fixos aos quais um programa deve necessariamente adequar-se. Logo,

³¹ Se levamos essa perspectiva adiante, formulamos outra proposição, em consonância com a proposta do filme “Quem somos nós” (*What a Bleep do We Know*. EUA, 2004)³¹: não é o meio que cria o homem, mas o homem que cria o meio. A realidade, os problemas sociais, os fenômenos diversos, existem enquanto possibilidade, enquanto virtualidade, enquanto tendência que será ou não desenvolvida. Daí nosso poder de afetação sobre o mundo. Daí a capacidade humana de transformar e ser agente do meio em que vive.

³² No caso dos jornalistas, entre esses métodos estariam os critérios de noticiabilidade, objeto dos estudos do *newsmaking*.

“Colocar a atenção nos gêneros implica reconhecer que o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero” (GOMES, 2003, p.48). Nessa direção, e voltando à discussão proposta por Umberto Eco sobre a fluidez das fronteiras entre os gêneros televisivos, não validamos a “verdade” como categoria definidora da diferenciação entre os programas, até porque não acreditamos na existência “da verdade” enquanto entidade ou realidade objetiva.

Realizada essa reflexão mais ligada à linguagem televisiva (a televisão como “técnica”)³³, caminhamos agora ao que Iluska Coutinho (2003) entende ser o enfoque de análise da “tv como meio de comunicação”, ou, ao que Vera França (2006) denominou de estudos sobre as “relações entre tv e sociedade”. Dentro do leque de olhares possíveis sobre a televisão em suas dimensões sociais - ou seja, no que se refere à reflexão sobre o eventual diálogo constitutivo entre tv e sociedade, importa-nos entender, em primeira instância, os encontros entre televisão e formação do imaginário coletivo. Depois, iremos nos aproximar do campo do jornalismo, em seu trabalho de reformulação da experiência temporal, já que essa performance está ligada diretamente à possibilidade de imaginação de pertencimento ao coletivo da nação, como veremos. Em seguida, buscaremos dar conta de entender a linguagem do telejornal, bem como sua experiência não menos importante como “prática social”, na formação do público entendido nessa dissertação como o “povo brasileiro”. Os lugares institucionais da Rede Globo e do Jornal Nacional também serão destacados, antes da apresentação da análise, mais propriamente no próximo capítulo.

³³ Vale registrar que não acreditamos na separação estanque entre um tipo e outro de análise, já que as dimensões técnica e social são interinfluente. Apesar disso entendemos que esse esforço de abstração e diferenciação é necessário para que não caiamos em concepções tecnicistas ou apenas denunciadoras.

2.3 O IMAGINÁRIO NACIONAL EM TEMPO DE REDE GLOBO

Juremir Machado Silva (2006), em sua reflexão sobre as “tecnologias do imaginário”, nos presenteia com o vislumbre do conceito de “laço social”, vinculado que está à formação de imaginários. Para Silva,

O laço social serve de cimento à vida em sociedade. Porém, só se atualiza pela força de valores partilhados, de imagens reverenciadas em conjunto e de sentimentos e afetos intensificados pela comunhão. Não há laço social sem imaginário. O nó entre laço social e imaginário, em sociedades marcadas pela contradição e pelo conflito, depende do paradigma da complexidade: concilia-se o inconciliável nas vivências de cada dia. Na abstração racional, o contraditório deve ser expurgado. No concreto das práticas cotidianas, o paradoxo alimenta os imaginários (SILVA, 2006, p.21)

A idéia de “laço social” como cimento à experiência dos sujeitos em uma sociedade, nos faz crer que a partilha de imaginários entre os habitantes de certa composição social contribui para tecer a rede, formar laços que irão, imaginariamente, desenhar a família nacional, ao menos em seus contornos. Não raro ouvimos dizer que essa ou aquela pessoa “tem cara de brasileiro”, dito assim, de forma bem genérica, quando os traços se assemelham àqueles do arquétipo, da miscigenação dos tipos indígenas, negros e brancos: reconhecidamente brasileiro. Outras vezes, nos vemos afirmando enfaticamente que é “coisa” de brasileiro o ar da malandragem ou a capacidade de contornar um problema de um jeitinho bem particular (seja pra “enrolar” o chefe ou conseguir uma graninha extra no fim do mês). Também não raro ouvimos dizer, de formas variadas, que a corrupção é um “carma” do brasileiro, coisa quase inerente, natural. Ou que o povo (assim, de forma bem ampla) é passivo demais pra entoar manifestações contra os mandos e desmandos dos governantes. Vivemos na ilusão coletiva de que somos unificados em caracteres físicos e culturais. E para essa empreitada, o termo genérico “povo brasileiro” nos dá respaldo - oferece uma “bacia semântica”, acessando mais uma vez Silva (2006).

Interessante o processo de construção desse repertório comum, que permite ouvir afirmações do tipo acima despejadas aqui e acolá, já que só imaginariamente conhecemos esse “povo brasileiro” que tão prontamente conceituamos³⁴. Queremos dizer com isso que é irreal imaginar alguém que tenha viajado o bastante, conhecido gente o bastante, percorrido todos os estados brasileiros (em seus mais longínquos recônditos), experimentado vivências culturais tamanhas que tornem legítimo o dizer que o brasileiro é isso ou aquilo. Então, de que maneira entronizamos todo esse imaginário sobre a família nacional, de modo que nos achamos capazes de reconhecer um brasileiro nas ruas de Nova Iorque ou um peruano na Avenida Rio Branco, ou ainda, de dizer que certa característica cultural é típica do brasileiro?

Já dissemos anteriormente que conhecemos a realidade através de sistemas de representação - também nomeados aqui como “sistemas discursivos” – e que há várias instâncias em nossa sociedade que dão conta dessa produção discursiva. A literatura sobre a “brasilidade”, parte dela apresentada de forma seletiva e resumida no capítulo primeiro, deu conta de alguns meandros sobre a construção do imaginário nacional. Também vimos afirmando a crença de que a mídia, em seus mais diversos suportes, atua como “tecnologia do imaginário”, ao disseminar conceitos, valores, condutas, desejos com os quais nos identificamos e nos fazem entrever a “massa” do qual somos, nós, brasileiros, moldados. Porém, o que mais nos intriga é a faculdade da mídia televisiva, em especial, de desenhar a cara da nação e tecer um laço imaginário entre indivíduos e grupos distribuídos de norte e sul, de leste a oeste do país. Do modo como pensa Aluizio Trinta (2007),

³⁴ A título de exemplo, e assumindo a infelicidade dessa constatação, mal conheço meus vizinhos de andar, e somente sei da existência deles pelo barulho que ultrapassa as paredes que separam os apartamentos, ou quando, companheiros de prédio, nos esbarramos nas escadas do imóvel, indo ou vindo de algum lugar – sempre com pressa, ali não é lugar de “ficar”, mas de “passar”. Por vezes cabisbaixos, mal levantamos os olhos e encaramos um ao outro. Há tempos venho tentando estabelecer “contato” (“bom dia!”) com meus vizinhos, mesmo quando nos encontramos nas escadas. Obviamente, nem sempre sou correspondida. Também não é incomum uma confusão habitual com os períodos do dia: por vezes já é noite e digo “bom dia”, e por aí vai. Mas essa já é uma característica minha.

a TV serve admiravelmente a propósitos de composição identitária, mercê seu vigor tecnológico, sua valia significativa e o crédito de que desfruta como instrumento efetivo de repartição de saberes, experiências e habilidades que, em última análise, são as de todo telespectador que as identificar e com elas se identificar (TRINTA, 2007)

Na direção apontada por Trinta, encontramos o nexos que faz irromper mais claramente o rearranjo constitutivo entre televisão e imaginário nacional, parte que é esse imaginário da composição identitária dos sujeitos dispersos em certo território, porém unos ao menos simbolicamente. Na mesma toada, acrescentamos o entendimento de Jesús Martín-Barbero (2006), segundo o qual cabe à televisão, especialmente na América Latina e considerando a diversidade/especificidade de sua programação, o papel de constituição de “imaginários coletivos”, que por sua vez possibilitam uma forte identificação das pessoas, no sentido de que, através da TV, elas se reconhecem parte de uma comunidade nacional, sem deixar de fora a perspectiva da existência de outras mediações sócio-culturais interferentes na composição desses imaginários.

Direcionando o olhar ao contexto específico no qual se desenvolve a mídia televisiva em nosso país, ou, fazendo referência ao título de sua obra, fixando o olhar no “Brasil em tempo de TV”, Eugênio Bucci (2005) entende que “O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão” (BUCCI, 2005, p.11). O autor ainda completa sua avaliação: “Dentro desses limites, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade”. O papel da TV na perpetuação/legitimação do imaginário nacional é apontado também por Beatriz Becker (2006), em artigo-síntese de sua tese de doutoramento “Brasil 2000: 500 anos de descobrimento nos noticiários da tevê”. De acordo com a autora, “A TV ocupa um lugar de fundamental importância na representação das identidades nacionais, especialmente na virada do milênio, e participa da história da integração nacional neste imenso estado federativo que é o Brasil” (BECKER, 2006, p.65). Também não poderíamos deixar de trazer as contribuições de Gabriel Priolli, para quem “a

televisão tem sido um poderoso instrumento de difusão desse sentimento nacional, que articula incluídos e excluídos em torno de uma certa idéia básica de Brasil, e existe ao mesmo tempo como unidade e diversidade” (PRIOLLI, 2006, p.16).

Estamos de acordo com o potencial constitutivo entre televisão e identidade nacional, e, como pôde perceber o leitor, desde o início deste texto vimos sublinhando, ora mais marcadamente, ora de maneira tímida, essa nossa crença. Afunilando um pouco mais a discussão, não poderíamos deixar de considerar o diálogo íntimo entre a Rede Globo de Televisão e a imaginação do laço que nos une, brasileiros, à família nacional, em que pese nessa afirmação a famosa tese da parceria entre a emissora e os ideais de integração do regime militar, que teria sido alavancada em muito via Jornal Nacional, o primeiro telejornal em rede do país. Eugênio Bucci é um dos autores que sustentam essa tese:

O projeto de integração nacional pretendido pela ditadura militar, um projeto levado a efeito por uma política cultural bem desenhada, uma das mais ambiciosas e mais bem-sucedidas da história do país, alcançou êxito graças a televisão. Em outras áreas houve trapalhadas (como a Transamazônica), mas, na área das telecomunicações, o Estado militarizado conseguiu o que pretendia. Espetou antenas em todo o território brasileiro (logo depois, em meados dos anos 80, viriam os satélites) e ofereceu a infra-estrutura para que o país fosse integrado. Integrado via Embratel. O resto do serviço foi executado pelas grandes redes, com a Globo na primeira fila (BUCCI, 2005, p.16)

Nesse sentido, a consonância entre a idéia de integração nacional, eco do rumo moderno almejado pelos militares, e a transmissão de informação em rede - tendo como carro-chefe dessa empreitada a Rede Globo - caminhou para a tessitura do país, em seus contornos culturais imaginados, ou, na gestão e irradiação aqui e acolá de imagens que desenhavam o rosto - e os gostos - do brasileiro. Por outra via de análise, o estudioso Dominique Wolton (1996) vai afirmar que tanto pela diversidade dos programas quanto pelo alcance de seu sinal junto aos mais amplos setores sociais, a emissora Global constituiu-se um poderoso fator de integração social, além de contribuir para valorizar a identidade nacional, enquadrada que está a Globo no que Wolton denominou de “televisão geralista”: “(...) aquela, que, através da

diversidade dos seus programas, tenta se dirigir a todas as classes sociais”. (WOLTON, 1996, p.165). O autor ainda afirma que, considerando a lógica financeira integrada ao fato de a emissora possuir natureza privada, a Rede Globo poderia ser considerada um dos símbolos da identidade nacional, por ser espelho e parte do imaginário brasileiro. Caberia a emissora, nesse sentido, tecer os fios do laço que, imaginariamente, uniria os mais distantes espaços e culturas de nosso país. Assim, via Globo, poderíamos “conhecer” tanto os sertanejos e amazonenses, quanto os gaúchos, mineiros, cariocas e paulistas, pra citar apenas alguns dos tipos reunidos nas cenas Globais, sob diferentes óticas e através de diferentes estereótipos ou, “padrões fixos e aptos a generalização”, citando mais uma vez Aluizio Trinta (2007).

O próprio ato de assistir à emissora permitiria a vivência, mesmo que imaginária, de uma ação comum a tantos e tantos brasileiros: um momento em que imaginariamente, estaríamos ocupando o mesmo cenário que nossos “compatriotas” ou, um momento em que o laço social, qualidade da “televisão geralista” de acordo com Wolton, se tornaria ainda mais concreto. O texto de reportagem intitulada “A voz do Brasil”, publicada em edição da revista Superinteressante, quase provoca: “O que um descendente de alemães do interior gaúcho, um paulistano e um ribeirinho da Amazônia têm em comum? Além de assistir à Globo, muito pouco” (NARLOCH, 2005, p.31). Outra matéria, essa publicada na Folha de S. Paulo de dia 02 de setembro de 2004, apresenta afirmação de João Roberto Marinho, sucessor do mitificado Roberto Marinho, de que a inauguração da Rede Globo de Televisão foi um passo decisivo na integração de um país de “contornos continentais” e logo, acrescentamos, na tessitura das diversidades culturais em prol de uma toada nacional unificada:

A visão de empresário e o perfeito entendimento que Roberto Marinho tinha de nosso país fizeram com que a construção dessa rede logo fosse calcada nas emissoras locais, num criativo sistema de afiliação. Assim, ao mesmo tempo em que todos se beneficiavam de ganhos de escala, as diferenças regionais, de que os brasileiros se orgulham, estariam respeitadas. Seria a união na diversidade (MARINHO, 2004, p.3).

Duas missões são citadas por João como primordiais à emissora: levar ao conhecimento dos brasileiros, em tempo real, o que acontece em qualquer lugar do país e retratar todos os Brasis. E completa: “Esse modelo de produção conseguiu duas vitórias: é graças a ele que o Brasil pode ver os Brasis e é graças a ele que o mundo pode ver o Brasil”. O depoimento de João ao jornal Folha de S. Paulo nos fez lembrar os propósitos da Caravana JN, que percorreu algumas cidades brasileiras em busca dos “Desejos do Brasil”, nome dado à série de reportagens que dessa “expedição” resultou. A série foi exibida ao longo de dois meses no Jornal Nacional e foi conduzida pelo jornalista Pedro Bial, que comandou a Caravana nas cidades percorridas. No DVD da Caravana Jornal Nacional, a missão nos é apresentada: “retratar, em matérias produzidas e transmitidas pelo caminho, o povo brasileiro, sua vida e, principalmente, os seus desejos”.

Fazer irromper os desejos do povo brasileiro e decidir o que é de interesse coletivo nessa “revelação” foi tarefa dos jornalistas envolvidos na superprodução da Caravana. Esses acabaram por atuar no lugar de fala que caberia aos “membros do mundo intelectual”, expressão utilizada por Ferdinand Tonnies (Tonnies, p. 53, in: BERGER e MARROCO, 2006) ao se referir aos enunciadores legitimados socialmente como formadores/catalisadores da “opinião pública”: aquela síntese do consenso social, encorpada nas discussões travadas em nível da “esfera pública”, entendendo esse espaço como locus ideal de discussões travadas com vistas ao bem-estar coletivo, ou, que se difere do que seria entendido como a esfera privada. Não iremos nos aventurar na permeabilidade dos termos sublinhados acima, já que decerto isso nos levaria a reflexões outras, que não cabem nessa dissertação. Importa destacar a auto-noção, também legitimada socialmente, dos jornalistas como criteriosos membros do mundo intelectual, que possuiriam as armas certas a fim de identificar, no caso da série citada, os desejos do povo brasileiro, aqueles desejos que seriam os de toda a nação e que, por isso, deveriam ser publicizados ou ter visibilidade.

Pedro Bial chega a afirmar, na mesma fonte audiovisual a que nos referimos: “Não queríamos o país, queríamos a Nação”. E, para que a “nação” pudesse ser apreendida, a reportagens que dessa Caravana resultariam não podiam parecer matérias do dia a dia do JN, segundo acrescentou ainda Bial.³⁵ Outra consideração de valia irrompeu do choque relatado por Bial em depoimento no referido DVD, quando se deparou com a situação de uma escola desativada e em ruínas, como se o evento caracterizasse o incomum ou o estranho. Mas não seria essa uma situação rotineira no país, de maneira que deveria ser tratada cotidianamente no telejornal nacional, com ou sem Caravana? Ou, dito de outra forma, os desejos do Brasil não deveriam ser pauta diariamente no Jornal Nacional? Isso levando em consideração que o objetivo-mor do programa é “mostrar todos os dias, independentemente do tempo de produção disponível, aquilo que de mais importante se deu no Brasil e no mundo naquele dia”, segundo afirma seu editor-chefe, William Bonner (apud TRAVANCAS, 2007, p.130).

Observando a Série a partir de um olhar mais minucioso, as pesquisadoras Christina Musse e Iluska Coutinho salientaram a constância do conflito entre “o passado saudoso, o presente dramático e/ou de expectativa”, além da construção discursiva dos brasileiros como “heróis do cotidiano”. Nessas narrativas sempre esteve registrado o caráter épico e de superação do povo detentor dos desejos da nação (COUTINHO e MUSSE, 2008, p.9). Nessa direção,

considerando a série de reportagens como uma grande narrativa sobre a identidade brasileira, podemos atribuir aos cidadãos o papel de heróis de sua história, nas lutas contra vilões que se associam ao poder: mau-gerenciamento; altos impostos; juros elevados; falta de infra-estrutura. Na luta épica pelo progresso, os telespectadores e cidadãos contariam com o “auxílio” do narrador, do Jornal Nacional, que assumiria o papel de cobrança (...) (COUTINHO e MUSSE, 2008, p.11).

³⁵ A título de consideração, ao assistirmos à parte que cabe à série no DVD comemorativo do JN, observamos que as reportagens da Caravana são bem parecidas com as matérias veiculadas cotidianamente no JN, tanto no que diz respeito ao ritmo (fragmentado), duração (curta), forma (muito *off*, pouca sonora), fontes entrevistadas e dados consultados (oficialismo), em que pese um olhar mais relapso de nossa parte sobre o material.

A discussão que apresentamos sobre a Caravana JN nos dá o gancho para o entendimento do papel do jornalismo na reformulação da experiência do presente, atrelada que está essa idéia à tessitura da identidade nacional - da qual fazem parte o povo brasileiro e seus “desejos”. Para isso, acessamos o estudo de Carlos Eduardo Franciscato (2005), que identificou cinco tipos de fenômenos temporais imbricados na atividade jornalística, explicitados nas seguintes categorias descritivas: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Em nossa pesquisa, é a “simultaneidade” que mais ressalta como presença.

Eleita como propulsora na formação de laços de integração e identidade sócio-cultural, a simultaneidade seria um tipo de relação que transcenderia uma simples concomitância no tempo. Para Franciscato, “agir simultaneamente” implica um alto grau de articulação ou identificação, sendo o Jornal uma forma cultural que materializou essa idéia ao trazer, além da coincidência cronológica dos conteúdos apresentados, a simultaneidade das práticas de leitura, reflexão e discussão. Nesse sentido, o que essa relação significou na formação das nacionalidades?

Voltemos a Benedict Anderson (2005), em seu entendimento de nação como comunidade imaginada. Em sua concepção, a simultaneidade enquanto coincidência temporal, medida por relógios e calendário, fora um dos fatores fundamentais na formação de nações no Ocidente (ANDERSON, 2005, p.46). Tanto Anderson como Franciscato acreditam na simultaneidade como um dos componentes da atividade jornalística, por permitir uma vivência comum e concomitante da informação entre grupos amplos, ainda que imaginariamente. Assim, conhecer a formação da consciência nacional seria essencial para compreender também o desenvolvimento do campo jornalístico.

A constituição de um ato de leitura periódica de jornais, seja em regularidade mensal, semanal ou diária, por um público amplo, disperso e fragmentado em nações ocidentais dos séculos XVII e XIX criou um novo laço ou vínculo social (...). Este ato ganha sentido não somente pela busca individual de conhecimento sobre assuntos diversos, mas porque ele leva as pessoas a se sentirem integradas em uma comunidade cujas ações e o próprio destino lhes competem estar cientes e, mesmo, intervir (FRANCISCATO, 2005, p.131)

Para os dois autores referenciados anteriormente, esse “ato de leitura periódica de jornais” tomaria os contornos de uma “cerimônia de massa”, quando “cada comungante tem uma clara consciência de que a cerimônia por si praticada está a ser replicada simultaneamente por milhares (ou milhões) de outros de cuja existência está certo, mas de cujas identidades não faz a menor idéia” (ANDERSON, 2005, p.54).

Seguindo os percursos compreensivos propostos por Anderson e Franciscato, e também por aqueles que pensaram a relação entre televisão brasileira e identidade nacional, acreditamos que assistir ao Jornal Nacional seria uma dessas ações que poderiam ser enquadradas como “cerimônia de massa”, quando os brasileiros se reconhecem como pertencentes à família nacional, mesmo que essa comunidade tenha como característica o *anonimato*: uma das marcas distintivas das nações modernas (ANDERSON, 2005, p.56). Acreditamos também que o laço social tecido diariamente pela “televisão geralista”, em muito pela apreciação rotineira de produtos jornalísticos por um público amplo, é “um dos modos a fazer com que o corpo social (uma parte dele, pelo menos) supere estados de atomização social e seja estimulado a agir de forma minimamente coordenada” (FRANCISCATO, 2005, p.133). Sobre as possíveis implicações desse fenômeno, no sentido de estimular ou não a ação em prol do bem coletivo, levando a imaginação em níveis mais concretos de participação dos atores sociais na transformação do cenário brasileiro; sobre isso iremos nos ater depois de observarmos com mais cautela a semana do Jornal Nacional escolhida para a análise crítica do discurso. O que faremos deste parágrafo adiante é trazer para perto da vista algumas características da linguagem de telejornal, bem como as rotinas e idéias envolvidas no

processo produtivo engendrado diariamente no JN. Faremos isso tendo em vista que a apreensão das qualidades técnicas dos telejornais, bem como do contexto produtivo que precede, constitui e se completa na recepção das mensagens audiovisuais, nos permitirá acessar em maior completude nosso objeto de estudo.

3. O LOCAL DE CHEGADA COMO RUMO DE PARTIDA

Telejornalismo e Jornal Nacional

Depois de realizar incursão ao “universo ao redor” de nosso objeto empírico, o local de chegada se apresenta nas linhas próximas. Mas não iremos por aqui estabelecer pouso firme, por que essas linhas são também rumos de partida para nossa análise e reflexões dela resultantes. Importa aqui compreender o telejornal em suas características de linguagem, o peso do contexto produtivo e as nuances da narrativa construída nas matérias do noticiário.

Na via dessa tarefa, como pensar o discurso telejornalístico na atualidade, ou, a linguagem jornalística na televisão? O enfoque de pesquisa aqui escolhido nos leva a entender os diferentes discursos através dos quais nosso cotidiano é construído também por meio da utilização das linguagens verbal, oral ou escrita, mobilizadas a partir de um contexto histórico-social específico. Essa perspectiva é semelhante à defendida pelo linguísta Norman Fairclough (2001): “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Ainda em Fairclough encontramos a afirmação de que as pessoas, ativamente, produzem e apreendem mensagens com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente.

No que diz respeito à especificidade do campo jornalístico, Nelson Traquina (2005) acredita que as maneiras de observar e narrar um fato e a forma de proceder à sua verificação são influenciadas por critérios próprios de cada instância de produção discursiva, sendo esses critérios diretamente ligados ao fator “tempo”. Vale ressaltar que o modo de fazer jornalismo tal qual conhecemos hoje tem suas raízes alimentadas no decorrer do século XIX, a partir da eleição de um novo objetivo: disponibilizar informação e não propaganda. De fato,

essa mudança de paradigma é condicionada por uma série de processos históricos emergentes, que indicavam um fazer jornalístico condizente com as novas temporalidades potencializadas com o avanço do capitalismo (FRANCISCATO, 2005). Foi à luz desse deslocamento paradigmático que se estabeleceram os valores identificáveis ainda hoje com o jornalismo, ou, a confecção de “uma constelação de idéias que dão forma ao emergente ‘pólo ideológico’ do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 34). Esses valores podem ser expressos a partir de termos como notícias, verdade, independência, exatidão, e a não menos proclamada noção de serviço público. A busca pela “verdade dos fatos” e o modo de construir o relato baseado nos valores de objetividade e imparcialidade permeiam a atividade jornalística e, para muitos profissionais, tornam-se uma busca incessante, atrelada ao que julgam serem as expectativas do público.

Por mais que esses conceitos irradiem luzes difusas e, entendendo que qualquer forma de materialização da linguagem pressupõe escolhas de quem a essa tarefa se curva, desconsiderar os conceitos de objetividade e imparcialidade (rota ideal para se chegar à “verdade”, segundo defendem muitos profissionais da área) é fugir da operação regulatória que eles implicam tanto ao fazer jornalístico quanto às expectativas do público em relação à atividade. Concepção afinada com o que defende a pesquisadora Itânia Maria Mota Gomes (2007)

As noções de objetividade e imparcialidade no jornalismo são mais apropriadas a uma concepção empiricista da realidade que está fora do enquadramento da nossa perspectiva teórica. Entretanto, essas noções são úteis na análise porque elas enquadram o modo como o jornalismo é socialmente aceito, e regulam, pelo menos retoricamente, as ações profissionais e as expectativas do público (GOMES, 2007, p.3)

Na mesma toada, Nelson Traquina vai entender que a constelação de idéias quem encobre como véu o fazer jornalístico contemporâneo contribuiu para forjar um forte *ethos* profissional, fornecendo aos jornalistas modos de ser/estar, de agir, falar e ver o mundo, tendo

como base uma série de critérios de noticiabilidade, norteadores desse fazer jornalístico. Por outra via, mas alimentando crença semelhante à de Traquina, o sociólogo Pierre Bourdieu acredita que os jornalistas se valem de “óculos particulares” para apreender a realidade e transformá-la na matéria-prima da profissão (BOURDIEU, 1997, p. 25), metáfora utilizada pelo autor para se referir às “categorias de percepção” consagradas atualmente no campo jornalístico, isto é, “às estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Para além da profissão, entendemos que de nossos rostos, como sujeitos históricos, fazem parte uma infinidade de óculos, nesse sentido metafórico. Na crônica “A imagem do rosto”, Rubem Alves faz referência à obra de Jorge Luís Borges – “O fazedor” – para nos presentear com a idéia de que ao nos despirmos de nossos óculos, despimo-nos de nós mesmos, por que *somos* as mais variadas experiências que nos foram possíveis acessar - até imaginariamente – e essas vivências vão formar a imagem de nosso rosto, traçar os caminhos de nossas obras. Por isso, a imagem de nosso rosto é impressa em qualquer meio de expressão, sejamos ou não jornalistas. “A mesma coisa é verdadeira acerca dos quadros que coloco na parede, as músicas que escuto, das plantas do meu jardim, dos deuses que moram nas minhas fantasias. São todos espelhos onde me vejo, fragmentos do meu rosto que ofereço aos outros” (ALVES, 2002, p.74).

Assim o é também em relação às obras tecidas por mãos de jornalistas, que acessam uma infinidade de óculos – experiências, desejos, expectativas, valores, rotinas, regras, imaginários – na costura de um texto, seja ele escrito, sonoro, audiovisual. Um universo próprio de “princípios de seleção” envolvidos na atividade jornalística é parte do que Traquina entende serem os valores-notícias, dispersos em sub-critérios de noticiabilidade: *substantivos*, relacionados à maneira de ver do jornalista, ao “faro” para notícias, também aos atributos do fato; *contextuais*, imbricado que está o trabalho jornalístico ao seu contexto

produtivo; e de *construção*, partindo do princípio de que, depois de recolhidas as informações deve-se “empacotá-las” em “jornalês”, na linguagem jornalística.

O primeiro grupo de sub-critérios, os *substantivos*, indica as qualidades que o fato deve ter para se tornar jornalístico, tais como: a notoriedade, proximidade, relevância, novidade, temporalidade, notabilidade, o inesperado, conflito, a infração e o escândalo. Em relação ao segundo grupo de sub-critérios de noticiabilidade, os *contextuais*, Traquina (2005) evoca como condicionantes à publicação do fato a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, concorrência e o dia noticioso. Entre os valores notícia de *construção*, o autor destaca: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e a consonância. Em complemento, Traquina atenta ao papel de destaque que tem a política editorial da empresa na seleção dos fatos que entrarão ou não na ordem do dia, assim como à forma ela interfere no trabalho dos profissionais, nas rotinas jornalísticas e na direção da organização do qual o jornalista é membro. Dessa maneira é assumida uma infinidade de óculos, uns com grau mais elevado, outros perdidos no foco difuso.

Traquina exhibe um ponto que parece iluminador às questões de interesse dessa dissertação: a consideração de que os critérios de noticiabilidade comumente referenciados como amálgamas do processo de produção do texto jornalístico evocam a construção/manutenção do consenso social, o que remete em última instância à noção de unidade, como a que reverbera dos conceitos de nação e povo, por exemplo. “Esta visão nega quaisquer discrepâncias estruturais mais importantes entre grupos diferenciados, ou entre os próprios mapas diferentes do significado numa sociedade, e ganha assim significado político” (TRAQUINA, 2005, p.86). Ainda no que diz respeito à idéia de consenso social, Traquina recorre a Stuart Hall (1984) em sua percepção de que os valores notícia atuam como “estrutura de primeiro plano”, em detrimento da visualização de uma “estrutura profunda”: entendemos aí justamente as noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade, as

idéias hegemônicas ou o que é celebrado pelo senso-comum, em detrimento da controvérsia de posicionamentos. O que nos leva ao conceito de “fatos-ônibus”, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1997). Nas palavras do autor, “Os fato-ônibus são fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam *consenso*, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante” (BOURDIEU, 1997, p.23).

Na tentativa de dialogar esses condicionantes mais gerais com rotinas envolvidas em um contexto específico, mais à frente buscaremos dar conta de entender o processo de produção da notícia que permeia a construção das edições do JN, pela voz de seus profissionais, ainda que captadas essas vozes via entrevistas e pesquisas de campo feitas, especialmente, por duas estudiosas da área, do modo como explicaremos melhor adiante. Já considerados alguns critérios norteadores da atividade dos jornalistas, iremos refletir um pouco mais atentamente sobre o que Traquina chamou “maneira de narrar” dos jornalistas, mais propriamente daqueles que encaminham suas atividades em telejornais, a exemplo dos profissionais do JN. Isso porque nossa unidade de análise são os discursos (texto e imagem) produzidos no âmbito do telejornal. Na direção dessa intencionalidade, lançamos a pergunta: é possível pensarmos em uma narrativa do telejornal, ou seja, em uma forma de narrar específica dessa instância de produção discursiva?

Beatriz Becker entende que os telejornais, de um modo geral, “tem regularidades, marcas enunciativas constantes que são preenchidas pela trama factual do mundo. Todos os noticiários seguem uma mesma lógica de produção” (BECKER, 2005, p.27). Essas marcas, também nomeadas pela autora como “estratégias enunciativas”, seriam perpassadas pela forma como são articuladas as diferentes vozes num relato telejornalístico, sendo reafirmada relativa constância nessa tessitura. Acreditando nessa relativa unicidade, já considerado o conceito de gênero como força aglutinadora, trabalharemos com o que Becker chamou

“singularidades das estratégias discursivas mobilizadas pela mídia televisiva” (2005, p.32), os pontos de encontro entre vários programas jornalísticos de televisão, no que diz respeito ao modo de narrar a trama cotidiana.

Podemos observar o jornalismo em televisão em sua multiplicidade de vozes, tal como sinaliza Arlindo Machado, que acrescenta riqueza à discussão ao dizer que “o telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados” (MACHADO, 2005, p.104). Assim, para Machado, o noticiário televisivo, como gênero rigidamente codificado, apresentaria uma estrutura baseada em depoimentos de sujeitos “implicados” no acontecimento, indireta ou diretamente. Ainda, o modelo padrão de telejornal abarcaria o que o autor denominou polifonia de vozes, “cada uma delas existindo de forma mais ou menos autônoma e prescindindo de qualquer síntese global” (MACHADO, 2005, p.108).

Por mais que passemos longe do que nos remete a expressão “síntese global”, no sentido de reunião do todo – impossibilidade do telejornal -, e levando em consideração o informativo como “gênero rigidamente codificado” seguindo percepção de Machado, interessa-nos investigar de que modo essas vozes, cenários, personagens e ações são narradas no dia-a-dia do JN. E quando dizemos “narradas”, não nos lançamos a apresentar juízos sobre o fato de o termo narração vir acompanhado, no senso-comum, de outros como “contação de histórias”, em seu sentido ficcional, o que poderia parecer dissonante com a proposta ideal do telejornal: apresentar a verdade com as devidas ferramentas discursivas e de verificação disponíveis ao campo. Utilizamos o termo acreditando que “Narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo. É através da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as diversas perspectivas existentes sobre o tempo” (BARBOSA, p.19, 2007).

A partir dessa compreensão, qualquer forma de apreensão da realidade e transformação do conhecimento em linguagem requer organizar nosso repertório em estruturas narrativas, as que estão em suspensão no nosso repertório de palavras, imagens, sons e recursos linguajares outros que nos servem bem para comunicarmo-nos, para nos localizar no mundo e então compreendê-lo. Dessa forma entendemos que o que há, sempre, são narrações, não relatos imunes ou impermeáveis às condições em que são produzidos e, em expectativa, consumidos: “(...) todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida” (BARBOSA, p.21, 2007). Narramos nosso cotidiano, utilizando diferentes códigos e arranjos organizativos. Da mesma maneira, e tendo em vista a temática de nossa pesquisa, narramos as coletividades das quais fazemos parte, das quais fazem parte a identidade nacional, como comunidade imaginada, no sentido de Anderson. Essa parceria entre imaginação e narração é sempre permeada por escolhas, lexicais inclusive, das mais diversas, tendo em vista cada enunciador da nação, permeado que está por contextos, repertórios e imaginários específicos. Assim também o é o trabalho dos jornalistas: narradores do cotidiano que, por excelência, contribuem para compor o mosaico de informações disponíveis sobre nosso lugar na coletividade nacional, em que pé estamos, para onde podemos ir, de que maneira devemos agir. Por isso, a discussão sobre a narrativa dos telejornais é importante, se queremos entender a relação entre imaginação do povo brasileiro e o Jornal Nacional.

A partir do conceito de drama inspirado em Aristóteles, que atribui a organização ou arranjo das ações, ou melhor, de suas imitações, representações de realidade, como o ponto dispersor na expressão dramática, Iluska Coutinho defende que a narrativa dos telejornais seja daí resultante, “como uma construção textual que valoriza a estrutura e o elemento dramáticos” (COUTINHO, 2006, p.102). Esse encadeamento das ações numa narrativa

dramática pressupõe a existência do conflito, como estopim ou instaurador dos passos a serem percorridos pelos personagens em um drama. Essa artimanha ou modelo de narrativa é explicado por Marialva Barbosa através do conceito de peripécia, vinculado que está à ruptura ou mudança de destino das ações/personagens/cenários em um drama (BARBOSA, 2007).

A partir desse enquadramento conceitual, a ligação entre drama e notícia, segundo Coutinho, seria possível na medida em que “o que os telespectadores acompanham nos telejornais é uma soma de pequenas tentativas de repetição de alguns fatos, amarrados pelos textos dos repórteres e apresentadores, uma ‘imitação da ação’ ou das ações humanas” (2006, p.106), o que guardaria semelhanças com a definição de drama já mencionada. Segundo Coutinho, em artigo-síntese de sua tese publicado no livro “Telejornalismo: a nova praça pública”,

A identificação das pautas cobertas em cada um dos telejornais nos permitiu confirmar a tendência de privilegiar a emissão de assuntos que possuam as características de dramaturgia, quais sejam, a existência de uma crise instalada e de ações direcionadas para a tentativa e/ou busca de solução (COUTINHO, 2006, p.107).

Isso implica entender a idéia de conflito como núcleo ordenador da narrativa telejornalística, da maneira como percebeu Coutinho (2003) em relação à organização do relato em dois telejornais brasileiros: o Jornal da Cultura e o Jornal Nacional. Sejam eles conflitos narrativos ou sociais reais, “(...) é a partir de um conflito e/ou de uma intriga que se desenrolam as ações, na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda os outros elementos daquela estória, tais como cenário, contextos, referências temporais” (COUTINHO, 2006, p. 119).

Também Marialva Barbosa vai entender que “Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação, mas só se configura em algo a ser publicado se instaurar uma ruptura. A excepcionalidade do jornalismo nada mais é do que a peripécia” (BARBOSA, p.20, 2007). Por entre esse núcleo conflituoso

circulariam os falantes ou vozes do telejornal, no qual são apresentados como personagens implicados na ordem dos acontecimentos, na trama cotidiana representada no discurso dos noticiários televisivos. Encontramos em Coutinho a avaliação de que, muitas vezes, nas matérias presentes nos telejornais, referencia-se uma fonte com base em conceitos que evocam personagens míticas, ou, tendo em mente estereótipos presentes em obras ficcionais. Ainda de acordo com ela alguns “tipos de personagens-padrão” podem ser encontrados em material telejornalístico.

Entre os papéis que poderíamos chamar de essenciais ou fundamentais nas narrativas analisadas estão os de: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. Há ainda algumas variações destes papéis tipo padrão, que seriam os de vilão implícito; neomocinhos ou vilões regenerados/ arrependidos; fiscais ou defensores; beneficiados/ favorecidos e ainda o personagem misterioso ou radical (COUTINHO, 2003, p.149)

No entendimento da pesquisadora, a crença destacada na citação anterior se relaciona com a freqüente encenação mítica da luta Bem-Mal nas narrativas, de modo a reforçar valores morais e de conduta. Na interpretação de Coutinho, a partir da análise de João Siqueira (1992), a ordem e/ou encadeamento dessas narrativas reserva papel de destaque à apresentação de uma lição de moral, um exemplo a ser seguido, uma avaliação sobre certo aspecto da realidade, como reforço de uma idéia tomada em seu sentido consensual. Coutinho ainda considera o fato de que, para além dos entrevistados e repórteres se comportarem como personagens da narrativa telejornalística, também a emissora pode desempenhar papéis no drama cotidiano, apresentado sob a forma de história nos telejornais analisados pela autora.

Sobre essa “encenação mítica da luta Bem-Mal”, povoada que está pelo maniqueísmo, lembramo-nos de artigo realizado por esta pesquisadora em conjunto com

Aline Maia. O objetivo era verificar a cobertura da “semana da pátria” no JN³⁶, de modo que chamou-nos a atenção nas edições de três e cinco de setembro de 2007, a presença de notas secas sobre confrontos de policiais e traficantes em favelas do Rio de Janeiro. No relato do conflito, também era dada a informação sobre número de mortos nos combates: “Sete pessoas morreram (...) segundo a polícia, eram todos bandidos”; “vinte e duas pessoas já morreram (...) segundo a polícia, todos bandidos”. A personalização de um grupo de personagens do drama a partir do termo “bandidos” busca imputar aos atores assim denominados o papel de “vilões”, que teriam sido executados pelos “mocinhos” da história, os policiais. A emissora, de outro patamar, se comporta como denunciante, “alguém” a quem foi creditado o papel de investigadora, registrando, em imagens produzidas a partir de um helicóptero, a corrida desenfreada de um bandido sem nome, assassinado pelos policiais e julgado, nacionalmente, pelo público atento às imagens da “caçada”. Percebemos nessa narrativa veiculada via JN a legitimação da fala hegemônica, conforme descreve Traquina a partir dos estudos de Gaye Tuchman. “Os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da afirmação e da demonstração de atos de violência” (TRAQUINA, 2004, p.198).

Também Bucci (2005) dialoga com a perspectiva de Iluska Coutinho, quando de sua discussão sobre as constantes nas quais está baseado o funcionamento da televisão no Brasil. Uma dessas constantes seria a organização do telejornalismo como melodrama, fato que, segundo o autor, justifica-se pela qualidade de veículo de entretenimento própria da televisão em qualquer parte do mundo, o que implica a transformação da notícia em mercadoria a ser desejada e consumida. Voltando os olhos ao modelo de telejornalismo brasileiro, o vínculo entre melodrama e notícia em TV estaria baseado na maneira particular como o telejornalismo se desenvolveu no país, “ensanduichando” seu principal informativo -

³⁶ GUIMARÃES, Lara Linhalis; MAIA, Aline. Semana da pátria no JN: representação, identidade e construção social da realidade. In: Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro. N. 9. Dezembro de 2007.

o Jornal Nacional - em meio a duas novelas. A combinação dessas condições de desenvolvimento de um modelo próprio de narrativa telejornalística, a saber, a aproximação do telejornalismo com a telenovela, segundo Bucci, fez com que o JN passasse a seguir algumas regras específicas do melodrama em suas edições diárias. “A regra central é o permanente conflito entre bem e mal, que culmina no ‘boa noite’, com um *happy end* de preferência” (BUCCI, 2005, p.31). O “boa noite”, cabe dizer, é proferido por figuras de grande simbolismo ao JN: os âncoras, ou apresentadores, aqueles a quem foi legitimada a grande narração do dia, que conta também com outros contadores, os repórteres, porém submetidos à ordem da história alinhavada pelos âncoras. No JN, os dois apresentadores formam o aclamado casal Fátima Bernardes³⁷ e William Bonner. Sean Hagen (2007), em artigo sobre os laços de afetividade costurados entre os telespectadores e os âncoras do Jornal Nacional, busca entender em que sentido esse enlace é tecido como estratégia de fidelização do público, em que pese o lugar de protagonistas desempenhado pelos apresentadores do JN nas edições do telejornal. Hagen chega a dizer que Bernardes e Bonner “constituem a espinha dorsal do JN, e são confundidos com o próprio telejornal” (2007, p.1). Também Beatriz Becker (2005) defende que a figura do apresentador: “simboliza a estratégia dos noticiários, um mediador na relação com o mundo do telejornal, que na verdade, faz escolhas e julga, o tempo todo, os fatos narrados” (BECKER, 2005, p.27).

Do outro lado da telinha, lá de onde estamos a apreciar a dupla em cena, nos valem de todo um repertório particular permeado por identificações e projeções ao buscarmos “na imagem mítica de perfeição do casal valores nem sempre claros na sociedade, ou aparentemente difíceis de alcançar – pais exemplares, profissionais invejados, casal

³⁷ Lá no começo de minha graduação em Jornalismo, me vi às voltas com uma pergunta direcionada à turma por uma das professoras: “por que você escolheu esse curso?” A resposta pareceu sair de minha boca da maneira mais natural e direta possível: “Por que eu quero ser a Fátima Bernardes”. A frase bombástica me rendeu um apelido, que me acompanhou por alguns semestres da graduação: Bernardes!. O gosto de ser assim chamada era nutrido pelo fascínio que tinha pela âncora do Jornal Nacional, pelo lugar que ela ocupava na bancada - tão sorridente, impecável, de postura firme - e pelos valores profissionais que Fátima fazia evocar em meu imaginário sobre o jornalismo, tão creíveis suas palavras, expressões e gestos.

perfeito”, como completa Hagen (2007, p.12). Umberto Eco nos remete à outra questão pertinente quando tratamos daqueles personagens que falam olhando diretamente para as câmeras, estejam eles apresentando “fatos” ou encenando uma “historia fictícia”. O modo como atribuímos credibilidade às palavras daqueles que nos interpelam pelo olhar vai sendo costurado, segundo Eco, por uma “complexa estratégia de ficções (...) a serviço de um efeito de verdade” (ECO, 1984, p.191). Dessas estratégias são peças fundamentais os âncoras do telejornal, aqueles que, fixando o olhar no espectador via câmera, evocam a “verdade da enunciação” que, segundo Eco, “diz respeito à cota de realidade daquilo que aconteceu no vídeo (e não daquilo que foi dito através do vídeo)” (ECO, 1984, p.188).

Dessa maneira, fazendo transbordar valores apreciados pelo senso-comum e mantendo os olhos firmes em nossa direção, uma certa intimidade é tecida diariamente entre Fátima, William e tantos outros brasileiros, cada qual evocando em seu imaginário cenários onde o casal transitaria como se “estivesse em casa”. Sobre esse clima intimista, Sodré considera

A interpelação direta efetuada pelo apresentador é o elemento fático mais visível da televisão. A familiaridade instaurada por seu rosto, em atitude de conversa íntima, de bate-papo, naturaliza a apresentação do mundo pelas imagens (...) e estabelece o contato com o telespectador (SODRÉ, 1984, p.61).

Essa “atitude de conversa íntima” é potencializada em seu poder de contato através do famoso “Boa noite”, que é entoado pelo casal ao findar o telejornal, dirigida a saudação ao público “imaginado” do noticiário. Dizemos “imaginado” por que o encontro com esse grupo de cidadãos, seus gostos, preferências e interesses, seria antecipado no momento da produção dos discursos do telejornal. É o que defende Alfredo Vizeu (2006), que dá a esse processo de imaginação da audiência, o conceito de “audiência presumida”:

(...) os jornalistas constroem antecipadamente a audiência a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação produzirem discursos. E, do trabalho que os profissionais do jornalismo realizam ao operar sobre vários discursos resultam as construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias (VIZEU, 2006, p.27).

Em pesquisa realizada com editores de um jornal local da Rede Globo, no Rio de Janeiro, Vizeu constata que a imagem que o jornalista tem do público é baseada em muito na intuição, valendo-se para isso de estereótipos que abarcariam a parcela de telespectadores, sendo assim esse público antecipado ou presumido no momento em que o jornalista escreve seu texto. Também Fairclough indica a utilização desse critério pelos produtores de discursos em “organizações sofisticadas”, de forma que há uma produção textual no sentido de antecipar sua distribuição, transformação e consumo, construindo através desse processo “leitores múltiplos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.108). A idéia de audiência presumida ou antecipada desde os momentos mais primórdios do processo de produção da notícia, como também na ocasião de construir a narrativa, é creditada ainda por Becker, quando a autora avalia que “apesar dos jornalistas assumirem que produzem informações para o seu público, desconhecem este público. Os telespectadores são sujeitos imaginários” (2005, p.26).

Mais a frente, iremos entender de que maneira esse público é imaginado pelo o editor-chefe do JN, William Bonner. Importa agora continuar a reflexão sobre o que estamos aqui chamando de linguagem do telejornal. Já expressamos a crença, compartilhada com Coutinho (2003) e Bucci (2005), de que a narrativa telejornalística se organiza com base em uma dramaturgia, dado que o relato é construído a partir de um núcleo conflituoso (ou intriga), por onde se movimentam personagens e suas ações. Valemo-nos da pesquisa de Mauro Porto (2007) para entender a função do que ele chamou “enquadramentos interpretativos” na composição das notícias no telejornal, baseando seu estudo na crença de que o modo como são ordenadas as informações influencia o processo interpretativo:

a atividade de contar estórias é um instrumento heurístico importante utilizados pelas pessoas para fazer sentido do mundo. Por outro lado, o que os indivíduos incorporam em uma narrativa e como as narrativas mudam depende dos enquadramentos que são utilizados (PORTO, 2007, p.72).

O estudo de Porto, especialmente a consideração de que enquadramentos são instrumentos de poder, logo, envolvidos na promoção de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, nos interessa em diversas de suas nuances. O autor realizou um estudo em que aplica o modelo de controvérsias interpretativas, por ele desenvolvido, sobre a produção oferecida via Jornal Nacional. Seu objetivo era entender as relações entre televisão e cobertura política³⁸. Como parte dos resultados alcançados, ele vislumbrou o modo como os cidadãos comuns participam das notícias veiculadas pelo telejornal. Através de análise de conteúdo, Porto verificou que os cidadãos comuns são os atores que aparecem com maior frequência nas edições do JN tomadas como recorte para sua investigação. Na interpretação de Porto, isso se deve a algumas transformações trazidas à tona no noticiário Global em 1995, que levaram a uma maior “popularização” do informativo.

Entrevistas realizadas pelo autor com William Bonner, Evandro Carlos de Andrade e Mário Marona justificam o direcionamento do olhar para os “populares” como uma forma de fortalecer os laços de identificação com o público, entre outros motivos. Porto relata que, na avaliação de Bonner, a “personalização da cobertura noticiosa através de sonoras com cidadãos comuns torna as notícias mais interessantes e significativas para a audiência” (PORTO, 2007, 164). Na direção das justificativas sobre o fato de ser expressivo o número de cidadãos-comuns que aparecem no telejornal, é interessante apresentar aqui o depoimento do jornalista Mário Marona, acessado na obra de Porto:

³⁸ A nosso ver seria possível estender essas considerações a uma gama de temáticas das quais se ocupa o programa.

Fazer um jornal mais popular, que as pessoas entendam mais. O povo quer se ver no jornal. Ele não está querendo ver autoridades, ele quer ver a si mesmo (...) Se uma decisão sobre aposentadorias, sobre a vida dos aposentados, é tomada no Parlamento, você tem que ir para a rua fazer a matéria. Se alguma decisão é tomada sobre os preços, sobre os preços de remédios, por exemplo, vai ouvir as pessoas que compram remédio. A idéia, simplificando ao máximo, é o povo aparecendo na televisão. O povo sendo personagem e sujeito também das matérias (...) Foi a tentativa de popularização do telejornal (Marona apud PORTO, 2007, p.165).

Percebe-se na fala de Marona a confluência entre os conceitos de popular e povo.

De acordo com Canclini, a noção do “popular” construída pelos meios de comunicação segue a lógica de mercado: índices de audiência, média de vendas de produtos de artistas, estatísticas, dados, números. O deslocamento do substantivo “povo” para “popular” e “popularidade”, serviria, no entendimento de Canclini como forma de anular a evocação de violência e insurreições inerente ao termo “povo”. Uma espécie de operação neutralizante, que envolveria ainda a adesão a uma ordem, a um sistema de valores (possíveis de serem medidos pelas pesquisas de opinião). Para o autor, “Diferentemente da exaltação folclórica das tradições em nome de uma visão metafísica do povo como força criadora originária, o populismo seleciona do capital cultural arcaico o que pode compatibilizar com o desenvolvimento contemporâneo” (CANCLINI, 2003, p.264).

Mesmo que alimentemos a crença, ainda hipotética, de que ainda encontramos vestígios dessa “visão metafísica do povo como força criadora originária” nos discursos do JN, estamos de acordo com o que Canclini chamou de “operação neutralizante” envolvida na confluência dos conceitos povo, popular e popularidade. Por outra via de discussão, e considerando o fato da maior inserção de “populares” no JN nos últimos anos (“o povo aparecendo na tv”, como nos diz Marona na citação anterior), Porto vai entender que entre ser personagem e ser sujeito nas matérias veiculadas, há uma distância enorme no que diz respeito à participação efetiva – e ativa – do cidadão comum no telenoticiário. E Porto não deixa escapar essa reflexão, relacionada ao “enquadramento humano” privilegiado pelo JN,

esse tipo de enquadramento também funciona de modo a excluir controvérsias interpretativas do noticiário. Os cidadãos comuns não são incluídos no noticiário para interpretar os temas e eventos políticos que são objetos de cobertura. Eles são geralmente introduzidos para ‘ilustrar’ algum tema, para legitimar uma linha de narração que é construída pelo jornalista, de antemão, e para tornar o noticiário mais ‘interessante’ (PORTO, 2007, 165-166)

Porto faz ressalva de que essas considerações não excluem o fato de ser positiva a “visibilidade” dos brasileiros comuns no noticiário, no sentido de que escapa do elitismo e, também, no nosso entedimento, das preferências em destacar fontes oficiosas. Porém, o autor acredita que o modo como participam da narrativa essas vozes “populares” (como ilustração de um tema, legitimação da narrativa construída ou como forma de atrair um grande contingente de espectadores, via identificação), “não contribui para promover um processo de deliberação política adequado” (p.167).

Na direção das possíveis implicações sociais dessa maneira de narrar, ordenar as vozes, no telejornal, e, retornando à justificativa apresentada pelos profissionais do JN sobre a maior participação do cidadão comum nas edições do telejornal, encontramos no pensamento de Martín-Barbero (2006) outros pontos de discussão, também muito ricos, mesmo que não relacionados diretamente ao telejornalismo e, sim, à uma certa generalidade dos discursos televisivos. O autor vai nos indicar a tendência do “meio televisivo” em constituir um discurso uno, que exija um menor esforço “decodificador” a um número máximo de pessoas e vá de encontro, apenas minimamente, aos preconceitos desse público imaginado como amplo e uno. Como parte dessa tendência constitutiva, Jesús Martín-Barbero dirá que “a televisão desenvolverá ao máximo a tendência à absorção das diferenças”, no sentido de que “é esta sua forma de negá-las: exibindo-as livres de tudo aquilo que as impregna de conflitividade” (2006, p.253). A previsão do autor, que acena para a imaginação televisiva de uma unidade nacional destituída de tensões conflituais, nos faz lembrar de uma reportagem do JN que foi postada no Blog Especial do telejornal, sobre a qual desenvolvemos um olhar mais analítico

em artigo intitulado “Reportagem especial merece tratamento especial”³⁹. A matéria “O Xaxado de Lampião no Sertão Pernambucano”⁴⁰, bem como as informações de bastidores a ela relacionadas, vem embebida por um roupagem romântica da manifestação, sendo a área folclórica do evento destacada em detrimento de olhares outros, menos belos, sedutores e coloridos sobre o fragmento de realidade representado. Os possíveis conflitos histórico-sociais que emergem na época de Lampião (tanto em relação às práticas violentas dos cangaceiros, quanto os porquês do surgimento de tais atores no cenário do cangaço), assim como um possível apelo à criminalidade que a manifestação geraria (opinião expressada pelos internautas no espaço do Blog destinado aos comentários), passaram longe da reportagem. Consideramos, no seio do artigo, que o rompimento dessa distância bem poderia ser encaminhado com o que Regina Mota (2007) sugeriu ser a “estética da provocação” como forma tropicalista de diálogo, a rememorar o que se propunha Glauber Rocha em sua passagem pela televisão⁴¹, de forma a convocar o espectador para uma queda de braço.

A discussão realizada no artigo referenciado, bem como a consideração de Martín-Barbero sobre a “absorção da diferença” pela televisão de forma a neutralizar focos conflituais e constituir um discurso unificado, para um público presumido também uno, nos remete ainda à maneira como comumente encaramos a *alteridade*. A palavra traz o prefixo *alter*, que diz respeito ao que é “diferente” do *ego*, partícula evocada imaginariamente quando usamos o pronome “meu” ou “nosso” em diversas situações cotidianas: a nossa cultura, o meu modo de vida, a minha identidade, a nossa família. Usualmente, *alter* e *ego* são contrapostos e até conflitantes, sendo o primeiro observado a partir de olhares desconfiados, depreciativos e, outras vezes, romantizados do segundo. O outro, aquele que é diferente de mim ou de nós não raro é visto como o bárbaro, o atrasado, o perverso, e, num outro extremo o folclórico, o

³⁹ O título de nosso artigo faz referência ao propósito do espaço virtual, segundo está apresentado na página do Blog: “Reportagem especial merece tratamento especial. Por isso, você encontra aqui - e só aqui - informações exclusivas das grandes produções do Jornal Nacional. Seja bem-vindo!”.

⁴⁰ Reportagem postada no blog do JN no dia 07/06.

⁴¹ Glauber Rocha apresentou o Programa Abertura, na Rede Tupi de televisão.

ingênuo, o “bom selvagem”, o típico; o que é demonizado ou, num outro oposto, o que precisa ser preservado, protegido. Contrário a esse confronto dispersante, o enlace profundo - possível não sem conflito - entre *alter* e *ego* é o que emerge como proposta da teoria antropofágica de interpretação cultural, idealizada no início do século XX por um grupo de artistas modernistas, dentre eles, Oswald de Andrade. Nas palavras de Mota, os ideais antropofágicos foram inspirados em rituais indígenas de “devoração do inimigo”, o que fez emergir “uma perspectiva analítica que atacava o inimigo para constituir a si mesmo – pelo conflito legitimava o outro como margem da existência do próprio” (MOTA, 2007, p.3). A idéia de margem como lugar de intimidade entre o eu e o outro, nos leva aos apontamentos de Homi Bhabha (1998) sobre o local da cultura: o interstício. Para o autor, essa partilha torna-se possível de fato quando buscamos o que do Outro há no Eu e o que do Eu há no Outro. O que se torna obscuro quando há, na expressão de Martín-Barbero um certo “controle das diferenças”:

Ao conectar o espetáculo com a cotidianidade, o modelo hegemônico de televisão imbrica em seu próprio modo de operação um dispositivo paradoxal de controle das diferenças: uma aproximação ou *familiarização* que, explorando as semelhanças superficiais, acaba nos convencendo de que, se nos aproximarmos o bastante, até as mais ‘distantes’, as mais distanciadas no espaço e no tempo, se parecem muito conosco; e um distanciamento ou *exotização* que converte o outro na estranheza mais radical e absoluta, sem qualquer relação conosco, sem sentido para o nosso mundo. Por ambos os caminhos, o que se impede é que o diverso nos detenha, nos questione, mine até o nosso mito de desenvolvimento, segundo o qual existe um único modelo de sociedade compatível com o progresso e, portanto, com o futuro (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.254).

A discussão encaminhada por Martín-Barbero e também por Porto, quando relacionada à articulação de vozes no relato telejornalístico e ao tipo de “chamamento” que isso implica na recepção, está bastante afinada com os estudos sobre telejornalismo de qualidade, que vêm apresentando uma preocupação com a pluralidade e diversidade de falantes na composição da narrativa. Beatriz Becker (2007) considera que um telejornal tem qualidade quando, entre outras demandas, "representa a pluralidade de interpretações e a

diversidade de temas e atores sociais” (BECKER, 2007, p.6). Isso iria de encontro ao véu do consenso que encobriria a atividade jornalística, segundo Nelson Traquina (2005), mencionado anteriormente. Ciente da necessidade de se esclarecer e avançar nessa conceituação, Becker propõe uma releitura dos critérios de noticiabilidade usuais ao jornalismo como um todo, já que “foram criados em época de demandas sociais e contextos históricos diferenciados e precisam ser atualizados, ou melhor, sintonizados com a contemporaneidade” (BECKER, 2007, p.6). De qualquer forma, seguindo ou destoando da crença na necessidade de reorganização do ver, fazer e narrar telejornalístico, não podemos desconsiderar o peso do contexto produtivo em que são tecidas as notícias na cara final de cada texto audiovisual. Por isso, buscaremos agora estar mais próximos de nosso objeto empírico de estudo, o JN, aquele que nos estimulou a apresentar todas as reflexões até aqui conduzidas no texto.

3.1. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTICIA NO JN

A condição do JN como “o” telejornal nacional, aquele esperado ansiosamente em sua exibição para que fiquemos inteirados dos mais importantes acontecimentos do dia, é mote de nossa curiosidade sobre o eventual diálogo estabelecido entre o JN e os telespectadores, no que diz respeito à construção da auto-imagem do povo brasileiro, desenhando por tantos rostos comuns. O apego dos brasileiros ao telejornal (o que garante grande audiência diária) seria, de acordo com o que nos informa o site do JN, processo tecido desde que Hilton Gomes anunciou a primeira edição do programa, em setembro de 1969: “O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil”⁴². A bancada era dividida com Cid Moreira,

⁴² Dados disponíveis no site do JN: <http://jornalnacional.globo.com/>.

que completou, à época, a frase inaugural do JN: “Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias”. O início era de um projeto grandioso, inaugurador da transmissão em rede no país, aquela que possibilitou ecoar via sistema de microondas uma programação uniforme a todo país. Ao governo militar, agenciador da proposta de criação das redes de informação, interessava o potencial de integração da população dispersa no território, e “ao participar do projeto político do Estado, a TV Globo construía, através da textualidade informativa, uma identidade unívoca para o país” (BARBOSA e RIBEIRO, p. 210, 2007).

Apesar de entendermos a importância de uma investigação histórica, processual, sobre a performance do JN ao longo dos anos, até a atualidade, é a sua identidade contemporânea que nos interessa nessa pesquisa, ou seja, de que modo, hoje, o telejornal constrói a cara da nação, via representação de seus cidadãos comuns, dos espaços onde transitam, das questões sobre as quais opinam. Para tanto, iremos considerar a partir de pesquisa bibliográfica, como se dá a produção das mensagens telejornalísticas no âmbito do JN, os procedimentos, rotinas ou imaginários compartilhados pelos profissionais que ao telejornal se dedicam⁴³. Um dos documentos que nos serviu de referência para isso foi um estudo desenvolvido por Isabel Travancas (2007), sobre a recepção do JN entre jovens universitários cariocas, para o qual Travancas entrevistou Willian Bonner, editor-chefe do referido telejornal. Também nos valemos de entrevista concedida por Bonner à Iluska Coutinho (2003), na época em que a pesquisadora desenvolvia sua tese de doutorado. Tanto Travancas quanto Coutinho puderam participar, ainda como observadoras, das rotinas envolvidas no trabalho de reunião de pauta, produção, edição, fechamento e apresentação do

⁴³ Certamente, seria bastante proveitoso se pudéssemos estar ao menos um dia em incursão pela redação do Jornal Nacional, a fim de acompanhar a reunião de caixa, a reunião de pauta e o trabalho de organização do espelho e script do telejornal, os momentos de “fechamento” do JN, bem como a apresentação da edição do dia. Também se nos fosse possível entrevistar William Bonner, âncora e editor-chefe do telejornal, também, Ali Kamel, diretor editorial do JN. Estivemos em diálogo com o Projeto Globo Universidade durante o ano de 2008, no sentido de viabilizar a visita à redação do telejornal e as entrevistas. Entretanto, o pedido foi recusado, com a justificativa dada por Laura Andreotti, integrante da equipe do Globo Universidade, encaminhada a nós via email: “o calendário do jornalismo para esse segundo semestre – no qual teremos a cobertura dos jogos olímpicos de Pequim, das eleições municipais e das eleições americanas - não permitirá o apoio a sua pesquisa”.

telejornal, além de entrevistar o então editor-chefe do JN, Willian Bonner. Esse trabalho, digamos, “etnográfico” das pesquisadoras tornou relativamente mais claros alguns conceitos e rotinas envolvidos na construção do discurso telejornalístico via JN.

Vamos abordar alguns aspectos envolvidos no contexto produtivo do JN a partir de questões formuladas segundo nosso interesse de pesquisa e disponibilidade dos dados nas fontes citadas linhas acima. Importa-nos entender primeiro quais são as etapas diárias de produção noticiosa no JN. Através do estudo de Coutinho, tivemos conhecimento que a primeira reunião do dia na redação do telejornal é chamada de “caixa”, por ser um momento de contato com outras “praças”, onde se encontram afiliadas/sucursais da Rede Globo, no sentido de fazer um levantamento de possíveis assuntos que entrarão na edição do JN daquele dia. Segundo Coutinho no dia em que ela esteve presente na redação do JN foram contatadas as “praças” de Nova Iorque, Londres, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Após esse momento, Bonner produz o espelho do telejornal, ou seja, a ordem de apresentação de cada tema no telejornal bem como o tempo disponibilizado para cada um. A organização das temáticas no programa obedece ao critério, segundo pôde constatar Coutinho, de se evitar matérias com conteúdo mais *hard* no último bloco, como assuntos políticos ou da editoria de economia, de modo que o telejornal vai sendo encaminhando para seu fim, logo, para a entrada no ar da telenovela das 20h. Daí a preferência, no último bloco, por assuntos considerados mais “leves”, como matérias de esporte, ou de “interesse humano”, que envolvem situações do cotidiano do cidadão comum sob a perspectiva do insólito ou não usual, como classifica Travancas.

O espelho do telejornal é encaminhado à reunião de pauta, da qual participam o editor-chefe, o editor executivo, os editores de texto e a equipe de produção do programa. Nesse momento, discute-se o andamento das pautas. Coutinho observa que, “é o editor-chefe quem define a perspectiva ou ao foco de cobertura e edição a ser seguido” (COUTINHO,

2003, p.189). O que dialoga com a percepção de Travancas, para quem “fica bastante evidente que há várias instâncias de poder que atuam na tomada de decisão” (TRAVANCAS, 2007, p.50). Após a reunião de pauta, as equipes de reportagem são contatadas pelos editores e Bonner se reúne com a equipe de produção, no sentido de colher possíveis pautas originárias das sucursais e organizar possíveis temáticas a serem desenvolvidas/veiculadas ao longo da semana.

Todo esse processo coletivo de produção das notícias - mesmo que a alguns agentes desse processo seja dado maior poder decisório- responde e completa a característica principal do telejornal. Segundo seu editor-chefe, William Bonner, o telejornal abriga as qualidades de um

Um jornal factual, que tenta abrir espaço para discussões da atualidade que te permitam compreender melhor o mundo e o país em que vive e, quando sobra tempo, a gente insere material jornalístico que te permita respirar um pouco. Dá um saborzinho. Uma arejada no noticiário, para que o programa de televisão seja também interessante (Bonner, 2001 apud TRAVANCAS, 2007, p. 131).

O posicionamento de Bonner nesse trecho de depoimento revela um pressuposto ou critério “maior” que, idealmente, irá nortear todos os momentos de produção da notícia no JN, sejam as reuniões de “caixa” e de “pauta”; o contato com as fontes; as coletas de imagem e áudio; a produção dos textos e a apresentação do telejornal. Esse pressuposto poderia ser resumido na característica atribuída ao JN de “um jornal factual”, o que, segundo Bonner, o eximiria de qualquer relação do jornalismo ali produzido com o entretenimento, conduzida ou concedida essa aproximação somente “quando sobra tempo”. Outra afirmação do editor-chefe confirma esse pressuposto orientador em nível ideal. Segundo ele, têm-se o compromisso de “mostrar todos os dias o que de mais importante se deu no Brasil e no mundo naquele dia” (Bonner apud TRAVANCAS, 2007, p.55). Na frase de Bonner, os conceitos de verdade, imparcialidade e neutralidade, e ainda a perspectiva de serem os jornalistas os grande

reveladores da realidade, são marcas a serem garantidas em credibilidade pela própria imponência do apresentador, que ocupa o lugar do Olimpo: a bancada do JN.

A negativa em vincular jornalismo e entretenimento, sendo reservado ao primeiro o papel de “mostrar” os assuntos de maior importância do dia, revela a clássica distinção entre programa de informação e programas de ficção. Por outro lado, em entrevistas concedidas a Coutinho e Travancas, Bonner afirma que são utilizadas estratégias de sedução do público tanto na organização das temáticas, através da recorrência de materiais jornalísticos que permitam ao público “respirar um pouco”, como na organização interna das notícias, ou seja, em sua estruturação narrativa. De forma a entender a narrativa do JN em sua aproximação ou distanciamento do encontro entre jornalismo e estrutura dramática, é interessante compreender com qual roupagem é levado ao público “o que de mais importante” ocorreu no dia. Questionado por Coutinho, o editor-chefe justifica a utilização de personagens como forma de “humanizar as matérias”, no sentido de traduzir temas de difícil compreensão para o telespectador, como assuntos de política e economia. Sobre a observação de Coutinho de que o *lead*⁴⁴ seria utilizado somente no final de cada reportagem (de forma a obedecer a “cronologia” de uma narrativa ficcional), o editor-chefe afirma que “trata-se de transformar informações algumas vezes áridas em termos de ilustração em algo interessante visualmente” (Bonner apud COUTINHO, 2003, p.192). Na direção dessas respostas, fica claro a nós que, por mais que a negativa seja proferida e o véu da verdade seja mobilizado na avaliação de Bonner sobre a função do telejornal (na qual o vocábulo “mostrar” é especialmente significativo), estratégias próprias de narrativas ficcionais são utilizadas na organização das edições do programa. O que nos aproxima do conceito de “dramaturgia do telejornalismo”, apresentado anteriormente, no que diz respeito à maneira de narrar dos jornalistas em televisão.

⁴⁴ Entendido aqui como o conjunto de informações “mais importantes” sobre o assunto abordado.

Dissemos que os momentos de produção, distribuição e consumo de uma instância discursiva em particular – no caso, os discursos do JN – participam de uma relação dialógica, por vezes presumida, por vezes “real”, “direta”. E pudemos constatar tal diálogo a partir do trabalho de campo desenvolvido por Travancas e Coutinho na redação do telejornal. O que nos interessa salientar agora sobre o processo comunicativo posto em movimento no telejornal é o conceito de público (no sentido de “audiência”) assumido pelo JN. Por isso, nos dedicamos agora a nosso último questionamento desta seção: quem é o público do JN, segundo Bonner? Da entrevista feita por Travancas à Bonner, percebemos concepções contraditórias, ambíguas ou ao menos reveladoras de certa imprecisão no que diz respeito às características da audiência do JN, a partir dos seguintes trechos da fala do editor-chefe: “nós falamos para um público iletrado”, “o nosso público principal não é mais popular”, “a participação da audiência do JN é muito mais presente nas classes A e B do que nas demais”, “é um público que tem grandes dificuldades de entender temas complexos”. Essa imprecisão, quase resvalando para uma confusão de idéias, nos remete ao conceito de audiência presumida, apresentado linhas atrás, sendo o público muito mais uma categoria imaginada, presumida, e menos apreendida por meio de pesquisas direcionadas a “conhecer” os telespectadores ou de contato direto com essa audiência.

Assumida a possibilidade de outras nuances a serem observadas no processo de produção da notícia no JN, nossa incursão pela redação do telejornal, mesmo que mediada as constatações por pesquisa de Coutinho e Travancas, nos deu alguns fios a mais para compreender melhor nosso objeto de estudo, já que não poderíamos negligenciar as rotinas e ideais envolvidos diretamente na confecção das notícias no telejornal. Se o fizéssemos, estaríamos mais próximos do risco de generalizações e, logo, mais distantes da prática profissional. Com essas direções teóricas, também metodológicas se pensamos no esquema

proposto por Fairclough (2001), apresentamos no capítulo seguinte aquilo que nosso olhar pôde captar acerca da construção da brasilidade nos discursos do JN.

4. PROJEÇÕES IDENTITÁRIAS DA BRASILIDADE NO DISCURSO NO JORNAL NACIONAL

Como indicamos na introdução deste texto, os meandros das discussões encaminhadas desde as primeiras linhas da pesquisa tentam afinar-se com o pensamento de Norman Fairclough, mais propriamente no que ele chamou de “concepção tridimensional do discurso” (2001). Os capítulos anteriores procuraram dar conta das dimensões social e discursiva de nosso objeto de estudos. O que faremos nesse momento é dissecar a faceta lingüística do discurso, utilizando categorias de análise que consideramos desveladoras do objetivo geral desta pesquisa: entender como é construído o povo brasileiro no discurso do JN.

Antes disso, porém, importa apresentar o instrumental metodológico fornecido pela Análise de Conteúdo (AC), tal como descrita no livro de Casetti e Chio “Análisis de la televisión” (1999). A utilização desse método/ técnica foi útil no primeiro tratamento das edições do programa, que depois da AC, puderam se constituir em um recorte empírico mais restrito, sobre o qual lançamos um olhar mais aprofundado. Segundo indicam os autores, “a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de investigação empírica, destinadas a estudar os conteúdos recorrentes de uma determinada mostra de texto” (CASETTI e CHIO, 1999, p.235, tradução nossa)⁴⁵. Como direção inicial, delimitamos essa busca somente ao que se refere às matérias veiculadas, entendidas como o “formato mais elaborado para apresentação da notícia num telejornal”, segundo indica Iluska Coutinho (2003). O motivo dessa delimitação reside justamente no que evoca o termo “elaborado”, em

⁴⁵ “el análisis de contenido comprende un conjunto de técnicas de investigación empírica, destinadas a estudiar los contenidos recurrentes de una determinada muestra de texto” (CASETTI e CHIO, 1999, p.235).

direção à utilização das potencialidades da linguagem audiovisual e da participação de vários atores na construção do relato. Assim,

Além de apresentar chances de construção de uma mensagem efetivamente audiovisual, já que imagem e som informam o telespectador, as matérias são elaboradas através da atuação de vários integrantes: o pauteiro/ produtor; a equipe de reportagem externa (repórter+cinegrafista+motorista); o editor; o apresentador. Na construção e/ou montagem do VT são usados vários recursos como off, entrevistas e/ou sonoras, passagens de repórter, sobre som, povo fala ou enquête (COUTINHO, 2003, p.121-122)

Nesse sentido, buscamos primeiro quantificar o número de formatos noticiosos⁴⁶ que servem de moldura aos acontecimentos narrados no telejornal (Apêndice A). Das seis edições do Jornal Nacional que tomamos como recorte prévio, verificamos a utilização de todos os formatos mais comumente referenciados na bibliografia sobre telejornalismo – excluindo-se o formato “comentário” –, na seguinte frequência: 45 “matérias”, sendo aproximadamente sete matérias por edição; 12 “notas cobertas”, em uma média de duas notas cobertas por edição; cinco “notas pé”; 16 “notas ao vivo”, sendo uma média aproximada de três notas ao vivo por edição; 76 “manchetes” (de abertura/passagem de bloco/atração), em uma média de 13 manchetes por programa; e duas entradas ao vivo (em formato stand up).

Após a categorização das edições do JN no que se refere ao seu formato, realizamos o direcionamento anunciado anteriormente, nos dedicando a categorização das 45 matérias veiculadas pelo JN na semana de recorte. Nesse momento lançamos ao conjunto de mensagens audiovisuais a seguinte pergunta: em quais matérias exibidas no período de recorte empírico o cidadão comum é personagem? Com base na crença compartilhada de que a apresentação do conflito, da maneira como indica Coutinho (2003) ordena a forma de apresentação nas notícias em nosso objeto empírico de estudo, seis edições do Jornal

⁴⁶ De nossa procura, farão parte as seguintes categorias de formatos, aquelas que são mais comumente encontradas na bibliografia sobre telejornalismo (COUTINHO, 2003, p.121): nota ao vivo, matéria ou VT, nota coberta, nota pé, comentário e chamada.

Nacional, verificamos as presenças/ ausências do cidadão comum⁴⁷ no núcleo conflituoso dos vts veiculados no período de 22/09/2008 a 27/09/2008, o que corresponde à semana do JN (Apêndice B).

Para tanto inicialmente foi necessário, segundo proposta da AC, definir unidades de classificação, isto é, “os parâmetros com base nos quais há que decompor os textos”⁴⁸ (CASSETTI e CHIO, 1999, p. 238, tradução nossa). Atentos a essa exigência, as seis edições tomadas como recorte prévio foram decompostas nas seguintes unidades: editoria, conflito e personagens envolvidos. Importa dizer que, nesse primeiro momento, consideramos “personagens” aqueles que aparecem em cada matéria veiculada pelo JN na condição de fontes entrevistadas, em discurso direto (sonoras), apesar de entender que eles podem ser apresentados através de imagens de ação ou apenas no texto do repórter, por exemplo. Também consideramos que a emissora, mais propriamente na figura dos apresentadores e do repórter, pode atuar como personagem na narrativa. Essas especificidades em relação ao lugar de fala dos personagens dentro de um conjunto narrativo, ou mais propriamente, ao modo como os populares se movimentam no interior de cada matéria (inclusive a maneira como dialogam com outros personagens aí presentes), foram delineadas em momento posterior, quando estivemos guiados por instrumental próprio da Análise Crítica do Discurso, no que essa considera a dimensão lingüística de um evento discursivo.

Sobre a escolha das editorias como unidade de análise, convém ressaltar que no telejornalismo não há uma distinção clara entre as temáticas apresentadas através dos diferentes formatos de que se vale o gênero, no que se refere à organização da produção e estabelecimento de linguagens e recursos próprios. Seguimos Coutinho na crença de que “no caso do telejornal não há a apresentação agrupada de matérias de cada editoria”

⁴⁷Na introdução, evocamos o sentido a que se refere a expressão “povo brasileiro”: o cidadão comum, ou, o “homem ordinário”, sobre o qual fala Certeau no livro “A invenção do cotidiano” (1994)

⁴⁸“Los parámetros en base a los que hay que descomponer los textos” (CASSETTI e CHIO, 1999, p. 238).

(COUTINHO, 2003, p.120)⁴⁹. Tampouco, como completa a pesquisadora, há um encadeamento linear de temáticas de acordo com a adequação em certa editoria. De fato, os temas diversos que habitam o cotidiano e as narrativas sobre ele (seja na mídia ou nas ruas) não existem em separado, já que partimos do pressuposto de que a realidade é multifacetada e interinfluyente em seus fragmentos. O cotidiano, tecido com fios entrelaçados, não permite separações arbitrárias e estanques por demais. No entanto, e para que pudéssemos entender no interior de quais “tipos de conteúdo” ou “perspectivas de abordagem de um fato” (COUTINHO, 2003) se movimenta o cidadão comum, utilizamos classificação indicada por Coutinho (2003), construída para fins de análise. Segundo a pesquisadora, podemos classificar as matérias veiculadas em um telejornal de rede dentro de eixos temáticos como Mundo, Cotidiano, Economia, Política, Saúde/ Ciência, Comportamento/ Cultura, Esporte e Justiça/ Polícia.

Feitas essas considerações, verificamos que o cidadão-comum é personagem em 26 das 45 matérias que constituíram a semana do JN, o que representou sua presença em 57,8 % dos vts. No que se refere à divisão por editorias, há uma freqüência maior de populares em matérias que poderiam ser enquadradas como pertencentes à editoria de Cotidiano (12 matérias), seguida da Série Especial/Política (5 matérias), da editoria de Cultura/Comportamento (3 matérias), de Justiça/Polícia (2 matérias), Saúde/Ciência (2 matérias) e Economia (2 matérias). Entre as 26 matérias veiculadas na semana de 22 a 27 de setembro de 2008, nas quais o cidadão-comum foi personagem com direito à discurso direto, realizou-se novo enquadramento, por meio do qual foram selecionadas seis matérias, estas objeto de análise que lançou mão de metodologia própria da ACD: “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de

⁴⁹ A editoria de Esporte seria a única exceção, por contar com repórteres e editores especializados.

40 anos”, “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas” e “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”⁵⁰.

A escolha dessas reportagens como recorte empírico a ser observado pela ACD se deu em muito pelo tipo de temática desenvolvida em cada uma delas, unificadas essas temáticas pelo fato de “atingirem” coletividades representativas da nação, bem como pelo fato de abordarem problemáticas pelas quais passa o cidadão-comum cotidianamente. A visibilidade da aderência dessas matérias à questão de pesquisa que orientou a produção dessa dissertação, é possível, a título de exemplo, pela presença do vocábulo “brasileiros” (e seus derivados “brasileiro”, “brasileiras” e “Brasil”) ora no corpo, ora no título das reportagens. Quando estivermos ocupados em apresentar os vislumbres referentes à categoria de análise “representação de atores sociais” (no que diz respeito às coletivizações construídas na narrativa), e, além disso, quando nossa tarefa for descrever cada uma das reportagens citadas, o leitor poderá entender melhor as razões de nossa escolha, na medida em que buscaremos explicitar mais detalhadamente a relação entre cada uma delas e a representação/construção da brasilidade.

Tendo como referência essas constatações, debruçamo-nos sobre as seis matérias citadas a partir da ACD, buscando entender como o cidadão-comum se insere nas narrativas audiovisuais, que lugar ocupa em cada uma das seis matérias. Para isso, utilizamos o “texto” como objeto de análise, a faceta lingüística do evento discursivo. Interessante mencionar que Fairclough entende “texto” no sentido amplo, de linguagem falada e escrita. Entretanto, como nosso objeto é audiovisual, ou seja, na medida em que texto e imagem se complementam em significação no discurso telejornalístico, nos valem de conceituação da Análise de Discurso Francesa (AD), por meio da interpretação da pesquisadora Eni Orlandi, segunda a qual um texto é definido como “unidade complexa de significação” (ORLANDI, 2006, p.21).

⁵⁰ A forma de apresentação das matérias nesse texto manteve o modo como estas foram intituladas no site do JN.

Esse diálogo metodológico nos possibilitou analisar, num primeiro momento, a linguagem falada, a partir da concepção de Fairclough e, em diálogo, aplicar a metodologia própria da Análise da Imagem (AI) nos “textos” imagéticos, tendo como referência roteiro desenvolvido por Coutinho (2006). Nessa direção, concordamos com a pesquisadora na premissa de que a análise, quando direcionada sobre signos que comportam códigos diversos (lingüístico, icônico e sonoro, segundo parecer de Umberto Eco)⁵¹ não deve perder de vista a constituição das imagens como mensagens visuais, permeadas por conteúdos a serem comunicados a partir de dispositivos técnicos - mas, nem por isso menos livres de ideologias – tais como enquadramentos de câmera, composição dos elementos, cores, iluminação e contrastes.

Importante mencionar que, nem a ACD, tampouco a AD, consideram a faceta textual do discurso desvinculada de suas condições de produção e interpretação, bem como das interfaces com a prática social. O mesmo vale para a relação entre a AI e as imagens veiculadas. No caso da ACD, referencial na construção de nosso olhar pelos motivos apresentados na introdução deste texto, há ressalva clara de Fairclough quanto às divisões do discurso em dimensões, sendo essa compartimentalização válida apenas com fins metodológicos. Isto é, para que possamos nos debruçar sobre cada uma dessas dimensões – neste momento, a textual – a partir de um olhar mais atento, e, dessa forma, mais revelador dos contornos interinfluentes de cada faceta discursiva. Obviamente, em momento posterior, as dimensões serão reunidas e interpretadas em seus diálogos, o que buscaremos dar conta a título de considerações finais.

⁵¹ Eco desenvolve no livro “Apocalípticos e Integrados” (2004), um quadro para análise semiológica das mensagens televisuais. Embora o foco deste trabalho não esteja nesse tipo de abordagem, vale referência em razão do desmembramento de signos complexos, como os que são veiculados pela televisão, nos códigos referenciados (icônico, sonoro e lingüístico). Dizer que a mensagem televisiva se constitui enquanto um sistema signico implica que cada mensagem nesse âmbito “(...) é um complexo objetivo de significantes, enquanto elaborada com base em um ou mais códigos para transmitir certos significados, e enquanto interpretada e interpretável com base nos mesmos códigos ou em outros” (ECO, 2004, p. 371).

Buscamos acionar a faceta lingüística do discurso a partir do entendimento do que seriam os três significados da linguagem - acional, representacional e identificacional - propostos por Fairclough no livro *Analysing Discourse* (2003), acessado através da interpretação das pesquisadoras Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2006). No entendimento de Fairclough, as construções discursivas figuram “de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modo de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado” (apud RAMALHO e RESENDE, 2006, p.60). Seguindo essa linha de raciocínio, o significado acional tem como foco o texto como modo de agir no cotidiano; o significado representacional privilegia a atenção sobre a potencialidade do texto em representar aspectos do mundo; já o significado identificacional indica a forma como se inserem as identidades no discurso. Ainda, a correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos é creditada com base na idéia de que gêneros, discursos e estilos são respectivamente caminhos de ação, representação e identificação percorridos por um texto. Nesse sentido,

a análise do discurso dever ser simultaneamente à análise de como os três tipos de significado são realizados em traços lingüísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos (RAMALHO e RESENDE, 2006, p.61)

Os traços lingüísticos observados com fins de desvelamento desses significados, tendo em vista a preocupação central na maneira como o povo brasileiro é construído discursivamente no JN, estruturam-se a partir das seguintes categorias: estrutura genérica, intertextualidade, interdiscursividade, representação de atores sociais e avaliação. Por meio de cada uma delas buscamos dar conta de pelo menos um dos significados da linguagem propostos por Fairclough. A relação desses traços lingüísticos com a prática social (a trama

social condicionante, estruturas e matrizes) e com a prática discursiva (o contexto de produção, distribuição e consumo de textos) será apresentada posteriormente.

A primeira categoria, diz respeito aqui ao tipo de “estrutura textual geral” utilizada na construção do discurso sobre o povo brasileiro; e busca dar conta do que Fairclough chamou de “significado acional na linguagem”, ou seja, a potencialidade dos textos de agir sobre o mundo, sendo essa ação legitimadora ou questionadora de relações sociais. Nessa direção, a idéia de gênero é relevante na medida em que, segundo Fairclough, cada tipo genérico está relacionado a práticas sociais específicas, a modos particulares de ação em eventos sociais. O autor ainda faz referência à diferenciação entre pré-gêneros, transcendentais a situações discursivas particulares, e gêneros situados, composições mais comumente utilizadas em domínios específicos. Não entraremos no estudo dessa separação, entretanto, nos interessa a possibilidade de interação entre diversos tipos de conjuntos genéricos, na medida em que nos valem do estudo de Coutinho (2003) para alcançarmos conhecimento acerca da utilização da narrativa dramática na estruturação textual das matérias no JN – o que poderíamos considerar um pré-gênero, de acordo com a perspectiva de Fairclough. Se entendemos, na companhia de Coutinho, que o telejornalismo se apropria desse tipo genérico em sua organização textual, ao elaborar soluções para os conflitos expressos na tela com base numa perspectiva consensual – tal como descrita por Traquina – esse tipo de mensagem torna-se veículo potencial na manutenção do estágio atual das relações de poder, do embate entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Vamos atentar melhor para essas questões quando nosso olhar estiver mais próximo das matérias. Com essas considerações em mente foram marcas textuais foco de nossa procura: o conflito narrativo/social, as ações, cenários, personagens e lição de moral.

Em relação à segunda categoria analítica - a “intertextualidade” -, nos valem de grande contribuição de Mikhail Bakhtin (1995), reconhecido por Fairclough em razão de seu

apreço em desenvolver, amiúde, análises de textos sob uma perspectiva intertextual. A crença de que cada enunciado dialoga com textos outros, como os nós de uma rede de pesca são interdependentes ou os retalhos de uma colcha estão afinados para a completude da peça, é compartilhada na produção dos dois autores. Se Bakhtin defende que toda enunciação é parte de uma cadeia ininterrupta de comunicação, sendo o diálogo sua natureza, Fairclough, na mesma toada, acredita que “todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.134). Na direção dessas idéias, usamos o termo “intertextualidade” quando nossa ênfase analítica recaiu sobre a “heterogeneidade dos textos”, o que implica “um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e freqüentemente contraditórios que contribuem para compor um texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p.137). No caso das matérias analisadas em nosso estudo de caso, a categoria em questão fora desvelada através da “representação do discurso”, ou seja,

uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas (por exemplo, “ela disse” ou “Maria afirmou”). A representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia (FAIRCLOUGH, 2001, p.140).

O que os populares disseram que mereceu ser notícia, ter certo *status* na narrativa editada e veiculada no Jornal Nacional? Como o discurso do cidadão comum foi representado nas matérias? Aqui, vale nova referência à obra de Bakhtin. Preocupamo-nos em refletir sobre o ele chamou de “discurso citado”, ou seja, “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação” (BAKHTIN, 1995, p.144), e, mais que isso, “um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN, 1995, p.144). Na terceira parte do livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, o autor nos apresenta o que seria um problema

específico de sintaxe⁵²: o discurso citado, ou seja, “os esquemas lingüísticos (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre), as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontramos na língua, e que servem para a transmissão das enunciações, enquanto enunciações de outrem, num contexto monológico coerente” (BAKHTIN, 1995, p.143). Assim, quando nos ocupamos da “representação do discurso” (desveladora da categoria intertextualidade, como dissemos anteriormente) estivemos observando a relação entre os discursos de outrem, seguindo conceituação de Bakhtin, e o contexto narrativo no qual estão citados (as matérias do JN).

Ainda sobre a categoria intertextualidade, ela nos proporciona reflexões diversas em relação, por exemplo, à separação entre representação do discurso direta e indireta. No discurso direto, ou estilo linear de citação do discurso de outrem, como denomina Bakhtin, “Há um limite explícito entre a ‘voz’ da pessoa que é relatada e a ‘voz’ de quem relata” (FAIRCLOUGH, 2001, p.140). Nesse caso, o “discurso de outrem” é apresentado com aspas, tal como vemos frequentemente em textos jornalísticos impressos, quando destacamos de nossa pena a autoridade da enunciação da fonte, de modo que o dito foge de nossa responsabilidade. Também as referências temporais e indicações de espaço - aqui, lá - se mostram sob o ponto de vista de “outrem”, aquele que ecoou originalmente as palavras entre aspas. No discurso indireto, ou, segundo Bakhtin, no estilo pictórico de citação do discurso de outrem, “as vozes do(a) relator(a) e do(a) relatado(a) são menos claramente demarcadas, e as palavras usadas para representar o discurso no último caso podem ser as do(a) relator(a) e não as do(a) relatado(a)” (FAIRCLOUGH, 2001, p.141). Somem as aspas, assim como as indicações de tempo e espaço assumem a perspectiva de quem relata.

No caso de nosso estudo, importou entender as relações que se estabelecem entre discurso citado e contexto narrativo no qual esse discurso está inserido (intertextualidade), já

⁵² Segundo crença de Bakhtin (1995), as formas sintáticas, combinatórias, dentro de um texto, são as que mais se aproximam dos atos de fala, da enunciação completa.

que é nossa proposta compreender de que maneira os populares, enquanto falantes, se movimentam na estrutura narrativa, ou seja, como são alocadas suas vozes no interior da enunciação. Ainda nos interessou saber se seus apelos sonoros são bem delineados ou se são “traduzidos” por um outro alguém, no caso, pelo repórter, em textos, ou pelo cinegrafista, em imagens (porque imagens também evocam apelos). Essa movimentação, relação entre as vozes no discurso telejornalístico, possibilita clarear a parceria entre intertextualidade e hegemonia, na medida em que a ocupação de espaços no interior de um discurso, para além da democrática idéia de “pluralidade de vozes”, segundo Bakhtin, é uma tarefa “socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder” (BAKHTIN, 1995, p.135).

Também Resende e Ramalho esclarecem:

A representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada. Analisar em textos quais vozes são representadas em discurso direto, quais são representadas em discurso indireto e quais as conseqüências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles (as) que pronunciaram os discursos relatados no texto pode lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem (2006, p.67).

Tendo em vista que a inserção de falas dos entrevistados no âmbito do discurso telejornalístico, mesmo quando delimitadas do corpo da matéria, não acena necessariamente para uma democracia de vozes nesse espaço (intertextualidade e hegemonia), ao considerarmos a crença de Arlindo Machado no telejornal como *locus* privilegiado de encontro entre vozes diversas, nos perguntamos quando essa polifonia de vozes é plural de fato, no sentido de transmitir pontos-de-vista diferentes sobre uma mesma temática. Ou então, pensamos se seriam essas falas, não raro, apenas confirmações de posicionamentos da emissora ou do próprio repórter, discussão referenciada também pela pesquisadora Iluska Coutinho no texto “Democracia eletrônica e televisão no Brasil: os telejornais como espaço de disputa por hegemonia política e cultural” (COUTINHO, 2002). Segundo o que Coutinho

pôde verificar em pesquisa que teve como objeto empírico edições do Jornal Nacional veiculadas em 2001,

uma análise da identidade dos “falantes”, dos entrevistados, e do tempo e tratamento dispensado a eles na edição do programa, nos revela que para além de funcionar como um espaço efetivamente pluralista, como uma democracia eletrônica, o Jornal Nacional se constitui em arena audiovisual para confirmação do poder de um grupo social, de sua ideologia e cultura; para a reafirmação da hegemonia dos empresários, da propriedade e da iniciativa privada no Brasil (COUTINHO, 2002, p.12)

Compreendida a intertextualidade em seus possíveis contornos de prática social⁵³ (permeada que está por relações de poder acionadas também no tecido social), apresentamos as questões que nos guiaram no percurso investigativo referente a essa categoria: quais vozes estão presentes nas matérias analisadas? De que maneira essas vozes estão alocadas e relacionadas no contexto narrativo?

A terceira categoria que utilizamos a fim de entender a construção do povo brasileiro no discurso do JN, em que pese o recorte empírico de seis reportagens, é a “interdiscursividade”, que dialoga com a intertextualidade no sentido de oferecer visões (ou representações) sobre dado aspecto da realidade, feito temática nas matérias analisadas. Enquanto a intertextualidade manifesta (que se equaliza à segunda categoria apresentada por nós) é desveladora do significado acional da linguagem, a *interdiscursividade*, por outro lado, é iluminadora do discurso como modo de representação do mundo. Na direção do pensamento de Fairclough, intertextualidade manifesta seria a “combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.65), ou, em outras palavras, diz respeito à forma como os textos dialogam com outros enunciados/enunciadores. De outra forma, mas guardando complementaridade com a primeira, a interdiscursividade seria a heterogeneidade de um texto no que se refere às

⁵³ Convém dizer que, se disponibilizamos espaço maior à descrição dos contornos da categoria intertextualidade isso não significa que seja ela mais importante que as categorias outras aqui mencionadas, haja vista também que todas compartilham um enlace profundo, não existindo na prática em separado.

diferentes perspectivas de mundo que se delineiam numa dada amostra. Ou, os diferentes tipos de angulações, visões, sobre os temas centrais dos quais as matérias dão conta. Da maneira como entendem Ramalho e Resende (2006), “a identificação de um discurso em um texto cumpre duas etapas: a identificação de que partes do mundo são representadas (os “temas” centrais) e a identificação da perspectiva particular pela qual são representadas” (2006, p.72). Na análise dessa categoria, observamos principalmente de que modo o cidadão comum, os brasileiros postos em cena, contribuem para legitimar ou contestar certa visão de mundo evocada pela narrativa telejornalística, em que pese, mais uma vez, o recorte empírico de que daremos conta. Também buscamos identificar se a forma como são representados esses personagens brasileiros (o que contribui para a propagação de certo imaginário sobre os mesmos) está em consonância ou discordância com alguns discursos hegemônicos (ou visões) sobre a brasilidade, tais como foram apresentados no primeiro capítulo deste texto dissertativo.

Avancemos agora na descrição da quarta categoria desveladora de nosso objeto: a “representação de atores sociais”. Reafirmando o que dissemos linhas atrás, sobre o enlace profundo entre cada faceta do texto, essa categoria se relaciona diretamente com a intertextualidade, no que dissemos ser “representação do discurso”, na medida em que os personagens ou vozes distribuídos no texto telejornalístico recebem ou não indicação de seu papel social e/ou narrativo, são incluídos ou não no relato, a uns é dada proeminência, a outros, indiferença: “as maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades” (RAMALHO e RESENDE, 2006, p.72). No caso de narrativas da imprensa, as autoras observam uma série de utilizações, referente a forma como as personagens são representadas, excluídas ou incluídas no relato, dentre elas a existência de atores sem nome, da representação por nomeação e do

que chamaram de “agregação” (potencial a fim de produzir uma opinião de consenso, quando da utilização de quantificações do tipo “90% das donas de casa...”).

Do diálogo com essas orientações, buscamos observar nas matérias analisadas alguns tipos de apresentação dos personagens, no que se refere à categoria em questão, a saber: nomeação em créditos, nomeação em *Off*, agregação, impersonalização por autonomização (quando se dá proeminência não ao ator da ação, mas ao seu enunciado, a exemplo de “a pesquisa mostrou”, ao invés de “o Instituto mostrou, em pesquisa...”) e coletivização (representação de atores sociais por meio de expressão ou palavra que se refere a uma coletividade).

Sobre a identificação das vozes no relato telejornalístico - a “representação dos atores sociais” - Arlindo Machado acredita que esse procedimento conduz à identificação da narrativa com um sujeito enunciador, promovendo a individualização do relato. Por outro lado, Machado esclarece que há diferenças na maneira como os atores sociais são referenciados. Segundo afirma, os produtores do discurso em telejornal reservam a identificação integral às personalidades – aos “olimpianos”, de que falou Morin – e aos profissionais da emissora. De outro modo, à “gente do povo” é atribuída uma identificação mais genérica, como os rótulos dona-de-casa, sertanejo e aposentado. Interessante entender que essa diferenciação entre quem está no relato e a maneira como é referenciado, em comparação aos nomes excluídos da narrativa (e que poderiam ser uma fonte potencial, sendo envolvida direta ou indiretamente no acontecimento) ou que receberam pouca proeminência, indica uma movimentação ou estagnação das relações sociais de poder, e aqui, mais uma vez, o conceito de hegemonia se ergue, como já ronda este texto desde o início de sua escritura.

Feitas essas considerações, as questões que nos guiaram no que se refere a essa categoria foram as seguintes: como os atores sociais são representados/referenciados no texto? Quais tipos de personalizações (ou impersonalizações) são apresentados?

Finalmente, nos debruçamos sobre a quarta categoria, relacionada ao significado identificacional da linguagem: a “avaliação” sobre processos identitários, que, dentre outras maneiras, estão traduzidos no texto sob a forma de afirmações avaliativas (juízos de valor) e presunções valorativas (o que é bom ou desejável e também o contrário). Essa categoria nos dá alguns indicativos sobre nossa busca, o povo brasileiro no JN, já que ela nos permite encontrar nos discursos analisados posturas, ações ou fatos que são louváveis e aqueles que são encarados a partir de uma perspectiva negativa. De todo modo, interessa dizer que as avaliações só são desveladas em diálogo com o que pudemos concluir sob a égide de todas as outras categorias. No momento das conclusões finais, iremos dialogar cada uma das categorias aqui destacadas com o corpo teórico apresentado anteriormente, em que pese nesse momento o conceito de “enquadramento” proposto por Porto (2007), na medida em que compartilhamos a crença de que maneiras específicas de narrar contribuem para construir certas visões (enquadramentos) sobre a trama cotidiana e povoar o mundo de significados.

Já para a análise específica das imagens - que, no caso em questão, são imagens “em movimento” - recorreremos ao roteiro proposto por Iluska Coutinho (2006). O cenário audiovisual a ser “desmontado” em nossa investigação será aquele em que os personagens “populares” se comportam como sujeitos falantes, ou, ao menos, quando sobre eles se está falando, e suas imagens são inseridas como acompanhamento da voz em *off*⁵⁴. Como em cada um desses momentos há todo um artesanato da linguagem audiovisual, possível a partir do que Coutinho chamou de “dispositivos técnicos”, para a decomposição do cenário imagético e, nele, dos personagens populares, nos fixaremos no recurso que de acordo com a análise estiver mais destacado, explícito, ou ainda que se apresente de forma melhor como complemento à narrativa presente nos textos de repórter e/ou entrevistado.

⁵⁴ A voz em *off* é aquela que ecoa por “detrás” das imagens em narrativas audiovisuais, e cumpre a função de complementar o código icônico.

Apresentadas ao leitor mais alguns fios sobre a construção de nossa análise, nos ocuparemos nesse momento de trazer ao texto as descobertas possíveis a partir do que dissemos serem nossos referenciais teórico-metodológicos. A divisão que segue utilizará o título de cada matéria analisada como sub-seção, nas quais serão apresentadas as categorias utilizadas por nós e o que fora possível observar de posse desses instrumentos.



4.1 “PESQUISA MOSTRA A REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL”

A primeira matéria de nossa análise foi apresentada no dia 22/09/2008 (segunda-feira), esteve alocada no primeiro bloco do JN, sendo identificada por nós como pertencente à editoria “Cotidiano”. Tem como temática principal a redução da pobreza no Brasil, o que fora constatado por pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A categoria de análise “estrutura genérica” nos fez identificar que a matéria está organizada em torno de uma celebração principal, conflitos latentes, ações, personagens, cenários, *happy end* e lição de moral, logo nos moldes de uma dramaturgia do telejornalismo. Logo na cabeça da reportagem Fátima Bernardes celebra o aumento da renda dos mais pobres: “O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgou hoje um estudo que mostra a velocidade da redução da pobreza no país. A melhoria da renda levou quase 14 milhões de brasileiros a mudar de faixa social”. A primeira personagem da matéria é a comerciante Edilde Santana, que transita pelo lugar onde vende balas e doces para aumentar a renda da família. Pelo texto do *off* do repórter, mas principalmente pelas imagens, percebe-se que é um local pequeno, bem apertado. É a forma que Edilde tem de ganhar um “dinheirinho extra, que pode comprar um queijinho a mais, para comer uma lasanha”, da maneira como a personagem explica em sonora editada na reportagem, na qual expressa satisfação com o feito. O cenário do depoimento de Edilde é a venda onde realiza o trabalho que ajudou a aumentar a renda familiar.

Depois da fala de Edilde, entra *Off* do repórter, coberto em maior parte por arte explicativa, com números e porcentagens tradutores dos dados do Ipea, instituto que identificou a redução da pobreza no Brasil, exemplificado o fato inicialmente pelo exemplo de Edilde. O texto em *Off* do repórter também nos informa sobre o aumento da renda dos mais pobres, sendo essa seção da matéria coberta por imagens de casas em morros, possivelmente de uma favela. Segue-se o relato com a passagem do repórter, que faz uma ressalva, expressa um conflito, até então latente, pois o tom geral da matéria é de celebração: o Brasil ainda é um

país com um dos piores índices de desigualdade do mundo, fato traduzido na fala do repórter como “o grande desafio” e na sonora subsequente, do pesquisador do Ipea Ricardo Paes de Barros, como “a má notícia”. Nesse momento há uma ruptura no clima de celebração, provocada tanto pelo *Off* e sonora quanto pelas imagens. É na própria sonora que o pesquisador acalma/ controla o conflito, dizendo que a queda no grau de desigualdade, apesar de pequena, é “consistente e persistente”.

Em seguida, entra novo *Off* do repórter com mais dados do Ipea traduzidos em arte que apresenta números e porcentagens indicadores da mudança significativa de faixa social de muitas famílias brasileiras, o que vem corroborar uma visão otimista sobre o futuro do país. Porém, na continuação do *Off* do repórter, outra ruptura se instaura: o fato de o Nordeste ainda possuir índices de pobreza alarmantes, com “quase metade da população na faixa de menor rendimento”. As imagens que cobrem o *Off* compõem um cenário de seca, pobreza e tristeza no Nordeste, espaço já estereotipado na “geografia nacional”, por isso também reconhecível. Casa de pau a pique, meninos em cima do que parece ser um jumento, andando pela paisagem seca, mulher colocando feijão em panela, homem (parece ser um mendigo) sentado em mureta de praça. Esse conflito é amenizado mais uma vez, com o exemplo da família Araújo, traduzido em imagens inseridas no final do *Off* e na sonora com Fátima Araújo, que encerra a matéria. O *Off* do repórter segue informando que “muita coisa mudou para a família Araújo depois que a filha mais velha conseguiu um emprego com carteira assinada”. Pai, mãe e filha estão assistindo tv (novela Global) na sala de uma casa que aparenta ser de classe média. A mãe tem posse do controle remoto. Eles riem e conversam. Em seguida, entra sonora com a cozinheira Fátima Araújo. A sonora corrobora a visão otimista da matéria sobre a temática, contribuindo para o *happy end*: “está tudo mais tranquilo”, conclui Fátima. Também contribui para a lição de moral da história, no sentido de que, a julgar pelo discurso do JN, todos podemos “mudar de vida” se nos esforçarmos.

A categoria de análise “interdiscursividade” nos deu subsídios para identificar o tema central da reportagem e a ótica particular pela qual ele é representado. Dados do Ipea, *offs* do repórter e fala dos entrevistados constroem uma visão otimista sobre o futuro do país, sobre as condições de riqueza e pobreza dos brasileiros, ainda que o repórter tenha feito referência aos índices altos de pobreza do nordeste, mesmo que o país ainda possua um dos piores índices de desigualdade do mundo, informação também foi evidenciada na sonora do pesquisador do Ipea, a voz do especialista. Os “brasileiros”, com um esforço a mais, já conseguem aumentar a renda familiar, para comprar “um queijinho a mais”, ou sair para almoçar fora “sem medo”, da maneira como evidenciaram duas personagens da narrativa audiovisual veiculada no JN. Percebemos aí a valorização do trabalho para que seja possível o consumo de bens de segunda necessidade, sendo através desses exemplos, via fala dos personagens, que a redução da pobreza é tornada “visível” na matéria. Também, as referências temporais encontradas nas sonoras indicam um passado penoso e um presente/futuro mais agradável: “*Agora* a gente já sai para almoçar fora sem medo. *Antes* a gente ficava com medo”; “*Hoje* eu tenho um dinheirinho extra”. Isso contribui para corroborar uma visão otimista sobre o futuro do país. Também edifica a visão dos brasileiros como otimistas e satisfeitos com a posse de algumas regalias individuais, o que contrasta, ao menos em nível de uma possível percepção do público, com o fato de o país ainda manter um dos piores índices de desigualdade do mundo e ainda com o quadro de pobreza em que vive a população do Nordeste.

Da maneira como nos indica a tabela referente à categoria “intertextualidade” (Apêndice D), as vozes presentes na matéria em discurso direto são da comerciante Edilde Santana, do pesquisador do Ipea Ricardo Paes de Barros e da cozinheira Fátima Araújo. Apresentada em discurso direto, a voz da comerciante Edilde Santana vem como exemplo inicial da redução da pobreza no Brasil, de maneira a legitimar os números divulgados pelo

Ipea e ilustrar a constatação do repórter sobre o aumento na renda familiar da comerciante, expressa no texto do *Off*. Em sonora, Edilde explica o que mudou em sua vida quando conseguiu aumentar a renda familiar: “Hoje eu tenho um dinheirinho extra que pode comprar um queijinho a mais, para comer uma lasanha”. A sonora é antecedida pelo *Off* do repórter, que explica como a comerciante conseguiu esse recurso, e sucedida por novo *Off* do repórter, dessa vez com a apresentação dos dados do Ipea, reveladores da redução da pobreza no Brasil. Ricardo Paes de Barros, também ouvido em discurso direto, assume o papel de representante do Instituto, e se comporta como a voz “especialista” na matéria, cumprindo a função de alarde e acalento: “A má notícia talvez é de que a gente vai precisar de uma queda dessa por mais 18 anos para chegar num nível de desigualdade comparável a do resto da humanidade. Mas mais importante do que essa queda rápida, acelerada é o fato de que ela é consistente e persistente”.

A sonora de Ricardo Paes de Barros é antecedida e sucedida por informações numéricas divulgadas pelo Instituto, o que também confere credibilidade à sua fala, na medida em que a presença dos números transfere à fala certo ar de neutralidade e veracidade. No fim da reportagem, a cozinheira Fátima Araújo vai concluir em sonora: “Agora a gente já sai para almoçar fora sem medo. Antes a gente ficava com medo, pensando que aquele dinheiro fosse fazer falta para outras coisas, no meio do mês, até chegar o próximo salário. Mas agora não, está tudo mais tranquilo”. A edição de sua voz na reportagem serve, a exemplo da primeira personagem, para ilustrar o fato comprovado pelos números divulgados pelo Ipea, de que a situação econômica das famílias está melhorando.

Apresentado em discurso indireto na matéria está o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pela divulgação de “um estudo que mostra a velocidade da redução da pobreza no país”, da maneira como nos informa a cabeça da reportagem. O Ipea, divulgador da pesquisa, aparece quatro vezes ao longo da narrativa, na

voz do repórter, que traduz as informações em *Off* por meio da inserção de arte que apresenta porcentagens e imagens ilustrativas. Traduzindo os dados do Ipea de forma indireta, o repórter aparece como o narrador (tradutor) de um fato assumido e apresentado como verdadeiro, dada a credibilidade da fonte (Ipea) e o aparato numérico que legitima a constatação de que a pobreza está diminuindo no país.

As informações contidas na tabela referente à categoria “representação de atores sociais” (Apêndice E), nos revelam, entre outros dados, os personagens nomeados nos créditos, aqueles que tiveram sua voz traduzida em discurso direto. As duas personagens “ilustrativas” da matéria recebem a nomeação de acordo com sua função/trabalho⁵⁵: *comerciante e cozinheira*. Edilde Santana, a primeira personagem “brasileira”, aparece ainda referenciada em *Off* do repórter como “*Dona Edilde, de Aracaju*”, o que dá subsídios, pela informalidade do vocábulo “Dona” e da localização espacial “de Aracaju”, à identificação com uma grande parcela da população. Esse laço criado com o público recebe auxílio da coletivização “Família Araújo”, modo como o repórter fez referência quando da apresentação da segunda personagem da narrativa.

Ricardo Paes de Barros, a fonte do Ipea na reportagem, também é nomeado em créditos de acordo com sua função/trabalho: *pesquisador do Ipea*. Cargo referenciado que confere credibilidade às suas palavras, dado o lugar do personagem “especialista” que ocupa na reportagem. O Ipea, do qual o especialista é representante, aparece ainda nomeado em *off* três vezes: duas com a referência “*Instituto*” (ao considerar em que faixa de rendimento encontram-se as pessoas extremamente pobres e ao “concluir” a quantidade de pessoas que mudaram de faixa social), e uma com a referência Ipea (ao “dividir” o país em três classes sociais). O Ipea aparece também na coletivização “*Pesquisadores do Ipea*”, que segundo a matéria consideram acelerada a queda da concentração de renda no país, e ainda duas vezes

⁵⁵ Essa é a regra presente nos manuais de redação e no manual da tv Globo.

na impersonalização por autonomização: “*Estudo do Ipea*”. Nesse caso trata-se de mostrar, por meio desse estudo, a diminuição da pobreza no Brasil, e ao mostrar o crescimento da renda dos mais pobres. As referências ao Ipea atuam de forma a desenhar uma perspectiva otimista para o país. Os números apresentados e, principalmente, a neutralidade que a impersonalização por autonomização “*estudo do Ipea*” nos remete, confere credibilidade e ares de veracidade ao fato narrado.

Os brasileiros aparecem referenciados de várias formas: duas vezes na agregação “*14 milhões de brasileiros*” (aqueles que mudaram de faixa social); uma na agregação “*maioria*” (aqueles que passaram da faixa de renda baixa para média); duas vezes na coletivização “*brasileiros*” (ainda em referência àqueles mudaram de faixa social); uma vez na coletivização “*Brasil*” (que precisa vencer “um grande desafio” já que o país permanece com um elevado grau de desigualdade). Finalmente, os brasileiros também estão presentes nas coletivizações “*mais pobres*” e “*pessoas extremamente pobres*”, aqueles cidadãos que tiveram melhoria de vida, segundo dados do Ipea. As referências aos brasileiros, na direção do que apresentamos acima, aparecem para exemplificar que os mais pobres mudaram de faixa social. Ressaltamos principalmente um possível efeito tranquilizador da agregação “14 milhões de brasileiros”, pela alta cifra representativa da quantidade de pessoas que mudaram de faixa social.

A categoria “avaliação” nos deu subsídios para identificar a apresentação de avaliações afirmativas (juízos de valor) e presunções valorativas (o que é bom ou desejável). Em *Off*, o repórter avalia a situação do país, com base na entrevista com Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Ipea, e diagnostica: “mas o Brasil ainda tem que vencer um grande desafio”. Mais ao final da reportagem, na voz em *Off* do repórter, percebemos uma presunção valorativa: “Em São Gonçalo muita coisa mudou para a família Araújo depois que a filha mais velha conseguiu um emprego com carteira assinada”. Isso nos remete à idéia de que é

bom, desejável, que mais membros da família trabalhem para contornar certa situação adversa, no caso, a impossibilidade do consumo de bens de segunda ou terceira necessidade. A sonora subsequente vai exemplificar de que maneira essa mudança pode ser visível: “Agora a gente já sai pra almoçar fora sem medo”.



4.2 “IBGE: AVANÇOS SOCIAIS E PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO”

A segunda matéria de nossa análise fora apresentada no dia 24/09/2008 (quarta-feira), no primeiro bloco do JN e também corresponderia à editoria “Cotidiano”. Duas são as temáticas principais da reportagem: os avanços na área social e a má qualidade da educação. A categoria de análise “estrutura genérica” nos fez identificar que a matéria está organizada em torno de conflitos, celebrações, personagens, ações, cenários, *happy end* e lição de moral, o que reforça a tese de existência de uma dramaturgia do telejornalismo. Uma série de conflitos neutraliza os números indicativos de avanço na área social, conflitos esses decorrentes de problemas na qualidade da educação.

Já na cabeça da reportagem, Fátima Bernardes expõe a problemática. Segundo a âncora, uma pesquisa divulgada pelo IBGE mostra “avanços na área social, mas a qualidade da educação está prejudicando milhões de alunos”. Também na escalada dos âncoras a problemática é apresentada, reforçando o impacto da mensagem com inclusão de referência numérica: “Mais de um milhão de crianças e adolescentes não sabem ler nem escrever”. Tanto as melhorias na área social, quanto os problemas na educação, recebem legitimidade enquanto fatos na reportagem, a partir da validação dos dados divulgados como resultantes de pesquisa do IBGE, ilustrados por personagens “brasileiros” que servem como exemplos a reforçar os números obtidos pelo Instituto.

A pesquisa divulgada pelo IBGE revelou “as condições de vida dos brasileiros”, da maneira como anunciou Fátima Bernardes na cabeça da matéria. Nessa direção, a repórter Mônica Teixeira encaminha a narrativa no entorno de quatro personagens (“brasileiros”), que servirão de exemplo para “mostrar como estão as condições de vida da população”, tal como indica em *Off* inicial. Os dados divulgados pelo IBGE serão ilustrados, ainda como forma de identificação com o público, com a história de Seu Jaime e Dona Marlene, de Ana Lúcia, e da estudante do Nordeste, da maneira como os personagens foram referenciados pela repórter em *Off*. O modo como foram apresentados visualmente ao público também é interessante como

estrutura significativa. A pose de foto, que fixa os personagens ao chão, com olhar também fixo para a câmera que se movimenta, são elementos constantes na apresentação visual de três desses personagens, também das pessoas que cercam os protagonistas. Só não é o caso da “estudante do Nordeste”, pois essa está de costas e com um livro em mãos.

A história de Seu Jaime e Dona Marlene é a que serve para exemplificar o fato de ter crescido o número de famílias sustentadas por aposentados, segundo dados do IBGE. No cenário da sonora, a sala da casa, estão Seu Jaime e sua esposa, Dona Marlene. O aposentado Jaime Rodrigues vai contabilizando as contas mensais: “Comida, luz, água...”, e é interpelado por sua esposa, que lembra do gasto com remédios. A repórter pergunta o que sobra no fim do mês. Depois de levar a mão ao rosto - expressão de preocupação - Jaime responde o óbvio. No *Off* seguinte, a repórter vai apresentando números que servem como comprobatórios do fato de que muitos idosos sustentam as contas de suas famílias. O *Off* é coberto por arte com a porcentagem de idosos que são responsáveis pela renda familiar, também por imagens de idosos em lugares públicos (jogando cartas, caminhando, lendo livro). No mesmo *Off*, a repórter apresenta números que revelam um aumento na expectativa de vida. Em seguida, a narradora da matéria acrescenta que a pobreza diminuiu, e sustenta a informação com porcentagens apresentadas em arte e ilustrada por imagens de pessoas em locais onde há pouca infra-estrutura.

Agora, a personagem que sobressai na narrativa é Ana Lúcia Oliveira, que “nem salário tem”, segundo indica a repórter ou que, da forma como fora creditada, está “desempregada”. A personagem, em sonora, vai reclamar de estar desempregada e não conseguir vagas em creches para seus filhos: um que carrega no colo e outro, ao seu lado no cenário da sonora. No *Off* seguinte, a repórter apresenta mais números, em arte, servidores de comprovação ao fato de que poucas crianças estão em creches.

Na seqüência, em passagem, a repórter apresenta a problemática nuclear da narrativa: a qualidade da educação. Segundo ela, “São muitas as crianças que não sabem ler e escrever. E o que surpreende, a grande maioria delas está na escola”. No *Off* seguinte, a repórter vai apresentar números comprobatórios e arte com porcentagem de reforço dos dados sobre o número de crianças analfabetas e que estão nas escolas. Maria do Pilar Lacerda, representante do MEC na matéria, em cenário composto pela parte externa do Ministério da Educação, vai “acalmar os ânimos” em sua sonora, prevendo um *happy end*: “Vamos abaixar esse número com certeza por todo o processo que o país está fazendo”. O *Off* seguinte, na voz da repórter, apresenta mais números, dessa vez, reveladores do aumento da presença de pretos e pardos nas universidades, que triplicou (ao passo que o de brancos dobrou).

A volta ao conflito nuclear da narrativa é acionada pela última personagem, a “estudante do nordeste”, como fora referenciada no *Off*. Segundo a jornalista, sobre a estudante, “O que mais quer é aprender a decifrar o mistério das letras”. A estudante, na sonora final, com direito à inserção de imagens, vai dizer da vontade de aprender a ler para “ler um livro como este”. Ela está com um livro nas mãos, e de costas para a câmera, folheia o material, tenta escrever em um caderno. A câmera se aproxima em *zoom*, quando da fala final da estudante. Fica a mensagem de esperança, misto de *happy end* e lição de moral, em meio a uma situação problemática, porém “acalmada” pela fala oficial, quando da sonora anterior da secretária de Educação Básica do MEC.

A categoria de análise “interdiscursividade” permitiu identificar as temáticas principais da reportagem, bem como a ótica particular pela qual foram representadas. Os dois temas centrais, como já dissemos anteriormente, são os avanços na área social e a má qualidade da educação, o que fora “revelado” por pesquisa divulgada pelo IBGE. Os personagens estão alocados na narrativa de forma a exemplificar os dados do Instituto e gerar identificação com o público. A linha narrativa dá credibilidade aos dados, sendo a postura do

repórter aquela de agenciador das vozes, de forma a corroborar os números. Os primeiros personagens, referenciados como “brasileiros”, são apresentados como vítimas, ora do fato de sobre os aposentados recaírem as contas do mês familiar, ora da falta de vagas em creches e do desemprego. A sonora de Maria do Pilar Lacerda, representante do governo na reportagem, inaugura o *happy end* e, de certa forma, faz irromper uma perspectiva otimista na matéria, em relação às problemáticas apresentadas. O que é corroborado pelo exemplo da personagem final, mais uma brasileira: a “estudante do nordeste”, essa “resignada” (no sentido de que “apesar de tudo, a esperança é a última que morre”) e heroína pela luta. Apesar de ter um “caminho longo” pela frente, a repórter nos informa em *Off* que “o que ela mais quer é decifrar o mistério das letras”. Desejo expressado pela estudante em sua sonora: “Eu quero ler para ‘mim’ ler um livro como este”.

Por meio da categoria “intertextualidade” verificamos as vozes apresentadas em discurso direto e aquelas apresentadas em discurso indireto (Apêndice D). Em discurso direto estão as vozes do “aposentado” Jaime Rodrigues, de Dona Marlene, da “desempregada” Ana Lúcia Oliveira, da “secretária de Educação Básica do MEC” Maria do Pilar Lacerda e da estudante do Nordeste. Em discurso indireto, o IBGE é representado duas vezes na narrativa e a estudante do Nordeste uma vez.

A voz inaugural da narrativa, em discurso direto, é do aposentado Jaime Rodrigues, alocada na reportagem de forma a exemplificar o fato de muitos aposentados sustentarem suas famílias com o “dinheiro de uma vida inteira de trabalho”. A sonora do aposentado é na sala de uma casa, onde está com sua mulher, Dona Marlene, dois netos e uma filha. Ele vai elencando os gastos do mês com a ajuda da mulher, que o lembra dos gastos com remédios, e conclui, após interferência da repórter, que não sobra nada no fim do mês. Depois da sonora com Jaime, a repórter disponibiliza a porcentagem de idosos que ainda sustentam suas famílias, possivelmente divulgada essa porcentagem pelo IBGE, embora a

repórter não tenha retomado a fonte, evidenciada na cabeça da reportagem, em discurso indireto: “O IBGE divulgou nesta quarta uma análise das condições de vida dos brasileiros em 2007”. A repórter ainda vai apresentar como fato o aumento da expectativa de vida e a redução da pobreza no Brasil, pra depois inaugurar a problemática da qual a terceira voz em discurso direto é exemplo: o fato de que muitas crianças estão fora da creche, por não ter vagas, o que dificulta Ana Lúcia de arrumar emprego. Na voz de Ana Lúcia Oliveira, “desempregada”: “... a gente fica sem trabalhar, as crianças precisam das coisas e a gente não tem como arrumar as coisas para eles sem trabalhar, né?”. Ana Lúcia está com a filha no colo, na área externa de uma casa, quando profere sua fala.

Depois da voz de Ana Lúcia, a repórter nos diz em *Off* que a qualidade da educação no Brasil é um problema. Nesse sentido, e na direção do que apresentamos acima, a voz de Jaime e Ana Lúcia em discurso direto, são servidoras de exemplo de um quadro negativo do país: em relação aos aposentados, que custeiam as famílias, e no que se refere à educação básica, com poucas vagas em creches. O chamamento das imagens que cercam a sonora dos dois personagens é bastante evidente. Seu Jaime, sua esposa, a filha e os netos na sala de uma casa, de contornos e artefatos simples, olham para a câmera, antes da sonora de Seu Jaime, com um misto de conformismo, tristeza e apelo. Ana Lúcia, ao carregar a filha pequena no colo em momento da sonora, ao olhar fixamente para a câmera (imagem que cobre o *Off* anterior), também evoca um apelo, um pedido para que alguém resolva a condição dela, que também é de muitos outros brasileiros. O que será, de certa forma, acalentado pela voz, em discurso direto, da secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda.

A sonora de Maria do Pilar, em cenário que indica ser a parte externa do Ministério da Educação, o que confere credibilidade às suas palavras pela instituição que representa, é a voz de autoridade, como especialista e representante do governo na narrativa: “Vamos abaixar esse número com certeza por todo o processo que o país está fazendo, mas se

tiver dez, essas dez têm que ser o foco do nosso trabalho”. No *Off* seguinte à apresentação da voz do especialista, a repórter ainda disponibiliza mais dados, sobre o aumento do número de brancos, pretos e pardos nas universidades. Ela toma o cuidado de citar a fonte da classificação: O IBGE, de maneira a se eximir de possíveis controversas em torno das nomeações “brancos”, “pretos” e “pardos”. A repórter então inaugura a última voz apresentada em discurso direto e indireto na narrativa: a da estudante do nordeste, que “quer decifrar o mistério das letras”, do modo como explica a repórter. A voz da estudante representa a resignação dos brasileiros, que são vítimas de um sistema educacional falho, mas que não desistem de seus objetivos: “Eu quero ler para ‘mim’ ler um livro como este”, o que faz irromper a lição de moral ou *happy end* da história contada pelo repórter.

A categoria “representação de atores sociais” nos forneceu dados sobre a maneira como os personagens foram referenciados na narrativa (Apêndice E). Os personagens que receberam nomeação em créditos são Jaime Rodrigues, “*aposentado*”, Ana Lúcia Oliveira, “*desempregada*” e Maria do Pilar Lacerda, “*sec. Ed. Básica do MEC*”. Esses atores sociais recebem, então, identificação em créditos de acordo com a função/trabalho que executam ou da qual estão ausentes, no caso da “*desempregada*” Ana Lúcia Oliveira e do “*aposentado*” Jaime Rodrigues. Familiar a tantas imagens que povoam a mídia e a (s) realidades (s) dos brasileiros, as referências de Ana Lúcia e Jaime Rodrigues oferecem identificação com público, no que se refere às “condições de vida dos brasileiros” como indica repórter em *Off*. Já Maria do Pilar Lacerda, da forma como fora referenciada, é identificada e legitimada como a voz especialista, aquela que detém autoridade para resolver a questão problemática apresentada.

Ana Lúcia Oliveira, Jaime Rodrigues e ainda Dona Marlene (esposa de Jaime) e a última personagem da matéria são ainda referenciados em *Off* da repórter, duas vezes cada um, com as respectivas nomeações: “*Seu Jaime*”, “*Dona Marlene*”, “*Ana Lúcia*” e

“*estudante do Nordeste*”. Aqui, as nomeações evocam certa informalidade de tratamento e contribuem para a tessitura de um laço mais estreito com o telespectador, considerando os papéis que esses personagens desempenham na narrativa: ilustrativos das condições de vida dos brasileiros.

A coletividade nacional é referenciada três vezes, por meio da expressão “*brasileiros*”: aqueles que tiveram suas condições de vida reveladas pelos dados do IBGE, que possuem histórias ilustrativas dessas condições (em que pese a referência aos personagens Seu Jaime, Dona Marlene, Ana Lúcia e a estudante do Nordeste) e que tiveram um aumento na expectativa de vida. Esses brasileiros ainda são identificados por meio dos termos “*aposentados*” (aqueles que sustentam suas famílias), “*idosos*” (aqueles que sustentam suas famílias e têm expectativa de vida graduada, “*crianças*” (aquelas que não vão à creche, aquelas que são analfabetas, não sabem ler nem escrever, e estão nas escolas) “*famílias*” (que hoje estão menos “pobres”) e “*população*” (a coletividade nacional, que tem suas condições de vida reveladas), tal como nos mostra a categoria coletivização. A categoria agregação, de outra forma, nos revela as estatísticas que comprovam a má qualidade da educação no Brasil, a exemplo do que nos informa a cabeça da reportagem: “... a qualidade da educação esta prejudicando *milhões de alunos*.” Ainda, a categoria nos fornece a estatística sobre o número crescente de brancos, pretos e pardos nas universidades, dados que estão alocados logo em seguida à sonora de Maria do Pilar Lacerda, voz representante do governo na narrativa, o que de certa forma vêm confirmar a perspectiva esperançosa evocada na sonora.

O IBGE, instituto que divulgou a pesquisa, aparece nomeado apenas uma vez na reportagem, em *Off* da repórter, que utiliza o Instituto para justificar as nomeações “brancos, pretos e pardos”. Fora esse momento, temos a referência ao IBGE na cabeça da reportagem, como aquele que divulgou “uma análise das condições de vida dos brasileiros em 2007”. A

não referência ao IBGE no texto da repórter pode evocar certa neutralidade dos números, já que a fonte não é citada, como se atuassem na “verdade” de forma naturalizada.

A categoria “avaliação” nos fez vislumbrar a presença de afirmações avaliativas (juízos de valor) e presunções valorativas (o que é bom ou desejável) na reportagem. Quando o foco da matéria são os aposentados Seu Jaime e Dona Marlene, a repórter nos diz, em *Off*, coberto por imagens da família disposta na sala de casa em “pose de foto”: “O dinheiro de uma vida inteira de trabalho hoje sustenta a nova geração da família: filhos e netos”. O que nos sugere uma presunção valorativa sobre o que seria indesejável: depois de tantos anos de trabalho, os aposentados ainda têm que sustentar filhos e netos. Mais à frente, ao nos apresentar a desempregada Ana Lúcia, a repórter nos diz em *Off*: “Com duas filhas pequenas e nenhuma vaga na creche do bairro, como conseguir emprego?”. O que nos remete a um protesto, uma reclamação, sobre uma situação indesejável: a falta de vagas em creches e o que isso implica à mãe, que precisa ficar em casa para cuidar dos filhos. Adiante, na passagem, encontramos afirmações avaliativas sobre a qualidade da educação no país. Segundo ela: “O acesso ao ensino fundamental já está praticamente resolvido no Brasil, mas o que ainda precisa melhorar é a qualidade da educação.”. A informação é complementada com outra, que “surpreende” – utilizando vocábulo da repórter: “São muitas as crianças que não sabem ler e escrever. E o que surpreende, a grande maioria delas está na escola”.



4.3 “IBGE: FAMÍLIAS BRASILEIRAS MUDAM PROFUNDAMENTE”

A terceira reportagem de nossa análise fora apresentada também no dia 24/09/2008 (quarta-feira), a exemplo da matéria analisada anteriormente, e esteve alocada no primeiro bloco do JN. Tem como temática central as transformações que vêm ocorrendo nas famílias brasileiras, o que fora constatado por pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de modo que enquadrámos a matéria na editoria de Cotidiano. A categoria de análise “estrutura genérica” nos levou à percepção de que a matéria está organizada segundo uma dramaturgia, a partir da presença de conflitos, ações, personagens, cenários, happy end e lição de moral. A taxa de fecundidade baixa dos casais, o que resultaria na consolidação do Brasil como um país em franco envelhecimento, é o conflito norteador da reportagem. Aqui, a problemática não é apresentada logo na cabeça da matéria, mas ao longo do discurso.

A reportagem se inicia apresentando dois personagens, José Carlos e Eusébia que, segundo o *Off* do repórter Giacomo Mancini, tiveram 22 filhos com o objetivo de “tocar o trabalho na roça”. O cenário é composto pelo casal, os dois sentados, e os filhos atrás, em uma pose familiar típica de fotos antigas. A sonora de José Carlos Cruz, agricultor, do modo como fora referenciado em créditos, justifica a “opção” por tantos filhos, dizendo que com a ajuda deles na roça, “o camarada fica tranquilo”. Em seguida, o repórter vai dizer que “ela”, Eusébia, garante que a prole seria menor se fosse hoje em dia. A imagem é de Eusébia segurando um papel, onde estão anotados os nomes e datas de nascimento de cada filho. A sonora de Eusébia reafirma a fala do repórter sobre o número de filhos: “No máximo, dois ou três, só”.

No *Off* que se segue, o repórter faz a transição entre o exemplo dos personagens iniciais e uma situação comum desde a grande migração da década de 70, que, segundo o repórter, mudou o comportamento dos casais. Segundo ele, embasado por pesquisa divulgada pelo IBGE, o número de filhos por casal vêm diminuindo. Na seqüência do *Off*, o repórter

apresenta os dados do IBGE, reforçados em significância e veracidade por arte com a relação família/número de filhos. O resultado da queda no número de filhos por casal seria o envelhecimento do país, confirmada a informação pela sonora de Joilson Rodrigues (IBGE – BA), que sentencia: “O nosso país vai sair da condição de um país jovem para a de um país em franco envelhecimento”. Na seqüência, a repórter em passagem vai dizer que as famílias preferem ter poucos filhos em razão do mercado de trabalho, “cada vez mais competitivo e que exige cada vez mais dedicação”. O exemplo do casal Daniel e Andréia vem corroborar a informação. Os dois têm apenas uma filha, segundo Daniel, para que eles possam dar mais atenção a ela. No findar da matéria, misto de lição de moral (a justificada necessidade de ter poucos filhos, em razão das exigências do mercado de trabalho) e *happy end* (no sentido de que se você tiver poucos filhos, poderá dar mais atenção à prole).

No que se refere à categoria “interdiscursividade”, pudemos verificar algumas perspectivas de mundo na matéria contidas. A temática central é a mudança que vem ocorrendo nas famílias brasileiras, depreendida essa informação a partir de pesquisa divulgada pelo IBGE. O número de filhos por casal vem diminuindo, o que é exemplificado com dois modelos de famílias: uma com 22 filhos, outra, com 1 filha. A primeira família, de José Carlos e Eusébia, seguiria um modelo antigo de organização familiar (não mais desejável). Vê-se pelas imagens que são pessoas que não vivem com muito dinheiro, dependem do trabalho na roça pra sobreviver, a simplicidade no vestir e falar e o sorriso no rosto evocam o imaginário sobre a brasilidade, no que tem de alegria, resignação e criatividade (ter muitos filhos para otimizar o trabalho na roça). É o modelo de família grande, que imperava antes da “migração” ocorrida na década de 70, como explicou o repórter. O fato de os casais estarem optando por poucos filhos ou nenhum é avaliado como negativo no discurso do especialista, já que o país seguirá em franco envelhecimento. O repórter, ao alocar o casal Daniel e Andréia, que tiveram uma filha, como personagens finais da narrativa, delinea a percepção de

que, ao optarmos por um só filho, podemos nos adequar às exigências do mercado de trabalho e vislumbrar para o filho um futuro melhor. Interessante perceber aqui que, tanto no primeiro exemplo (a família de 22 filhos de Eusébia e José Carlos) quanto no segundo exemplo (Daniel, Andréia e a filha única) o número de filhos foi regulado por fatores externos: primeiro, a necessidade de mão-de-obra na roça, segundo, a adequação ao ritmo de vida urbano, conduzido pelo mercado de trabalho.

A categoria “intertextualidade” nos possibilitou identificar as vozes apresentadas em discurso direto e indireto (Apêndice D). As vozes apresentadas em discurso direto são do agricultor José Carlos Cruz, de Eusébia (esposa de José Carlos), de Joilson Rodrigues, representante do IBGE-BA e Daniel Mattos, fonoaudiólogo. Em discurso indireto, o IBGE aparece quatro vezes na reportagem, além de Eusébia e o casal Daniel e Andréia.

O primeiro personagem que tem a voz apresentada de forma direta na narrativa é o agricultor José Carlos Cruz, que vai justificar o número de filhos que teve com Eusébia, sua esposa: “A pessoa com muitos filhos, vai fazer um serviço, um vai fazer, outro vai fazer, e o camarada fica tranqüilo”. O cenário da sonora é a varanda da moradia do casal, onde estão José Carlos, Eusébio e os filhos, em pose de foto. Em seguida, nos é apresentada a voz de Eusébia em discurso indireto, no *Off* do repórter, em sua estratégia de recordar o nome dos 22 filhos e na garantia de que “se fosse hoje, o número de filhos seria bem menor”. Em complemento à fala do repórter, Eusébia vai dizer, em discurso direto: “No máximo, dois ou três, só”. No *Off* seguinte, o repórter vai dizer que esse “comportamento” – ter muitos filhos – mudou com a migração, desde a década de 70 e vai apresentar dados, divulgados pelo IBGE, que comprovam a informação sobre a mudança nas famílias brasileiras. Aqui, o IBGE aparece em discurso indireto (“*Como mostra a pesquisa divulgada hoje pelo IBGE*”). No mesmo *Off*, a estimativa do IBGE, também em discurso indireto: “*o IBGE estima que dentro de 30 anos, o Brasil terá um idoso para cada jovem de dez a 14 anos.*” Previsão que é creditada, logo em

seguida, pela voz do especialista, Joilson Rodrigues, representante do IBGE, disposta na narrativa em discurso direto: “O nosso país vai sair da condição de um país jovem para a de um país em franco envelhecimento.” A voz é servidora da constatação um possível problema social. Em seguida, a opção das famílias por ter poucos filhos ou nenhum, na atualidade, é justificada pelo repórter como sendo resultado da preocupação com o mercado de trabalho. Em fins da reportagem, o repórter apresenta Daniel e Andréia, em discurso indireto, no desejo do casal de que a filha Pietra seja a única. A voz de Daniel, “fonoaudiólogo”, em discurso direto, vem confirmar e justificar a opção: “A gente pára nela e foca nela para dar a ela as melhores chances que ela possa ter pro futuro”.

A categoria “representação de atores sociais” nos permitiu identificar o modo como as personagens são referenciadas na narrativa (Apêndice E). Três vozes são nomeadas em créditos, de acordo com a função/trabalho que possuem: o “*agricultor*” José Carlos Cruz, o representante do “*IBGE-BA*” Joilson Rodrigues e o “*fonoaudiólogo*” Daniel Mattos. José Carlos Cruz e sua esposa aparecem ainda nomeados no *Off* do repórter: “*José Carlos e Eusébia*”, quando o repórter vai justificar o fato de o casal ter optado por um número grande de filhos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgador da pesquisa que “revela” uma mudança nas famílias brasileiras, aparece nomeado na narrativa em *Off*, na sigla “*IBGE*”, ainda, é representado três através da impersonalização por autonomização “*pesquisa*”, que, nos três casos, é acompanhada do verbo *mostrar*, o que confere à pesquisa um caráter de revelação sobre a situação das famílias brasileiras, no que se refere ao número de filhos. Nessa direção, os brasileiros são representados através da coletivização “*famílias brasileiras*” (as quais mudaram profundamente quanto à opção de filhos), três vezes na coletivização “*famílias*” (na mesma constatação anterior), e uma vez na coletivização “*brasileiros*” (aqueles que migraram na década de 70, do campo para a cidade). Ainda, esses “brasileiros” são representados na agregação “*milhões de brasileiros*”, em referência àqueles

migrantes. O resultado dessa situação é indicado por Joilson Rodrigues, representante do “IBGE-BA”, tal como já evidenciamos, nomeado por meio dos créditos. Os personagens que concluem a narrativa sobre a mudança nas famílias brasileiras são “Daniel” e “Andréia”, assim nomeados em *Off*, e a filha “Pietra”, também da forma como fora nomeado em *Off*.

No que diz respeito às intenções investigativas da categoria “avaliação”, observamos uma presunção valorativa que emerge da forma como as duas famílias estão alocadas na narrativa, como modelos antagônicos. O exemplo inicial, do casal Eusébia e José Carlos, estaria nos moldes do tipo de família não desejável na atualidade, em razão das exigências do mercado de trabalho. Os personagens finais, Daniel e Andréia, estariam enquadrados em um modelo de casal ideal (o que é bom ou desejável), pela opção por um só filho.



**4.4 “BRASIL TEM MILHÕES DE ANALFABETOS
COM MAIS DE 40 ANOS”**

A quarta reportagem por nós analisada foi apresentada na edição do JN do dia 26/09/08 (sexta-feira), esteve alocada no primeiro bloco do telejornal e tem como temática a existência de muitos brasileiros analfabetos com mais de 40 anos, de maneira que enquadrámos a matéria na editoria “Cotidiano”. A categoria “estrutura genérica” nos possibilitou vislumbrar a organização da narrativa próxima a que estamos chamando aqui nessa dissertação de “dramaturgia do telejornal”. O conflito acionado na reportagem remete à dicotomia vontade de aprender *versus* dificuldades em estudar, o que explicaria o alto índice de analfabetismo entre adultos, uma das “preocupações despertadas” pelos “novos números da educação”, que “o Brasil” conheceu “nesta semana”, segundo expressões do âncora William Bonner, em cabeça da reportagem. A referência é à divulgação da pesquisa do IBGE, que alimentou as duas matérias anteriores que fizeram parte de nossa análise, embora não seja retomada a fonte das informações nessa reportagem. Os personagens se movimentam na narrativa de forma a ilustrar a dicotomia citada inicialmente. Também para proferir uma possível solução do conflito, que seria a alfabetização de todos.

A narrativa inicia-se apresentando uma mulher, com um caderno nas mãos, tentando soletrar o nome, empenhada na tarefa. Sem sucesso na empreitada, quem explica a situação da dona-de-casa Eline de Paiva é a repórter Mônica Teixeira, em *Off*: “Na infância, ela trocou a escola pelo trabalho na roça, mas na cidade descobriu como é difícil viver sem as letras”. Está apresentado o conflito, comum a tantos milhões de brasileiros, analfabetos: a vontade de estudar *versus* a batalha que isso implica. A repórter, em seguida, nos apresenta os números que funcionam como atestado de uma problemática social: o analfabetismo em pessoas com mais de 40 anos. Vai dizer depois, na sua passagem, que são poucos os adultos em cursos de alfabetização, informação reforçada por arte que apresenta a porcentagem de adultos que tem acesso a esse tipo de ensino.

A repórter está na sala de uma casa, de pé, um pouco à frente de uma mulher que tenta escrever em um caderno. Essa mulher, a dona de casa Vera Lúcia Coelho vai dizer em sonora que, apesar da vontade de aprender, a escola mais próxima fica longe dos olhos. Mas desistir não faz parte do horizonte de Vera. Para outros “brasileiros”, a vontade de aprender é ofuscada pela necessidade de trabalhar. Celso, aluno de uma curso de alfabetização, explica em sonora: “Eu tive sempre que trabalhar, não tinha como me manter e tinha que enfrentar o dia-a-dia”. Na sonora subsequente, a professora Sandra Maria Guimarães, vai reforçar as dificuldades que os adultos enfrentam para aprender a ler e escrever. No cenário que compõe o *Off* seguinte está a educadora da UERJ Denise Cordeiro, que está sentada tendo ao fundo uma parede de tijolos com arco de passagem. Ela defende em sua sonora que a escola precisa se adaptar a estes alunos. Quem dá a palavra final em sonora é a Dona Edir, líder comunitária, que quer construir na própria casa um curso de alfabetização para atender a comunidade: “As pessoas precisam ser alfabetizadas, porque através da alfabetização elas ficam libertas”. Antes da sonora de Dona Edir, cobrindo o *Off* da repórter, a imagem de um cartaz chama atenção. Está escrito: “Nós contamos a nossa história e gostaríamos de conhecer a sua história”. A lição de moral, garantida pela fala de Denise Cordeiro e o exemplo de Dona Edir, recebe aprovação de Fátima Bernardes. De volta para o estúdio do JN, Bernardes deixa transparecer expressão de satisfação, como se a ela coubesse o aval final do episódio.

Tendo como referência a categoria “interdiscursividade”, pudemos perceber que o discurso em prol da alfabetização é garantido pela alocação das vozes dos personagens na narrativa. Sem alfabetização, não há como viver nas cidades, como garantiu a repórter ao utilizar o exemplo de Elina, que rumou do meio rural para o urbano e se viu em meio a problemas por não saber ler nem escrever. As representações dos brasileiros como vítimas (do conflito vontade de estudar x dificuldades), como resignados (a personagem Vera que garante estar na escola assim que houver uma por perto, além de Celso, que parou de estudar cinco

vezes mas ainda persiste) e solidários (a exemplo de Dona Edir, que quer abrir um curso de alfabetização na própria casa) são garantidas no *composé* narrativo.

No que se refere à categoria “intertextualidade”, os dados alocados em tabela (Apêndice D) nos mostram que as vozes apresentadas em discurso direto são da dona-de-casa Elina de Paiva, da dona-de-casa Vera Lúcia Coelho, de Celso, da professora Sandra Maria Guimarães, da educadora da Uerj Denise Cordeiro e da líder comunitária Edir Teixeira. Em discurso indireto, está o Brasil, feito sujeito; Elina; os brasileiros; a educadora da Uerj e Dona Edir. A primeira personagem, Elina de Paiva, vai justificar em sonora o fato de ser muito difícil viver sem as letras na cidade. Na voz de Elina, em discurso direto: “Para onde você for, tem que ter alguém contigo, igual cego”. Idéia inaugurada pela repórter em *Off* de apresentação da personagem, quando Elina é apresentada em discurso indireto: “Na infância, ela trocou a escola pelo trabalho na roça, mas na cidade descobriu como é difícil viver sem as letras.” O cenário em que Elina faz ecoar sua voz é a sala de sua casa. Também é nesse cenário que ela tenta soletrar o próprio nome, ação inaugural da reportagem. A voz da personagem é ilustrativa das dificuldades pelas quais passam aqueles que não são alfabetizados. Em seguida, na passagem, a repórter vai inaugurar outro personagem, representado em discurso indireto: o coletivo “brasileiros”, citado na vontade de ser alfabetizado, mas que enfrenta grandes desafios para chegar até a sala de aula. A repórter está na sala da casa de Vera Lúcia Coelho, que vai explicitar, em discurso direto, a vontade de aprender, mesmo com as dificuldades no desempenho da tarefa: “Falta uma escola aqui perto. A hora que tiver escola aqui perto, creio que não vou sair da escola, vou aprender mesmo”. A voz da personagem serve como exemplo daqueles brasileiros citados pela repórter, que nutrem o desejo de serem alfabetizados.

Também a voz do próximo personagem, apresentada em discurso direto, é ilustrativa dessa situação e justificadora de fato de muitos brasileiros, com mais de 40 anos,

não poderem frequentar a escola. Celso vai dizer, em sonora: “Eu tive sempre que trabalhar, não tinha como me manter e tinha que enfrentar o dia-a-dia”. A voz da professora de Celso, Sandra Maria Guimarães, apresentada em discurso direto, vai complementar e legitimar a fala do aluno: “As dificuldades geralmente são as mesmas: trabalhar o dia todo, falta de tempo, cansaço e vontade de aprender”. Em seguida, a repórter apresenta, em discurso indireto, a educadora da Uerj Denise Cordeiro, a voz especialista na reportagem, que irá sugerir a solução para a problemática revelada pelos “novos números da educação”, tal como está na cabeça da reportagem que os tornou conhecidos ao “Brasil”, feito sujeito em discurso indireto também na cabeça da matéria. A especialista vai dizer que “a linguagem da escola precisa se modificar para atender a esse público” e vai exemplificar as funcionalidades do aprendizado: “Eu preciso ler para poder escrever um bilhete, eu preciso ler que eu quero ter acesso à bíblia”. O cenário da sonora, a forma como a personagem coloca sua voz e expande em gestos, também o modo como a câmera enquadra a personagem (de baixo para cima), confere credibilidade ao posto de “especialista”, aquele que está além do saber comum, em cenário estranho ao cidadão comum, também soberano em suas colocações.

A personagem que finaliza a matéria é apresentada em discurso indireto pela repórter, e, depois, em discurso direto, quando da sua sonora, tendo como cenário a sala de uma casa simples, cheia de livros em estantes, o que possibilita identificação pela familiaridade do cenário e projeta os brasileiros a uma realidade em que todos estarão alfabetizados. Isso em muito pelas “próprias mãos”, como nos indica a sonora da líder comunitária Edir Teixeira, que quer abrir um curso de alfabetização na própria casa porque acredita na alfabetização como meio de libertação para as pessoas; isto funciona como lição de moral da matéria.

A categoria “representação de atores sociais”, com base nos dados dispostos em tabela (Apêndice E), nos fez observar que cinco personagens são nomeados em créditos na

matéria, de acordo com a função/trabalho que executam: a “*dona de casa*” Elina de Paiva, a “*dona de casa*” Vera Lúcia Coelho, a “*professora*” Sandra Maria Guimarães, a “*educadora da Uerj*” Denise Cordeiro e a “*líder comunitária*” Edir Teixeira. Cada um desses personagens aparece também é nomeado em *Off* pela repórter: “*Elina*” (que tem dificuldades para soletrar o nome); “*Vera*” (que está distante do sonho de ser alfabetizada); “*Professora*” (em referência à Sandra Maria Guimarães, que tem o desafio de manter os alunos na sala de aula); “*Educadora*” (em referência à Denise Cordeiro, que acredita na necessidade de a escola se adaptar aos alunos e suas necessidades) e “*Dona Edir*” (que quer construir em sua casa um curso de alfabetização). Outro personagem aparece ainda nomeado em *Off*: “*Celso*”, que interrompeu o estudo cinco vezes.

A utilização da nomeação segundo o primeiro nome, em alguns personagens, e ainda, a utilização do tratamento “*Dona*”, no caso da última personagem, indica a criação da busca por um vínculo familiar com o telespectador. Mais distante do familiar, a nomeação “*educadora Uerj*” confere certo *status*, legitimidade e soberania à fala de Denise Cordeiro. Os personagens são ainda nomeados através de agregações e coletivizações. No caso dessa segunda categoria, temos o sujeito “*Brasil*” (que conheceu os novos números da educação), “*Brasileiros*” e “*Analfabetos*” (que são minoria nos cursos de alfabetização). Esses sujeitos coletivos, estão ainda agregados nas estatísticas “14 milhões de analfabetos” e “11 milhões de pessoas”, aquelas que, dentro os analfabetos, tem mais de quarenta anos. Estatística que legitima a problemática desenvolvida na narrativa.

No que se refere aos interesses investigativos da categoria “*avaliação*”, encontramos uma presunção valorativa no seguinte *Off* da repórter: “Para esta turma de Copacabana, a sala de aula estava próxima. Mesmo assim, Celso interrompeu os estudos cinco vezes”. A ênfase da voz da repórter na expressão “cinco vezes”, antecedida pela expressão “mesmo assim”, nos faz entender o posicionamento da repórter sobre a questão,

avaliando a postura de Celso como não desejável. Também, quando a repórter nos apresenta a personagem Dona Edir, encontramos a presunção de que é desejável nos unirmos em prol do bem coletivo, em ações de voluntariado: “Dona Edir quer construir, na própria casa, o curso de alfabetização que não existe na comunidade. E ela mesma faz questão de ensinar”. Uma avaliação positiva da emissora sobre a postura de Dona Edir é explicitada pela expressão final de Fátima Bernardes, quando ao fim da matéria se volta ao estúdio.



4.5 “BRASILEIROS NÃO ESTÃO CONSEGUINDO PAGAR AS DÍVIDAS”

A quinta matéria de nossa análise fora apresentada no dia 27/09/2008 (sábado), esteve alocada no primeiro bloco do JN e pertenceria à editoria de Economia. A temática principal é o alto número de inadimplentes no Brasil, o que fora constatado através de dados do Banco Central. A categoria de análise “estrutura genérica” nos fez identificar que a matéria está organizada no modo de uma dramaturgia do telejornalismo, tal como já caracterizamos. Os números divulgados pelo Banco Central mostram o alto índice de inadimplência entre os brasileiros, o que se instaura como norteador do conflito em torno do qual os personagens irão se movimentar na narrativa. Apesar do conflito, já na cabeça do âncora William Waack⁵⁶, a situação é amenizada: “Ainda assim, sobra crédito para o consumidor”.

A narrativa inicia-se com o exemplo da manicure Vanda Maria de Souza, que está endividada. Como nos diz o repórter Renato Biazzini em *Off*, ela não nega que esta endividada, “mas...”. A frase se completa com a sonora de Vanda, que tem como cenário o salão de beleza onde trabalha. Ela afirma não saber quando irá pagar a dívida, mas que pretende parcelar o montante. O repórter, em *Off* subsequente, avalia que dessa forma, “parcelando”, é que “as contas da manicure entraram no vermelho”. Em seguida, na continuidade da sonora de Vanda, o repórter dispara: “O que você comprou no impulso?”. A entrevistada vai listando os itens, que vão desde sapatos, até material de construção. O conflito da “história” é bem explícito no *Off* subsequente: “As contas fora de controle aumentaram no país”. Isso segundo dados do Banco Central, apresentados com porcentagens em arte e na fala do repórter, coberta com imagens de pessoas circulando em *shoppings centers*, fazendo compras. O conflito porém é amenizado em *Off* do repórter, logo em seguida: “Mas a elevação na taxa de endividamento parece não preocupar as instituições financeiras que continuam dispostas a financiar o consumo”. O que é reafirmado na sonora com William Weid, professor de economia da FGV.

⁵⁶ Por se tratar de sábado o JN tem outros apresentadores, que não Fátima Bernardes e William Bonner.

Ele está em um escritório, cercado por livros em estante, *notebook* em mãos. O professor avisa que as conseqüências maiores da inadimplência atingem os consumidores, que “vão passando mais necessidade”, como avalia em sonora.

No *off* seguinte, o repórter vai tratar do horizonte nada bom para os “devedores”, já que os juros estão altíssimos. Uma arte ilustrativa das porcentagens é apresentada, enquanto nos são mostradas imagens de pessoas utilizando cartões de crédito. A reportagem é finalizada com a personagem Lana Rodrigues de Souza, cabeleireira, tornada exemplo de boa conduta. Mesmo endividada, e na “via crucis de quem está com o nome sujo na praça”, da maneira como nos diz o *Off* do repórter, Lana esta negociando uma dívida. E profere em sonora, como lição de moral: “Eu acho que a melhor coisa que a gente tem na face da terra é o nome da gente, né?”

A categoria “interdiscursividade” nos fez vislumbrar as perspectivas de mundo que norteiam a temática principal da reportagem - o endividamento -, que pode ser resumida a partir de conselho do tipo “continuem a comprar, mas cuidado pra não sujarem o nome na praça”. Lembramo-nos do discurso do presidente Lula, quando pede em rede nacional para que continuemos a consumir, de forma a aquecer a economia do país, em meio à atual crise dos EUA. O discurso do especialista ameniza uma possível intriga em relação às instituições financeiras, mas deixa claras as conseqüências negativas para o consumidor, no que diz respeito aos números da inadimplência. A fala final, da cabeleireira Lana, nos indica a perspectiva de mundo que se delineia desde a articulação da primeira voz: a de que devemos ter responsabilidade nas compras para não nos endividarmos. Os brasileiros são representados como inadimplentes, a exemplo da primeira personagem, e, a exemplo da última personagem, como conscientes da necessidade de se pagar as dívidas, para que o nome fique limpo.

Do modo como observamos na tabela referente à categoria “intertextualidade” (Apêndice D), as vozes em discurso direto são: da manicure Vanda Maria de Souza; do

professor de economia da FGV William Weid e da cabeleireira Lana Rodrigues de Souza. Em discurso indireto estão Vanda, o Banco Central, as instituições financeiras e o professor (em referência a William Weid). A primeira personagem a ter voz na narrativa é a manicure Vanda Maria de Souza, apresentada em discurso indireto como aquela que não nega estar em dívidas, mas prefere adiar o pagamento. A sonora de Vanda, agora apresentada sua voz em discurso direto, confirma a constatação de sua inadimplência, inaugurada pelo repórter: “Hoje não, mas eu pretendo pagar. Assim que eu puder, vou pagar. Vou parcelar e vou pagar.” O cenário do qual sua voz ecoa é o salão de beleza onde trabalha. Em seguida, o repórter vai avaliar que parcelando as contas é que a manicure entrou no vermelho. Mais uma vez é dado o espaço da voz à manicure, também em discurso direto, para justificar os gastos parcelados, que a levaram a inadimplência. O repórter pergunta o que Vanda “comprou no impulso”, e ela vai dizer: “Ah, eu comprei roupa e sapato... um computador, eu comprei, deixa eu ver o que mais, materiais de construção para construir a minha casa”. A voz de Vanda é ilustrativa do alto número de inadimplentes no país, alocando-se na narrativa de forma a comprovar a existência desse comportamento avaliado como negativo e “revelado” pelo Banco Central, apresentado em discurso indireto em *Off* posterior do repórter.

Na passagem do repórter, em seguida, as instituições financeiras recebem voz ainda que em discurso indireto, ao avaliar que a inadimplência parece não preocupá-las, já que elas permanecem dispostas a financiar o consumo, tal como indica o repórter. O que é confirmado pelo professor William Weid, professor de economia da FGV, em discurso direto: “A gente não vislumbra a perspectiva de um banco quebrar, de uma financeira quebrar, de uma loja quebrar. Não é isso. O problema é que as pessoas vão passando mais necessidade, porque elas quebram”. A voz do professor, apresentada em discurso direto, funciona como a voz do especialista na narrativa, aquele a quem deve ser ouvido, pois detém um saber legítimo sobre a questão. A última personagem apresentada na reportagem é a cabeleireira Lana

Rodrigues de Souza, que teve sua voz presente em discurso direto na narrativa: “Eu acho que a melhor coisa que a gente tem na face da terra é o nome da gente, né? Porque se você não tiver o seu nome limpo, você não faz nada, onde você vai você não consegue fazer nada”. A voz de Lana funciona como lição de moral, sobre o que acontece quando não se paga as dívidas, ainda, sobre o modo como se deve lidar com o “nome da gente”, que é “a melhor coisa que a gente tem na face da terra”.

A tabela referentes à categoria “representação de atores sociais” (Apêndice E), nos revela, entre outros dados, os personagens nomeados em créditos, de acordo com a função/trabalho que executam, a saber: Vanda Maria de Souza, “*manicure*”, William Weid, “*professor de economia – FGV*”, e Lana Rodrigues de Souza “*cabeleireira*”. Cada um desses personagens é também nomeado em *off* do repórter: “*Vanda*” (que não nega estar em dívida), “*Manicure*” (em referência à Vanda, que está com as contas no vermelho), “*Professor*” (em referência à William Weid, ao dizer sobre o aumento da inadimplência e os riscos para a economia do país) e “*Lana*” (que entrou no cheque especial). As nomeações de acordo com o primeiro nome do personagem, ainda, de acordo com a função/trabalho que executam esses atores, servem para promover ora uma aproximação/familiaridade, ora distanciamento (no caso do “*professor de economia – FGV*”), entre o telespectador e os personagens. Também é nomeada em *Off* a instituição que divulgou os números da inadimplência: o “*Banco Central*”. Dados que, segundo diz o repórter, parecem não preocupar o coletivo “*instituições financeiras*”, mesmo que o número de brasileiros que não conseguem pagar as dívidas tenha aumentado, e bata recorde, como nos indica a agregação presente na cabeça da reportagem. Os brasileiros inadimplentes são referenciados através das seguintes coletivizações: “*brasileiros*” (que não conseguem pagar as dívidas), “*consumidor*” (que tem o crédito garantido) e duas vezes na coletivização “*devedores*” (para os quais o horizonte não é nada bom e que nomeiam uma lista de inadimplentes: a lista de “devedores”).

A categoria “avaliação” nos permitiu identificar algumas presunções valorativas e afirmação avaliativa na reportagem. Em *Off* do repórter está delineada a presunção valorativa sobre o que não é desejável que se faça: “Parcelando. Foi assim que as contas da manicure entraram no vermelho”. Essa presunção é reforçada pelo seguinte *Off* do repórter, onde encontramos uma afirmação avaliativa sobre a situação dos devedores: “O horizonte para os devedores não é nada bom”. Na sonora final, está a lição de moral da história contada pelo repórter, servindo como confirmação da linha narrativa, em sua avaliação positiva sobre a postura desejável dos “brasileiros”: “Eu acho que a melhor coisa que a gente tem na face da terra é o nome da gente, né? Porque se você não tiver o seu nome limpo, você não faz nada, onde você vai você não consegue fazer nada”.



4.6 “FALTA QUALIFICAÇÃO AO TRABALHADOR BRASILEIRO”

A sexta reportagem que fez parte de nossa análise foi apresentada na edição do JN do dia 27/09/08 (sábado), esteve alocada no primeiro bloco do telejornal e desenvolveu como tema a falta de qualificação do trabalhador brasileiro, sendo enquadrada por nós na editoria de Cultura/Comportamento. A categoria “estrutura genérica” nos fez vislumbrar uma organização narrativa semelhante ao que caracterizamos como dramaturgia do telejornalismo – a presença de personagens que desenrolam ações em torno de um núcleo conflituoso, que proclamam lições de moral e são beneficiários do *happy end*. O conflito norteador da reportagem se baseia na disponibilidade de empregos *versus* a falta de qualificação do trabalhador. Já na cabeça da reportagem, o âncora profere a problemática. O conflito implícito, de certa forma latente, possivelmente despertado nos espectadores (embora não explícito na reportagem), gira em torno da qualidade da educação brasileira, ou, ainda, da inoperância do Estado diante da situação, o que é amenizado pela fala do especialista Juan Sanchez (coordenador de política de emprego em São Paulo). De certa forma, ele atribui a solução aos cursos de capacitação profissional, os grandes salvadores dessa porcentagem de “brasileiros” desqualificados que precisam estudar para entrar no mercado de trabalho. Interessante que, mesmo sendo uma situação específica de São Paulo, em primeira instância, é generalizada ao coletivo “brasileiros”, como marca o título da reportagem em site do JN.

A narrativa inicia-se com uma constatação do repórter César Menezes, uma avaliação, proferida em *Off*: “Não há vagas, para quem não tem estudo”. A afirmação do repórter é complementada com imagens de pessoas na fila de emprego, em um posto de atendimento de São Paulo. A personagem inicial, ilustrativa da constatação é a faxineira Valdenice Coelho, que “sonha” com um emprego fixo, mas é analfabeta, tal como diz em sonora. Em seguida, a passagem do repórter tem como cenário o mesmo posto de atendimento, e nos apresenta a dissonância entre a oferta de emprego e o número de trabalhadores empregados, isso em razão da falta de qualificação de muitos. Em *Off*

subseqüente, o repórter apresenta a porcentagem de vagas não preenchidas em razão da baixa qualificação dos que estão à procura de emprego, diagnóstico oferecido pelos postos de atendimento de São Paulo. A informação é reforçada por arte em que está a porcentagem sobre o número de vagas ofertadas.

A mudança que dessa problemática surge, tal como nos diz o repórter na continuidade do *Off* é em nível dos cursos de capacitação profissional, que estão investindo em aulas de matemática, português e conhecimentos gerais. As imagens são da sala de aula de um curso profissionalizante em São Paulo. Juan Sanchez, coordenador de política de emprego em São Paulo, na sonora seguinte vai reafirmar essa mudanças nos cursos de capacitação como positiva para o posterior ingresso dos alunos no mercado de trabalho. No *Off* seguinte, o repórter apresenta a turma de alunos da qual irá extrair os personagens finais de sua “história”. O primeiro, o garimpeiro Marcos Lopes, fala dos benefícios adquiridos desde que voltou a estudar. A auxiliar de produção Simone Cassemira, também da mesma turma de alunos de Marcos, enuncia a palavra final, em tom de lição moral: “O conhecimento que a gente está tendo aqui é fundamental para a gente sair lá fora e lutar pelo o nosso ideal”.

No que se refere às descobertas possíveis através da categoria “interdiscursividade”, entendemos que o diagnóstico divulgado por postos de atendimento de São Paulo serve como norteador para que o repórter encaminhe a narrativa, de modo a propor como solução do conflito o ingresso nesses cursos de capacitação, para que o trabalhador esteja apto a entrar no mercado de trabalho. Os personagens seguem a seguinte lógica: inicialmente, um exemplo tido como “negativo”, da faxineira Valdenice, sendo os dois últimos, o garimpeiro Marcos Lopes e a auxiliar de produção Simone Cassemira, exemplos de pessoas que buscam superar a falta de qualificação em cursos profissionalizantes. A fala do especialista, representante do governo de São Paulo, alocada no meio da reportagem, serve para legitimar a importância do ingresso nesses cursos. Mas uma questão latente incomoda e,

nessa matéria, não fora abordada: está aqui implícito a falta de políticas públicas que abarquem essa parcela de “desqualificados”, mesmo antes da explicitação da necessidade de entrar para o mercado de trabalho. Uma concepção mercadológica e funcionalista de educação se delinea como orientadora dessa representação.

A especificidade da situação de São Paulo é generalizada no título da reportagem e também através dos personagens apresentados, tão facilmente identificáveis com a situação de milhares de outros “brasileiros”. O diagnóstico divulgado pelos postos de atendimento é a grande fonte do repórter, sendo os personagens escolhidos de forma a ilustrar a interpretação do repórter em relação aos números apresentados. O “brasileiro”, como indica o título da reportagem, representado como vítima, que “sonha com um emprego fixo”, é visualizado com o exemplo a primeira personagem. Por outro lado, a representação do “brasileiro” como resignado e batalhador é apreendida no papel desempenhado pelos dois personagens finais da narrativa, que entendem a importância de estarem em cursos de capacitação profissional para, segundo um deles, se expressarem melhor, e, segundo a última personagem, para lutar pelos ideais quando “sair lá fora”.

A tabela referente à categoria “intertextualidade” (Apêndice D), nos permitiu identificar as vozes apresentadas em discurso direto e aquelas apresentadas em discurso indireto. Em discurso direto estão as vozes da faxineira Valdenice Coelho, do representante da coordenação de política de emprego de SP, Juan Sanchez, do garimpeiro Marcos Lopes e da auxiliar de produção Simone Cassemira. Em discurso indireto estão Valdenice, a fila do emprego (feita sujeito na frase em que profere uma lição) e a turma (em referência a uma turma de alunos que voltou a estudar). A primeira personagem que tem voz na narrativa, em discurso indireto, é a “fila do emprego”. Tornada sujeito, profere uma lição, da qual o repórter é o difusor: “não há vagas para quem não tem estudo”. Quem sente isso na pele é a faxineira Valdenice Coelho, apresentada em discurso indireto em seu sonho de conseguir um emprego

fixo de doméstica. Depois, é ela mesma quem vai explicar, em discurso direto, o porquê de não conseguir alcançar seu sonho, já que é analfabeta: “Tem umas que num quer, porque tem que anotar as coisas, né? Telefone, essas coisas, né? E é difícil”. Valdenice está em um posto de atendimento em São Paulo, o mesmo cenário familiar a tantos brasileiros desempregados que servirá de locação à passagem do repórter.

Tanto na passagem, quanto no *Off* subsequente, o repórter vai dizer que foram ofertadas muitas vagas de emprego em São Paulo no ano passado, mas que muitas não foram preenchidas em razão da falta de qualificação dos candidatos. O repórter vai dizer também que os cursos de capacitação profissional estão se adequando a essa realidade, oferecendo matérias básicas em seus programas. A voz do representante da coordenação de política de emprego de São Paulo, Juan Sanchez, na função de especialista da matéria, vai confirmar a importância desses cursos, em discurso direto: “O desenvolvimento desse conteúdo é fundamental para que eles possam, depois, aprender as ocupações necessárias para o mercado de trabalho”. No *Off* seguinte, o repórter vai apresentar uma turma de alunos que, representada através do discurso indireto, entende a importância de voltar a frequentar a sala de aula. Os dois personagens finais, integrantes dessa turma antes referenciada pelo repórter, têm suas vozes alocadas em discurso direto na narrativa, de forma a confirmar as benesses de frequentar os cursos de capacitação profissional. Marcos Lopes, garimpeiro, vai dizer: “Eu estou me sentindo melhor até para me expressar, estou aprendendo a interagir, conversar”. Simone Cassemira, auxiliar de produção, entoa a lição de moral: “O conhecimento que a gente está tendo aqui é fundamental para a gente sair lá fora e lutar pelo o nosso ideal”.

A tabela referente à categoria “representação de atores sociais” (Apêndice E) nos mostra os personagens nomeados em créditos na reportagem, de acordo com a função/trabalho: a “*faxineira*” Valdenice Coelho, o “*coord. de política de emprego – SP*” Juan Sanchez, o “*garimpeiro*” Marcos Lopes e a “*auxiliar de produção*” Simone Cassemira.

Também aparece referenciada em *Off* Valdenice Coelho, nomeada “*faxineira Valdenice*” (que está num posto de atendimento ao trabalhador em busca de emprego). A utilização dessas nomeações informais, sendo exceção o caso do “*coordenador de política de emprego – SP*” Juan Sanchez, serve para criar um vínculo de familiaridade com o telespectador. No caso do especialista, a nomeação serve como garantia da legitimidade de sua voz, detentora de conhecimento especializado. Também porque as outras vozes estão alocadas na narrativa de forma a ilustrar a situação de inadimplência por quais passa grande número de brasileiros.

Essa problemática é revelada através da divulgação de um diagnóstico pelos postos e atendimento de SP. Na impersonalização por nomeação, temos a informação que esse “*diagnóstico*” provocou mudanças nos cursos de capacitação do estado, o que confere certa neutralidade ao enunciado, na medida em que não é feita uma referência próxima ao termo “*diagnóstico*” em relação à instituição que o produziu. Esse diagnóstico “revelou” a situação de algumas coletividades, possíveis de serem identificadas no texto a partir da categoria coletivização: “*Muita gente*” (para as quais falta trabalho), “*Quem não tem estudo*” (para os quais não há vagas de empregos), “*Quem tem pouca escolaridade*” (aqueles que estão fora d disputa por emprego), “*Trabalhador*” (para os quais há um posto de atendimento), “*Trabalhadores*” (que foram encaminhados para vagas de empregos), “*Candidatos*” (que não possuem a escolaridade mínima exigida pelos empregadores) e “*Interessados*” (os que buscam emprego, mas não são qualificados). Ainda, a agregação “um milhão de trabalhadores” (aqueles que foram encaminhados para 400 mil oportunidades de empregos, mas que, em grande parte, não preencheram o requisito básico de qualificação), nos traz a impressão de que há empregos no país para quem tem qualificação.

Sobre as avaliações presentes na reportagem, no que diz respeito à presença de afirmações avaliativas e presunções valorativas, logo de início temos a afirmação avaliativa do repórter, apresentada em *Off*: “Não há vagas, para quem não tem estudo. Esta é a lição da

fila do emprego”. Já no fim da matéria, ao apresentar os personagens finais, o repórter profere uma presunção valorativa, referente ao que é desejável: “Essa turma aprendeu logo que voltar aos bancos de escola é uma nova chance na vida”, reafirmando a primeira avaliação.

4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE: PONTOS DE CONTATO E DISSONÂNCIAS ENTRE AS MATÉRIAS

A observação das matérias feitas recorte empírico desta pesquisa, nos indicou a utilização de uma estrutura narrativa baseada em personagens, ações, conflitos (ora explícitos, ora latentes), lições de moral e *happy end*. Também pudemos notar um caráter de celebração em algumas das matérias, em dominância sobre uma possível trama conflituosa.

As matérias em que o conflito é mote das ações e personagens são as seguintes: “IBGE: avanços sociais e problemas na educação” (avanço na área social x problemas na qualidade da educação), “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente” (taxa de fecundidade baixa dos casais: país em franco envelhecimento), “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos” (vontade de aprender x dificuldades), “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas” (alto índice de inadimplência entre brasileiros) e “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro” (oferta de empregos x falta de qualificação). Seguindo a rota de uma celebração, está a matéria: “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil” (aumento da renda dos mais pobres), embora, nesse caso, haja explicitação de um conflito quando da consideração sobre a desigualdade no país.

Em quatro reportagens à voz do especialista cabe proferir a resolução das problemáticas, ou ao menos, um acalento sobre certa situação adversa pela qual passam os brasileiros, de forma a manter/ recuperar o clima de celebração: “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, “Brasil tem

milhões de analfabetos com mais de 40 anos” e “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”. Em duas situações o especialista não “resolve” o conflito ou não “acalma os ânimos”: “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente” e “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, levando em consideração, em relação a essa última reportagem, que o especialista dá acalento em relação à situação das empresas, mas prevê um futuro ruim para quem faz dívidas.

O *happy end* está presente no findar de todas as matérias, o que contribui para desenhar uma perspectiva otimista para o país e um rosto agradável dos brasileiros. Esses brasileiros, apesar dos conflitos instaurados na narrativa, conseguem superar as problemáticas e construir um final feliz para as histórias dos quais são personagens. Em “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, Fátima Araújo afirma estar “tudo mais tranquilo” depois que a filha arrumou um emprego; em “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, a estudante do Nordeste profere mensagem de esperança e resignação; em “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, o casal Daniel e Andréia encontram o equilíbrio no que diz respeito ao número de filhos, em meio às exigências do mercado de trabalho; em “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, Edir Teixeira proclama a relação entre alfabetização e libertação; em “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, Lana Rodrigues de Souza se conscientiza sobre a importância de ter o nome “limpo”; e em “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, Marcos Lopes e Simone Cassemira relatam os benefícios adquiridos e imaginam os futuramente colhidos pela frequência em um curso de capacitação profissional.

Na mesma frequência que o *happy end*, observamos a inserção da lição de moral ao findar de cada reportagem. São os cidadãos comuns que proferem os ensinamentos em momento de finalização da narrativa, vez por outra aclamados com expressão de satisfação do(s) âncora(s) na volta ao estúdio, como no caso da reportagem “Brasil tem milhões de

analfabetos com mais de 40 anos”. Em “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, a lição da família Araújo, que alcançou tranquilidade depois que a filha arrumou um emprego; em “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, a lição da estudante do nordeste, em sua resignação para aprender a ler; em “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, a lição de Daniel e Andréia, na opção por ter só uma filha para que a ela seja dedicada maior atenção; em “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, a lição de Edir Teixeira, que quer construir um curso de alfabetização na própria casa; em “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, a lição de Lana Rodrigues de Souza, que defende a importância de se ter o nome “limpo”; em “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, a lição de Simone Cassemira, ao reconhecer os benefícios de voltar à sala de aula para se qualificar.

No que diz respeito à alocação das vozes na narrativa, prevaleceu a utilização do discurso direto na apresentação dos personagens. O cidadão comum aparece, em voz direta e indireta, no início e no fim das reportagens, como personagens ilustrativas das problemáticas reveladas por dados de pesquisas, também como ilustração e legitimação da linha narrativa/avaliativa tecida pelo repórter, confirmado esse direcionamento na cabeça de apresentação da reportagem e na volta ao estúdio, quando da expressão dos âncoras. Ainda, são esses personagens comuns os proclamadores de lições de moral e os protagonistas do *happy end*. Nesse sentido, os cidadãos-comuns são representados de forma a possibilitar grande identificação com o público. Os cenários são bem característicos, o que evoca um cotidiano “familiar” à rotina dos brasileiros (sala de casa, local de trabalho, a casa e a rua), sendo os personagens nomeados em créditos de forma a também gerar esse laço, de acordo com a função/trabalho que executam ou da qual estão ausente: cozinheira, comerciante, aposentado, desempregada, fonoaudiólogo, agricultor, dona de casa, professora, líder comunitária, manicure, cabeleireira, faxineira, garimpeiro, auxiliar de produção. Algumas

nomeações no texto do *off*, ainda, evocam uma certa informalidade de tratamento a exemplo de: Dona Marlene, Seu Jaime, Ana Lúcia, estudante do Nordeste, José Carlos, Eusébia, Daniel, Andréia, Elina, Vera, Celso, Dona Edir, Vanda, manicure, Lana, faxineira Valdenice. Essa opção textual contribui para a tessitura de um laço mais estreito com o telespectador, considerando os papéis que esses personagens desempenham na narrativa: ilustrativos das condições de vida dos brasileiros.

Ainda no que diz respeito à representação de atores sociais, a impersonalização por autonomização está presente em metade das matérias analisadas, o que nos indica a atribuição de um caráter de neutralidade aos enunciados, na medida em que, ao invés de se colocar as instituições divulgadoras das pesquisas como sujeitos, prefere-se destacar o produto delas originário como o revelador dos dados sobre as condições de vida dos brasileiros. Em “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil” a expressão “Estudo do Ipea” é tornada sujeito na narrativa ao creditar ao estudo a capacidade de mostrar a diminuição da pobreza no Brasil e o crescimento da renda dos mais pobres. Em “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, o vocábulo “Pesquisa” é acompanhado do verbo *mostrar*, o que confere à pesquisa um caráter de revelação sobre a situação das famílias brasileiras, no que se refere ao número de filhos. Em “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, o vocábulo “Diagnóstico” é tornado o sujeito que provocou mudanças nos cursos de capacitação do estado.

A utilização da agregação está presente em todas as reportagens analisadas; os sujeitos são representados com base em estatísticas de modo a legitimar, pelo peso dos números, aspectos envolvidos nas problemáticas centrais de cada narrativa. Essas estatísticas têm como fonte as instituições divulgadoras das pesquisas que servem de mota às reportagens analisadas. Em “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, encontramos duas vezes a agregação “14 milhões de brasileiros”, aqueles que mudaram de faixa social, e a agregação

“maioria”, formada por aqueles que passaram da faixa de renda baixa para média. Em “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, a cifra “milhões de alunos” comprova a má qualidade da educação no Brasil. Em “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, encontramos a agregação “milhões de brasileiros” em referência àqueles que migraram do campo para a cidade na década de 70. Em “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, encontramos a agregações “14 milhões de analfabetos” e “11 milhões de pessoas”, essa última cifra representando os analfabetos com mais de quarenta anos. Em “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, a agregação presente na cabeça da reportagem nos indica que o número de brasileiros que não conseguem pagar as dívidas está aumentando e batendo recorde. Em “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, encontramos a agregação “um milhão de trabalhadores”, cifra representativa dos brasileiros encaminhados para 400 mil oportunidades de emprego.

Na última contribuição da categoria “representação de atores sociais”, encontramos diversas coletivizações, quando os atores sociais são apresentados através de agrupamentos. A reunião desses sujeitos em certo coletivo evoca a generalidade: o que é próprio de alguns, é estendido a todos. O que nos liga a idéia de uma família nacional unificada, e, ainda, nos faz entender, de forma genérica, quais são as características da brasilidade, bem como as problemáticas nas quais está envolvido o coletivo “brasileiros”. Nesse momento de considerações sobre a análise, daremos proeminência àqueles coletivos que, nas matérias analisadas, são representativos do povo brasileiro. Em todas as reportagens, encontramos o vocábulo “brasileiros” (tendo em vista as variações “Brasil”, “famílias brasileiras” e “população”), e a esse vocábulo estão relacionados outros agrupamentos menores, representativos desse coletivo maior, também nele inseridos, de acordo com a temática de cada reportagem.

Na reportagem “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, as coletivizações apresentadas incluem os agrupamentos daqueles que “melhoraram” de vida. Do modo como estão alocadas, reforçam a idéia do brasileiro como coletivo conformado à certa situação, a exemplo da “família Araújo” que se contenta e se mostra tranqüila com o fato de poder sair pra almoçar fora, passando longe do friso de problemáticas maiores envolvidas na grande desigualdade social que se instaura no país. Na reportagem “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, por duas vezes os brasileiros são representados como: aqueles que recebem benesses (maior expectativa de vida e aumento na renda per capita). Também por duas vezes os brasileiros são representados por atores que são atingidos por problemáticas, logo, marcados como vítimas (os idosos/aposentados que sustentam os lares e as crianças prejudicadas na baixa qualidade da educação). Na reportagem “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, nas coletivizações representativas dos brasileiros está incluído o agrupamento dos atores sociais que ordena o núcleo familiar a fim de se adaptar a certo contexto (“famílias brasileiras”, “brasileiros”, “famílias”). Na reportagem “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, os coletivos referenciados (“Brasil”, “analfabetos”, “brasileiros”) os brasileiros são designados como aqueles atores sociais prejudicados pela má qualidade do ensino, logo, marcados como vítimas. Na reportagem “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, as coletivizações que irrompem da narrativa (“Brasileiros”, “Consumidor”, “Devedores”), apresentam os brasileiros como inadimplentes, pois não conseguem pagar suas dívidas, por uma série de dificuldades, mas que não desistem de “limpar o nome”, o que confere aos brasileiros a característica de resignados à resolução do impasse. Na reportagem “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, o coletivo nacional é representado por aqueles que querem trabalhar, mas tem pouco estudo, são desqualificados, o que atribui ao brasileiro os papéis de vítimas e resignados.

A categoria interdiscursividade nos deu subsídio para entender a égide sob a qual as temáticas foram apresentadas, quais perspectivas de mundo estão delineadas e de que maneira dialogam com os discursos hegemônicos tecidos sobre a brasilidade. As reportagens são baseadas em números divulgados por instituições (Ipea, IBGE, Banco Central, Postos de Atendimento). O cotidiano do brasileiro, nesse sentido, é revelado através desses números, credíveis pela fonte e pela neutralidade dos dados quantitativos. De acordo com sua postura, o repórter atua como organizador desses dados, ilustrando as informações com o depoimento de “cidadãos comuns” e “especialistas” em cada problemática.

Na reportagem “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, o tom de celebração prevalece na narrativa, contribuindo para tecer uma visão otimista sobre o futuro do país e sobre as condições de vida dos brasileiros. Contribui também para construir a imagem do brasileiro otimista em relação à sua situação econômica e satisfeito com a posse de algumas regalias individuais. Na reportagem, “IBGE: avanços sociais e problemas na educação” são apresentadas visões otimistas sobre a área social (redução da pobreza) e expectativa de vida, sendo os brasileiros representados como beneficiários desses avanços. Por outro lado, são apresentadas visões pessimistas sobre o fato de os aposentados contribuírem com a renda familiar, sobre a falta de vagas em creches e sobre a qualidade da educação. Nessas problemáticas, o brasileiro aparece como vítimas dessa conjuntura. Entretanto, a personagem final, a estudante do Nordeste, sela a imagem do brasileiro como herói e resignado ante as dificuldades do cotidiano, aquele que nunca desiste mesmo imerso em problemáticas e é consciente da necessidade de transformar sua situação. Na reportagem “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, os brasileiros representados são aqueles que se adaptam a certa circunstância social e dessa adaptação, tiram boas lições e proveitos, são conscientes da importância dessa adaptação. O exemplo do casal Andréia e Daniel, alocados no final da matéria, sela uma visão otimista sobre as transformações por quais

passaram as famílias brasileiras. Na reportagem “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, o desenrolar da problemática vai tecendo um discurso em prol da alfabetização no país e uma visão esperançosa da situação, muito em razão do exemplo de brasileiros resignados e solidários com os mesmos, mesmo vítimas do conflito norteador da reportagem. Na reportagem “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, a perspectiva de mundo que se delineia é a lição de que devemos ser responsáveis nas compras, para que as dívidas não façam parte do orçamento. Dessa lição, faz parte a construção final do brasileiro como cidadão consciente de que deve “limpar o nome”. Na reportagem “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, uma visão otimista sobre o ingresso dos alunos em cursos de capacitação é garantida quando do exemplo dos personagens finais, brasileiros resignados e batalhadores, conscientes da importância de lutar para saírem da condição de vítima da falta da qualificação, logo também heróis do cotidiano.

A categoria avaliação está em um diálogo muito próximo com a interdiscursividade, no que diz respeito às “revelações” que desenha. Em todas as reportagens o repórter se coloca diante da problemática ou celebração apresentada, proferindo avaliações afirmativas e presunções valorativas sobre posturas desejáveis e aquelas reprováveis, também construindo juízos de valor. Na reportagem “Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil”, no que diz respeito a uma avaliação final sobre a temática, o repórter nos transmite a idéia de que seria bom ou desejável o fato de mais membros da família trabalhar para contornar certa situação adversa. Essa postura do brasileiro, ou seja, a capacidade de “se virar” sozinho diante de alguma intempérie é avaliada como positiva pelo repórter.

Na reportagem “IBGE: avanços sociais e problemas na educação”, as problemáticas apresentadas (aposentados sustentando famílias, falta de vagas em creches, qualidade da educação) são avaliadas pela repórter como não desejáveis. O brasileiro é avaliado como vítima dessas intempéries, quase resvalando para uma postura maternal sobre

os personagens. Em “IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente”, uma presunção valorativa se ergue da forma como as duas famílias representadas estão dispostas na narrativa, sendo o último modelo familiar aquele desejável em razão das exigências do mercado de trabalho. Na reportagem “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos”, o fato de alguns brasileiros abandonarem os estudos é avaliado como não desejável pela repórter, assim como a postura solidária de uma das personagens é avaliada como positiva. Na reportagem “Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas”, a inadimplência é avaliada como negativa, sendo desejável que os brasileiros se esforcem para sanar as dívidas. Na reportagem “Falta qualificação ao trabalhador brasileiro”, o repórter avalia como necessário que as pessoas tenham estudo para conseguir emprego, sendo a postura desejável aos brasileiros o esforço resignado para voltar à sala de aula.

5. No fim, o rumo de chegada

O povo brasileiro no JN e novas possibilidades reflexivas

Todo nosso trabalho, os olhares sobre a construção da brasilidade no discurso do JN, foi idealizado e estruturado a partir da concepção de Fairclough (2001) segundo a qual o discurso, além de sua performance representacional, é também um modo de ação no mundo, logo potencial na movimentação do mosaico social. Nesse sentido, do modo como propõe o autor, mudanças discursivas são potenciais estimulantes de mudanças sociais, idéia que nos remete à faceta libertadora do discurso. Duas tarefas investigativas são necessárias se seguimos o foco de Fairclough, ou seja, se pensamos a mudança discursiva em relação à transformação social e cultural. Primeiro, entender as reordenações ocorridas na prática discursiva. Segundo, refletir sobre as possíveis implicações dessas mudanças em nível da sociedade como um todo, de que maneira incidem nas ordens de discurso existentes, se as transformam, legitimam, contestam ou fazem desaparecer.

A primeira tarefa foi realizada ao longo dos capítulos dessa dissertação, considerando as outras formas que essa pesquisa poderia tomar e as ausências inerentes à limitação de um olhar específico. Observamos que o povo brasileiro, o cidadão comum, ou “popular”, é personagem em 26 das 45 matérias apresentadas ao longo da semana do JN, aquela servidora de recorte empírico, em que pese a frequência do cidadão comum em 12 reportagens da editoria Cotidiano. O que, em primeira instância, confere legitimidade ao saber popular e visibilidade ao cidadão-comum no que perpassa as temáticas insurgentes na trama diária, aquelas que implicam problemáticas mais diretamente relacionadas ao coletivo nacional como o analfabetismo, a falta de qualidade na educação e a redução da pobreza.

Após uma primeira seleção realizada via Análise de Conteúdo, refinamos nosso recorte empírico, que passou a ser formado por seis matérias, aquelas analisadas a partir da

direção metodológica da Análise Crítica do Discurso. Nessas, pudemos verificar que a narrativa se constrói como uma história de ficção, nos moldes de uma dramaturgia do telejornal, como pensou Iluska Coutinho (2003), entre outros estudiosos já destacados nesse texto. Dessa dramaturgia, fazem parte personagens envolvidos em um núcleo conflituoso, desde o qual engendram ações, localizadas em cenários também significantes, proclamam lições de moral e contribuem para o *happy end* narrativo. O repórter atua como regente de cada história, a ele cabe o papel de narrador onisciente e também onipresente, já que se coloca na narrativa também através de avaliações e presunções valorativas. Vale ressaltar o fato de que essas avaliações são “coletivas”, no sentido de que o processo de produção da notícia não é de domínio só do repórter, mas de todos os elementos e agentes envolvidos na construção do fazer e dizer jornalístico. Também os âncoras atuam como regentes, em que pese no JN a qualidade de regentes-mor, aqueles que darão legitimidade ao modo como o repórter encaminha a história, ressaltando o conflito parte da narrativa logo na apresentação da matéria e deixando explícita expressão de satisfação/reprovação ao findar de algumas delas. Desse modo, também são os âncoras os “realizadores” de cada matéria, aqueles a quem cabe o ponto final, para que outra história se inicie.

Nessas histórias, o cidadão-comum participa em voz, mas não é a ele que cabe a resolução dos conflitos presentes em cada matéria, sendo esse papel assumido pela voz do especialista, ecoada em todas as reportagens analisadas neste trabalho. A voz e inserção outras do cidadão-comum em cada relato servem muito mais como ilustração ou exemplificação dos dados apresentados, referentes esses dados à problemática central desenvolvida em cada narrativa. O cidadão comum também aparece, em voz, como proclamador de lições de moral e beneficiários do *happy end*. Essas constatações reforçam o que fora destacado por Mauro Porto (2007), em seu estudo sobre os enquadramentos interpretativos presentes no JN e o papel dos populares na narrativa do telejornal: ilustrativos da temática, legitimadores da linha

narrativa e catalisadores de identificação com o público, quando representados a partir do “enquadramento humano”.

No que diz respeito ao diálogo com o imaginário sobre a brasilidade e aos novos “afluentes” que a essa “bacia semântica” são adicionados, nos foi possível vislumbrar a existência de dois tipos de “brasileiros” no seio de cada reportagem. Ora são representados como vítimas dos conflitos que irrompem nas narrativas - muito em razão desses conflitos da ausência de um Estado que garanta direitos básicos aos “brasileiros” -, lidando com o sofrimento quase de maneira ingênua e conformada. Outras vezes são representados como heróis do cotidiano, resignados e batalhadores; conscientes das possibilidades de transformação da condição individual adversa, proclamadores de lições de moral. Desse último tipo de brasileiro fazem parte qualidades avaliadas como positivas pelo repórter-narrador e também pelos âncoras do telejornal. Essas características da brasilidade se aproximam do rosto do brasileiro traçado pelos “arquitetos da brasilidade”, utilizando termo de Skidmore (1994), a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta. São rostos familiares também em outras narrativas midiáticas, vistas de maneira pouco empírica, quando nos deparamos vez ou outra com algum brasileiro que devolveu mala de dinheiro achada em local público, ou, com aquele brasileiro resignado do sertão nordestino, ou, ainda, com aquele brasileiro solidário personagem do último Globo repórter do ano de 2007. De modo que podemos inferir que o povo brasileiro é assim presumido no JN, recordando o conceito construído por Vizeu (2006). O que nos faz “imaginar” um rosto agradável, bonito de ser ver, o qual devemos ter orgulho de portar.

A unicidade desse rosto e suas qualidades “incontestavelmente” admiráveis nos transportam para uma visão romântica da brasilidade, tal como evidenciamos como hipótese no início dessa dissertação. O que, a nosso ver, vai de encontro à movimentação das identidades na contemporaneidade, tal como identificou Hall (2004). Mais que isso, vai em

direção oposta à natureza das marcações identitárias, a mutação e diferenciação. Esse modelo “positivo”, também romântico, da brasilidade certamente promove identificações e projeções, contribuindo para fortalecer o laço social imaginário, a memória coletiva, cumprindo de fato a mídia nesse caso a função de guardiã da memória. No entanto, julgamos ser importante entender de que maneira certa constituição imaginária da brasilidade é projetada na prática cotidiana no que diz respeito à movimentação das relações de poder, mais especificamente à possibilidade do exercício de uma cidadania ativa e consciente, mais afinada com os meios constitucionalmente possíveis de transformação social e menos aplacada pela conformação a dada situação individual ou coletiva. Por essa crença, nesse momento que se pretende conclusivo, embora não fechado a novas nuances e olhares, ainda haveria uma questão orientadora: o quadro discursivo analisado tem potencial transformador em direção à sociedade?

Na medida de nosso olhar, direcionado por todo o referencial teórico e empírico apresentado, poderíamos inferir que as matérias analisadas contribuem para a reprodução do imaginário hegemônico sobre a brasilidade, no que diz respeito ao rosto do brasileiros, e evocam o consenso social, no sentido que o termo assume em Traquina (2005). Os discursos contra-hegemônicos ou, as identidades dissonantes desse modelo positivo de povo brasileiro, são apagados na reportagem ou a ela integrados como exemplos do que não se deve ser, o que não se deve fazer (a negação da brasilidade). A visibilidade dessas identidades destoantes do modelo hegemônico, em que pese sua alocação na narrativa, poderia provocar o chamamento do espectador a uma “queda de braço”, como faz referência Regina Mota (2007), não próxima de um confronto dispersante, mas seguindo as vias de um enlace profundo entre identidades diferenciadas ou destoantes do modelo hegemônico. Esse enlace não seria possível sem o embate, considerando-se o conflito como propulsor de questionamentos sobre os olhares acerca do Eu e do Outro. Ao seguir essa via distante da que encontramos nas matérias

analisadas, as narrativas do JN estariam contribuindo para exercitar o caráter libertador da linguagem, qualidade destacada por Fairclough (2001), ao estimularem potencialmente a movimentação de idéias, levando em consideração que são os imaginários propulsores da ação, como considera Silva (2006).

Do modo como observamos nas edições analisadas, não é o povo que precisa mudar no país, segundo o JN, já que o coletivo nacional é a parte bonita do Brasil, aquela da qual devemos nos orgulhar. O que precisa mudar, nas matérias analisadas, é o Estado, responsável que seria pelas problemáticas que afetam os brasileiros exemplares. Mas como mudar o país sem a ação dos brasileiros? E quando dizemos ações estamos nos referindo àquelas que efetivamente contribuem para a movimentação do coletivo, àquelas empenhadas em locais legítimos de diálogo com o poder público. Desse tipo de ação não faz parte o brasileiro representado no JN, a exceção de Dona Edir, que quer construir em sua própria casa um curso de alfabetização para que seus companheiros de comunidade “fiquem libertos”. De toda maneira, a receita do “fazer com as próprias mãos” (da qual estão impregnadas ações em voluntariado) não é a única forma de mudar o país, levando em consideração a importância da participação cidadã em canais de diálogo direto entre as autoridades e a população, embora esse modelo de ação - o voluntariado - seja celebrado ao longo da programação Global.

Nesse sentido, se acreditamos na concepção de Fairclough de que reorganizações na prática discursiva têm potencial transformador de estruturas sociais, a inferência de que pouco se afastam as matérias analisadas de uma perspectiva consensual sobre as temáticas apresentadas e as qualidades do povo brasileiro, nos leva a questionar, em primeira análise, a capacidade desses discursos específicos em gerar, no público, uma afetação reflexiva e com vistas à ação transformadora. Seguindo a interface proposta por Fairclough entre discurso e sociedade, pouco provável teria sido o aproveitamento pelo contingente de telespectadores do

potencial de movimentação do mundo do conjunto discursivo analisado, em relação a sistemas de conhecimento e crença, relações sociais ou identidades.

Entretanto, utilizamos ressalva do próprio autor e de tantos outros mobilizados nesse trabalho que consideram a comunicação como um processo de interlocução, logo assumindo a audiência, e todas as outras mediações interferentes no momento da apropriação de um texto, lugar de destaque no entendimento dos efeitos de cada sistema significante. Nesse sentido, ressaltamos que ainda é necessário em estudos posteriores dialogar com uma peça-fundamental se queremos dar mais forma e firmeza ao vislumbre dessas implicações sociais: o povo brasileiro, que é o da mídia, mas também das casas, das ruas, da trama cotidiana que se enovela aquém e além da mediação midiática. Há que se enveredar por outras mediações, para, assim, avistarmos rostos diversos, também semelhantes, que contribuem para formar o mosaico de faces representativo da nação.

6. Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALVES, Rubem. **Um mundo num grão de areia: o ser humano e seu universo**. Campinas, SP: Verus, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Trad. Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 1991.

ARNTZ, William ; CHASSE, Betsy ; VICENTE, Mark. **What a Bleep do We Know (Quem somos nós?)**. EUA, 2004

ARONCHI, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. Summus Editorial: São Paulo, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1995.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo sobre a cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

_____. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

BERGER, Christa; MARROCO, Beatriz (org). **A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1999.

_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2003

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

CASSETTI, Francesco & CHIO; Federico di. **Análisis de la televisión**. Barcelona: Paidós, 1999.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CORREA, Raphaela; GUIMARÃES, Lara Linhalis. **A Raiz das contradições nas representações culturais midiáticas**. In: XII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2008, São Bernardo dos Campos. Anais do XII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2008.

COUTINHO, Iluska. **Democracia eletrônica e televisão no Brasil: os telejornais como espaço de disputa por hegemonia política e cultural**. In: X Compós - GT de Jornalismo, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. **Dramaturgia do Telejornalismo Brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em televisão**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2003.

_____. **Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV**. In: **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

_____; MUSSE, Cristina. **Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional**. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007, Aracaju (SE). Anais...Aracaju (SE): UFS, 2007.

_____. **Séries de reportagem em televisão: Reflexão sobre um possível Telejornalismo interpretativo**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – NP Jornalismo, 2008, Natal (RN) Anais...Natal (RN): UFRN, 2008.

CUNHA, Sheila Santos. **O manifesto da transdisciplinaridade, por Barasab Nicolescu: um breve resumo.** Disponível em (<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>). Acessado em: 10 jan. 2007.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

ECO, Umberto. Tevê: a transparência perdida. In: **Viagem na irrealidade cotidiana.** Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1984.

_____. Para uma investigação semiológica sobre a mensagem televisional. In: **Apocalípticos e integrados.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Trad. Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FRANÇA, Vera Veiga; MAIA, Rousiley. A comunicação e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos. In: **Epistemologia da comunicação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____(org). **Narrativas televisivas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Itania Maria Mota. Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. In: **Media e Cultura.** Salvador: Pós-graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, 2003.

_____. **Telejornalismo de qualidade: pressupostos teórico-metodológicos para a análise.** In: UNIrevista - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006).

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileiro, 1982.

GRAMSCI, António. **António Gramsci.** Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/index.htm>. Acessado em: 10 jan. 2009.

GRAU, Larissa. **Brava gente brasileira.** Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br. Acessado em: 06 ago. 2007.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **Reflexões sobre o Congado na série “Identidade Brasil”, do Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão.** Monografia de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, 2006.

_____; MAIA, Aline. **Semana da pátria no JN: representação, identidade e construção social da realidade.** In: Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro. N. 9. Dezembro de 2007.

_____. **"Reportagem especial merece tratamento especial".** In: 6 Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), 2008, São Bernardo do Campo. "A construção do campo do Jornalismo no Brasil". São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

HAGEN, Sean. **A emoção como estratégia de fidelização no Jornal Nacional: Bernardes e Bonner e os laços de afetividade com o telespectador.** In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor). Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KELLNER, Douglas. **A cultura das mídias – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.**Bauru: EDUSC, 2001.

MARINHO, João Roberto Marinho. **A TV não é o problema**. In: Folha de São Paulo. Editoria de Opinião. São Paulo, 02 de setembro de 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MOTA, Regina. **A terceira margem da televisão**. In: Revista Contemporânea, n.9. UFBA. 2007/2.

NARLOCH, Leandro. **A voz do Brasil**. In: Revista SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Editora Abril, junho de 2006.

NIETZSCHE, Friedric. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PORTO, Mauro. **Televisão e política no Brasil**: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

REILY, Sueli Ana, DOULA, Sheila M. (orgs). **Do folclore a cultura popular**. São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, 1991.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

REVISTA EDUCAÇÃO - Especial: **Nietzsche pensa a educação**. nº 2. Ed. Segmento, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O Povo Brasileiro**. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/index.htm>. Acessado em: 13 jan. 2008.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128. Acessado em: 2 de mar. 2008.

SCHNEIDER, Jens. **Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional**. Mana [online]. 2004, v. 10, n. 1.

SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: 2ª Edição, Sulina, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora**. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

TILBURG, João Luís Van. Arquitetura do Espaço-Tempo Televisivo. In: **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996.

TIZUMBA, Maurício. **Congado**. Disponível em: <www.mauriciotizumba.com.br>. Acesso em 22 de julho de 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - Volume I - Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo** - Volume II - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **Juventude e Televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TRINTA, Aluizio. Identidade, identificações e projeções: telenovela e papéis sociais no Brasil. In: COUTINHO, Iluska; MENDES DA SILVEIRA JÚNIOR, Potiguara. **Comunicação: Tecnologia e Identidade.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp 151-164.

TV GLOBO. **Caravana Jornal Nacional DVD 1: grandes momentos do jornalismo da TV Globo.** Rio de Janeiro: Globo marcas/Editora Globo, 2006-2007.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964).** Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Getulio Vargas, 1997.

VIZEU, Alfredo Eurico; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A.C. (orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública.** Florianópolis: Insular, 2006.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento.** In: Revista da Faculdade de Educação e Centro de Memória da Unicamp. São Paulo, 2004.

WOLTON, Dominique. A televisão brasileira. In: **Elogio do grande público.** Editora Ática, 1996.

YALOM, Irvin D. **Quando Nietzsche chorou.** Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

APÊNDICE A

Data	Nº Matéria (VT)	Nº Nota Coberta	Nº Nota Pé	Nº Nota ao vivo	Nº Comentá rio	Nº Manchet es (de abertura /passage m de bloco/at ração)	Vivo
<i>Edição 22/09/08 (segunda- feira)</i>	8	4	0	1	0	13	0
<i>Edição 23/09/08 (terça- feira)</i>	7	1	1	6	0	17	0
<i>Edição 24/09/08 (quarta- feira)</i>	9	2	3	1	0	11	0
<i>Edição 25/09/08 (quinta- feira)</i>	7	0	0	5	0	9	1
<i>Edição 26/09/08 (sexta- feira)</i>	7	0	1	2	0	11	1
<i>Edição 27/09/08 (sábado)</i>	7	5	0	1	0	15	0
TOTAL	45	12	5	16	0	76	2

APÊNDICE B

Edição 22/09/2008 (segunda-feira)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
Sem fiscalização, motoristas desafiam lei seca	Cotidiano	motoristas X lei seca	Jerry Dias (Polícia Rodoviária Federal) David Duarte (especialista em trânsito)
Paulistas não aderem ao Dia Mundial Sem Carro	Cotidiano	dia Mundial sem carro X frota de carros nas ruas de SP	Anônimo 1 Donizete da Silva (técnico em telefonia) Anônimo 2 Anônimo 2 Anônima 3 Walter da Silva (analista financeiro)
Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil	Cotidiano	aumento da renda dos mais pobres X grau de desigualdade	Edilde Santana (comerciante) Ricardo Paes de Barros (pesquisador do Ipea) Fátima Araújo (cozinheira)
Primavera começa com sol e sensação de frio	Cotidiano	chegada da primavera X temperaturas	Anônima 1 Anônima 2 Maria Assunção Dias (coord. Cptec – INPE) Idem Anônima 2
Mercados dão sinais de insegurança	Mundo	pacote do governo americano X mercados mundiais	-
“Crise nos EUA não	Política	adoção do pacote econômico do	- (reprodução de trechos de

atravessou o Atlântico”, diz Lula		governo americano X crise	entrevista coletiva com Lula)
Semelhanças e diferenças entre síndicos e prefeitos	Série Especial/Política	<p>celebração dos cidadãos organizados. celebração da ordem, obediência, respeito ao próximo</p> <p>(bandeira do Brasil: ordem e progresso)</p> <p>Conflito latente: não obediência às leis gera caos, tanto em condomínios quanto em cidades. Não participação dos cidadãos nas instâncias de decisão coletivas gera inoperância e ações corruptas por parte dos governantes. cidadão X ação dos governantes</p>	<p>Seu Paulo (SEM CRÉDITOS, receberá créditos abaixo)</p> <p>José Carlos Pessoa (síndico)</p> <p>Paulo Barros (síndico)</p> <p>Anônimo 1</p> <p>Anônimo 2</p> <p>Marco Antônio Carvalho (cientista político)</p> <p>Anônimo 3</p> <p>Maria Célia (dona de casa)</p> <p>Marco Antônio Carvalho (cientista político) (SEM REPETIÇÃO DE CRÉDITO)</p>
Experiência dos goleiros é destaque no Brasileiro	Esporte	<p>Celebração Goleiros “longa vida”</p> <p>(não há conflito explícito, mas “celebração”, embora a haja um conflito latente na fala de Rogério Ceni: “Os goleiros da nossa época não tinham tanto espaço lá fora. Os mais jovens agora começam a conquistar espaço...”)</p>	<p>Marcos (goleiro do Palmeiras)</p> <p>Vanderlei Luxemburgo (técnico Palmeiras)</p> <p>Clemer (goleiro do Internacional)</p> <p>Rogério Ceni (goleiro do São Paulo)</p>

Edição 23/09/2008 (terça-feira)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
Pacote para bancos não sensibiliza parlamentares	Mundo	parlamentares X pacote para bancos	-
Na ONU, Lula fala sobre a crise econômica	Mundo/Política	crise financeira	-
Lei proíbe letras pequenas em contratos	Cotidiano	Código de Defesa do Consumidor X empresas	Dora Santos (empresária) Roberto Pfeiffer (diretor do Procon de São Paulo) Dora Santos (empresária) (SEM CRÉDITOS)
Quadrilha arromba lojas com carros em São Paulo	Justiça/Polícia	Quadrilha que arromba lojas X vendedores de lojas	Anônimo 1 Anônimo 2
Explosão mata funcionários da Petrobras	Cotidiano	Explosão em estação de gás natural da Petrobrás	Anônimo 1 Eugênio Dezem, gerente-geral da Petrobras AL-SE.
Estudante mata 10 em escola na Finlândia	Mundo	Grande quantidade de armas nas mãos da população civil	-
As prioridades de prefeitos e síndicos para o orçamento	Série Especial/Política	celebração dos cidadãos organizados celebração da ordem, obediência, respeito ao próximo bandeira do Brasil: ordem e progresso. Conflito latente: não obediência às leis gera	Andréa Arco e Flecha (sídica) Débora Riedel (sídica) Alexandre dos Santos Cunha (SEM CRÉDITOS, receberá em seguida)

		caos, tanto em condomínios quanto em cidades. Não participação dos cidadãos nas instâncias de decisão coletivas gera inoperância e ações corruptas por parte dos governantes	Alexandre dos Santos Cunha (cientista político) Maria Ester Diaz (aposentada) José Carlos Pessos (síndico) Irapuã Domingos (aposentado) Cândido Renato Ferreira Rita (síndico)
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Edição 24/09/2008 (quarta-feira)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
IBGE: avanços sociais e problemas na educação	Cotidiano	Avanço na área social X Problemas na qualidade da educação Governo X população	Jaime Rodrigues (aposentado) Dona Marlene (SEM CRÉDITOS) Ana Lúcia Oliveira (desempregada) Maria do Pilar Lacerda, (sec. Ed. Básica do MEC) Estudante do Nordeste (SEM CRÉDITOS, referenciada na fala do repórter)
IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente	Cotidiano	Taxa de fecundidade baixa dos casais: país em franco envelhecimento.	José Carlos Cruz (agricultor) Eusébia (SEM CRÉDITOS,

			referenciada na fala do repórter) Joilson Rodrigues (IBGE – BA) Daniel Mattos (fonoaudiólogo)
Cresce o número de vegetais em extinção (divulgação de lista)	Saúde/Ciência?	Crescimento de espécies invasoras e comércio ilegal de plantas: aumento do número de vegetais em extinção. Espécies vegetais X ação do homem e espécies invasoras	Gláucia Drumond (Fundação Biodiversitas) Carlos Minc. (ministro do Meio Ambiente)
Policiais discutem crimes na internet (Encontro entre peritos)	Polícia/justiça	Aumento no número de crimes “virtuais” (pornografia infantil) Internet X população	Paul Gillespie (SEM CRÉDITOS) (Fala traduzida pelo repórter) Paulo Roberto Fagundes, (diretor técnico científico da PF) Carlos Eduardo Quintanilha (16 anos) Dulce Quintanilha (educadora)
McCain propõe adiar debate por causa da crise	Mundo	Crise financeira Casa Branca (ajuda aos bancos) X congressistas McCain X Barack Obama	-
Exportações brasileiras são afetadas pela crise	Economia	Crise internacional X redução no crédito e em preços de produtos exportados	Roberto Giannetti da Fonseca (economista) Júlio Gomes de

			Almeida (consultor) Júlio Gomes de Almeida (SEM CRÉDITOS)
Presidente do Equador ameaça não pagar ao Brasil	Política	Presidente do Equador X BNDES e Odebrecht	Celso Amorim (ministro das Relações Exteriores) Presidente Lula (SEM CRÉDITOS)
Regras que se aplicam a cidades e condomínios	Série Especial/Política	celebração da ordem, obediência, respeito ao próximo. Exemplos “negativos” sobre o que não se deve fazer. (bandeira do Brasil: ordem e progresso) Conflitos: não obediência às leis gera caos, tanto em condomínios quanto em cidades. Não respeito ao espaço do outro gera desordem, caos, tanto em condomínios quanto em cidades.	Elenice Soares (moradora) Anônimo 1 Josimar Ximenes (dono de bar) Anônima 2 Anônima 3 Anônimo 4 Anônima 5 Alexandre dos Santos Cunha (cientista político) Anônima 6 Anônima 7 Inês Ribeiro (estilista) Anônima 8 Marco Antônio C. Teixeira (cientista político)

Réplica do maior dinossauro do Brasil é exposta	Saúde/Ciência	Celebração: apresentação de réplica de dinossauro brasileiro	Anônima 1 Luiz Carlos Ribeiro (paleontólogo)
--------------------------------------------------------	---------------	--------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

Edição 25/09/08 (quinta-feira)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
Região da leitura no cérebro é identificada	Saúde/Ciência	<p>Celebração: cientistas, dentre eles, brasileiros, identificam região de leitura no cérebro, o que pode ajudar em tratamentos diversos, como lesões cerebrais e dislexia.</p> <p>Conflito implícito, que será explanado na próxima matéria: avanços na ciência, altos índices de analfabetismo.</p>	<p>Anônimo 1</p> <p>Anônima 2</p> <p>Lúcia Braga (neurocientista – Hosp. Sarah)</p> <p>Stanislas Dehaene (SEM CRÉDITOS) Tradução do repórter</p> <p>Lúcia Braga (SEM REPETIÇÃO CRÉDITOS)</p> <p>Lúcia Braga (SEM REPETIÇÃO CRÉDITOS)</p>
Muitas crianças na escola são analfabetas	Cotidiano	Alto índice de analfabetismo X crianças nas escolas	<p>Anônima 1 (identificada na fala da repórter como “menina da 2ª série”)</p> <p>Mônica Pereira (professora)</p> <p>Ruben Klein (especialista avaliação educacional)</p>

			<p>Maria do Pilar Lacerda (sec. Ed. Básica do Mec)</p> <p>Cláudio Frischtak (economista)</p>
À procura de empregados mais qualificados	Economia	Desemprego cai X aumenta exigência das empresas na hora de contratar	<p>Karina Macedo (gerente administrativa)</p> <p>Carla Trindade (especialista em informática)</p> <p>Igor Virgílio (porteiro)</p> <p>Raquel Riedel (administradora de condomínios)</p> <p>Jane Coutinho (coordenadora do Sine)</p> <p>Anônimo 1 (identificado pelas imagens como o empregador)</p> <p>Jesus (identificado na fala do repórter e nas imagens como pedreiro) (SEM CRÉDITOS)</p>
Dunga convoca para mais 2 jogos das Eliminatórias	Esporte	<p>Celebração: convocatória de Dunga para jogo de eliminatórias</p> <p>Conflito latente: renovação da equipe X resultados positivos demorados</p>	- (reprodução de trechos de entrevista coletiva com Dunga, técnico da Seleção)
Liberdade de	Cotidiano	Celebração da liberdade	Cícero Sandroni

<p>expressão é defendida na ABL</p>		<p>de imprensa, como pressuposto democrático</p> <p>Conflito latente: Postura do governo brasileiro X discussão sobre preservação da fonte</p>	<p>(presidente da ABL)</p> <p>Sérgio Bermudes (advogado)</p> <p>Célio Borja (ex-ministro da Justiça)</p>
<p>Mundo aguarda aprovação de pacote nos EUA</p>	<p>Mundo</p>	<p>Crise financeira</p> <p>(acordo ainda não foi fechado)</p>	<p>-</p>
<p>O que é preciso para eleger um síndico ou prefeito</p>	<p>Série Especial/Política</p>	<p>celebração da ordem, organização, do “pensar no coletivo”, dos cidadãos organizados, ativos, críticos.</p> <p>Exemplos “negativos” sobre o que não se deve fazer, ao governar um condomínio. Exemplos positivos sobre de que maneira governar um condomínio.</p> <p>(bandeira do Brasil: ordem e progresso)</p> <p>Conflito latente: remete a governantes que não pensam no “coletivo”, que agem em benefício próprio.</p>	<p>Márcio Rachkorsk (advogado espec. em condomínios)</p> <p>Anônima 1 (identificada pelas imagens como moradora do condomínio)</p> <p>Anônima 2 (identificada pelas imagens como moradora do condomínio)</p> <p>Viviane Gireli (candidata a síndica)</p> <p>Fernando Zito (síndico)</p> <p>Paulo Barros (síndico)</p> <p>Anônima 3 (identificada pelas imagens como moradora do condomínio)</p> <p>Maria Rita de Castro (síndica)</p>

			Cláudio Emayel (sindicato)
--	--	--	-------------------------------

Edição 26/09/08 (sexta-feira)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
Acidentes com vítimas nas capitais estão caindo	Cotidiano	Melhora geral no trânsito X aumento no número de acidentes com motos	Maristela (SEM CRÉDITOS, identificada na fala do repórter) Flávio Adura (pres. da Abramet) Flávio Adura (sem repetição de créditos) José (SEM CRÉDITO, identificado na fala do repórter)
Carro em SP acumula R\$ 3,4 milhões em multas	Cotidiano	Prefeitura X seguradora X motorista	Anônimo 1 (identificado na fala do repórter como motorista) (SEM CRÉDITOS)
Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos	Cotidiano	Vontade de aprender X dificuldades	Elina de Paiva (dona de casa) Vera Lúcia Coelho (dona de casa) Celso (identificado na fala do repórter)

			<p>(SEM CRÉDITOS)</p> <p>Sandra Maria Guimarães (professora)</p> <p>Denise Cordeiro (educadora Uerj)</p> <p>Edir Teixeira (líder comunitária)</p>
Diálogo é melhor forma de evitar gravidez precoce	Cultura/Comportamento	Número de partos entre adolescente cai, mas ainda está longe do ideal	<p>Silvia Cirino (professora de biologia)</p> <p>Tereza de Lamare (Progr. de Saúde do Adolescente)</p> <p>Roberta (identificada na fala do repórter) (SEM CRÉDITOS)</p> <p>Anônima 1 (SEM CRÉDITOS, identificada pelas imagens como uma das orientadoras no trabalho de prevenção)</p>
Participação do eleitor vai além do voto	Série Especial/Política	<p>celebração dos cidadãos organizados, ativos, críticos.</p> <p>Exemplos positivos de mobilização e participação dos moradores num condomínio</p>	<p>Régis Reis (fisioterapeuta)</p> <p>Anônima 1 (SEM CRÉDITOS, identificada pelas imagens como uma moradora)</p>

		<p>(bandeira do Brasil: ordem e progresso)</p> <p>Conflito latente: governantes X população</p>	<p>Tereza Sampaio (subsíndica)</p> <p>Yoshi Hissa Tsuda (médico)</p> <p>Alda Veloso (Associação de moradores)</p> <p>Anônimo 2 (SEM CRÉDITOS, identificado pelas imagens como um morador)</p> <p>Anônimo 3 (SEM CRÉDITOS, identificada pelas imagens como uma moradora)</p> <p>Raul Agostini (pres. Associação de Moradores)</p>
Mãe reencontra filha após 36 anos	Cotidiano	<p>Celebração do reencontro entre mãe e filha</p> <p>Conflito latente: crítica implícita à postura do pai ao tirar os filhos da artesã por ser muito jovem</p>	<p>Anônima 1 (identificada pelas imagens e fala do repórter como a mãe)</p> <p>Anônima 1 (identificada pelas imagens e fala do repórter como a mãe)</p> <p>Cibelle Lopes (artesã)</p> <p>Alessandra (identificada pelas imagens e fala do repórter como a filha)</p>

			reencontrada) Cibelle Lopes (SEM repetição de CRÉDITOS) Alessandra (SEM repetição de CRÉDITOS)
Crise quebra mais um banco americano	Mundo	Crise financeira (mais um banco quebra, população desconfiada, continuam as negociações)	Anônimo 1 (SEM CRÉDITOS, identificado pelas imagens e fala do repórter como cliente de banco. Tradução da fala pelo repórter)

Edição 27/09/08 (sábado)

TÍTULO	EDITORIA	CONFLITO NARRATIVO/SOCIAL	PERSONAGENS (sonoras)
Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas	Economia	Números mostram alto índice de inadimplência entre brasileiros Dívidas X brasileiros	Vanda Maria de Souza (manicure) Vanda Maria de Souza (sem repetição de créditos) William Weid (professor de economia – FGV) Lana Rodrigues de Souza (cabeleireira)
Falta qualificação ao trabalhador brasileiro	Cultura/Comportamento	Oferta de empregos X falta de qualificação Conflito implícito: qualidade da educação	Valdenice Coelho (faxineira) Juan Sanchez

		brasileira	(coord. de política de emprego – SP) Marcos Lopes (garimpeiro) Simone Cassemira (auxiliar de produção)
Crise domina debate entre Obama e McCain	Mundo	Crise financeira EUA Barack Obama X John McCain Republicanos X plano	-
Morre o astro de Hollywood Paul Newman	Mundo	Celebração de Paul Newman, sua carreira artística, sua luta contra o câncer, seu empenho por causas humanitárias.	-
Experiência gaúcha aumenta doação de órgãos	Cultura/Comportamento	Celebração da iniciativa gaúcha para incentivar transplantes Conflito latente: número de pessoas que precisam de transplante X número de transplantes	Luis (sem créditos, identificado na fala da repórter) Luis Fernando Kalife Júnior (estudante) Valter Garcia (coord. transplantes da Santa Casa) Helenara de Juli (estudante)
Pesquisadores descobrem como atacar percevejos	Saúde/Ciência	Celebração descoberta científica Conflito latente: Percevejos X soja Aplicação de	Miguel Borges (pesquisador Embrapa)

		agrotóxicos nas plantações	
Começa o vestibular das sedes para 2014	Esporte	Celebração Seminário que reúne dirigentes da Fifa	Orlando Silva (ministro dos Esportes)

APÊNDICE C

Matéria: **Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil** (Cotidiano)

Data: 22/09/2008 (segunda-feira)

1. Fátima Bernardes	CAB	1. O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgou hoje um estudo que mostra a velocidade da redução da pobreza no país. A melhoria da renda levou quase 14 milhões de brasileiros a mudar de faixa social.
2. Entra OFF repórter Entra imagens: Edilde transita pelo lugar onde vende balas e doces para aumentar a renda da família.	OFF	2. O espaço é bem pequeno, mas aqui Dona Edilde, de Aracaju, aumentou a renda da família vendendo balas e doces.
3. Entra SON Entra créditos: Edilde Santana (comerciante) Cenário: Venda de Edilde.	SON	3. Hoje eu tenho um dinheirinho extra que pode comprar um queijinho a mais, para comer uma lasanha.
4. Entra OFF repórter Entra arte Entra imagens: casas em morro. Entra infográfico	OFF	4. Segundo o estudo do Ipea, entre 2001 e 2007, o crescimento anual da renda dos mais pobres foi de 7%, quase três vezes maior que a média nacional. Movimento que fez cair o número de pessoas extremamente pobres, que, para o instituto, são aquelas que vivem com menos de R\$ 87 por mês. Esses números foram puxando outros, como os que medem a desigualdade. O índice atingiu o menor nível da história.
5. Entra PAS repórter Entra créditos: Hélder Duarte (Rio de Janeiro) Cenário: casas em morro.	PAS	5. Os pesquisadores do Ipea consideram acelerado o ritmo de queda da concentração de renda, mas o Brasil ainda tem que vencer um grande desafio. Apesar do bom resultado, permanecemos na lista dos países com maior grau de desigualdade no mundo.

<p>6. Entra ENT.</p> <p>Entra créditos: Ricardo Paes de Barros (pesquisador do Ipea)</p>	<p>ENT</p>	<p>6. A má notícia talvez é de que a gente vai precisar de uma queda dessa por mais 18 anos para chegar num nível de desigualdade comparável a do resto da humanidade. Mas mais importante do que essa queda rápida, acelerada é o fato de que ela é consistente e persistente</p>
<p>7. Entra OFF</p> <p>Entra arte</p> <p>Entra imagens: cenário de seca no Nordeste.</p> <p>Entra imagens: família Araújo (pai, mãe e filha) assistindo tv (novela Global) na sala de uma casa.</p>	<p>OFF</p>	<p>7. O Ipea dividiu o país em três classes de rendimento familiar: a mais baixa vai até R\$ 545 por mês, a intermediária, até R\$ 1.350 e a alta a partir desse valor. O instituto concluiu que quase 14 milhões de brasileiros mudaram de faixa social entre 2001 e 2007. A maioria passou do grupo de renda baixa para média. Outra parte subiu de renda média para alta.</p> <p>Melhoras registradas em todas as regiões, mas o Nordeste ainda tem quase metade da população na faixa de menor rendimento. No Sul e no Sudeste, esses índices são bem menores.</p> <p>Em São Gonçalo, no Rio, muita coisa mudou para a família Araújo depois que a filha mais velha conseguiu um emprego com carteira assinada.</p>
<p>8. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Fátima Araújo (cozinheira)</p> <p>Cenário: sala da família.</p>	<p>SON</p>	<p>8. Agora a gente já sai para almoçar fora sem medo. Antes a gente ficava com medo, pensando que aquele dinheiro fosse fazer falta para outras coisas, no meio do mês, até chegar o próximo salário. Mas agora não, está tudo mais tranquilo</p>

Matéria: **IBGE: avanços sociais e problemas na educação** (Cotidiano)

Data: 24/09/08

<p>1. Fátima Bernardes</p>	<p>CAB</p>	<p>1. O IBGE divulgou nesta quarta uma análise</p>
--------------------------------	-------------------	--------------------------------------------------------

		das condições de vida dos brasileiros em 2007. A pesquisa mostrou avanços na área social, mas a qualidade da educação está prejudicando milhões de alunos.
<p>2. Entra OFF repórter (Mônica Teixeira)</p> <p>Entra imagens: um casal no interior de uma casa, uma mulher com o filho no colo e outro ao seu lado, uma menina com um livro nas mãos.</p> <p>Entra arte com imagens dos personagens apresentados anteriormente.</p> <p>Entra imagens: a imagem de Seu Jaime e Dona Marlene volta a ocupar a tela inteira.</p>	OFF	<p>2. Seu Jaime e Dona Marlene. Ana Lúcia e a estudante do Nordeste.</p> <p>As histórias desses brasileiros ajudam a mostrar como estão as condições de vida da população.</p> <p>As aposentadorias de Seu Jaime e Dona Marlene somam R\$ 1,1 mil. O dinheiro de uma vida inteira de trabalho hoje sustenta a nova geração da família: filhos e netos.</p>
<p>3. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Jaime Rodrigues (aposentado)</p> <p>Cenário: Seu Jaime e sua esposa, aparentemente, na casa do casal. Estante com tv ao fundo.</p>	SON	<p>3. Comida, luz, água...</p> <p>Mulher: "... remédio".</p> <p>Remédio.</p> <p>Repórter: "E sobra o que?"</p> <p>Sobra nada.</p>
<p>4. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: idosos jogando cartas no que parece ser uma praça.</p> <p>Entra arte de reforço das porcentagens apresentadas em OFF do repórter.</p> <p>Entra imagens: idosos sentados em uma praça, um lê livro, outro está de costas. Entra letreiro explicativo. Entra imagens: idoso de costas sentado em banco de praça, idoso caminhando,</p>	OFF	<p>4. Mais aposentados tiveram que assumir essa responsabilidade nos últimos anos. Em 53% dos lares com idosos, eles pagam a maior parte das contas.</p> <p>E o número de idosos aumenta, junto com a expectativa de vida. De 97 para 2007, os brasileiros ganharam 3,4 anos a mais.</p>

<p>Entra imagens: crianças brincando em área externa, do que parece ser um bairro pobre. Entra leiteiro ilustrativo dos números apresentados em OFF. Entra imagem de mulher com balde nas mãos, em cenário de seca e pobreza.</p> <p>Entra imagens: volta infográfico em que aparecem imagens dos personagens apresentados inicialmente, dessa vez para destacar Ana Lúcia Oliveira, com a filha no colo.</p>		<p>A pobreza diminuiu nesse mesmo período. A porcentagem de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo caiu de 31% para 23%.</p> <p>Mas Ana Lúcia nem salário tem. Com duas filhas pequenas e nenhuma vaga na creche do bairro, como conseguir emprego?</p>
<p>5. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Ana Lúcia Oliveira (desempregada)</p> <p>Cenário: em área externa de uma construção, com a filha no colo.</p>	SON	<p>5. Nesse meio tempo, a gente fica sem trabalhar, as crianças precisam das coisas e a gente não tem como arrumar as coisas para eles sem trabalhar, né?</p>
<p>6. Entra OFF repórter</p> <p>Entra arte como reforço aos dados apresentados.</p>	OFF	<p>6. Apenas 17% das crianças com até três anos vão à creche no Brasil. O acesso é maior para quem ganha mais.</p>
<p>7. Entra PAS</p> <p>Entra créditos: Mônica Teixeira (Rio de Janeiro)</p> <p>Cenário: crianças brincando em escola.</p>	PAS	<p>7. Quando as crianças chegam à idade escolar, surge um outro problema. O acesso ao ensino fundamental já está praticamente resolvido no Brasil, mas o que ainda precisa melhorar é a qualidade da educação. São muitas as crianças que não sabem ler e escrever. E o que surpreende, a grande maioria delas está na escola.</p>
<p>8. Entra OFF repórter</p> <p>Entra arte de reforço dos números apresentados</p>	OFF	<p>8. 1,3 milhão crianças, entre 8 e 14 anos, são analfabetas. E um 1,1 milhão freqüentam a sala de aula.</p>
<p>7. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Maria do Pilar Lacerda, (sec. Ed. Básica do MEC)</p> <p>Cenário: parte externa do Ministério</p>	SON	<p>7. Vamos abaixar esse número com certeza por todo o processo que o país está fazendo, mas se tiver dez, essas dez têm que ser o foco do nosso trabalho.</p>

da Educação (DF)		
<p>8. Entra OFF repórter</p> <p>Entra arte de reforço aos números apresentados.</p> <p>Volta arte em que aparecem imagens dos personagens apresentados inicialmente, dessa vez para destacar a estudante do Nordeste.</p>	OFF	<p>8. Na universidade, o número de brancos dobrou e o de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE, mais que triplicou em uma década.</p> <p>Para chegar à faculdade, o caminho ainda é longo para esta estudante do Nordeste. Aos dez anos, na primeira série, ela ainda não sabe escrever o próprio nome. O que mais quer é aprender a decifrar o mistério das letras.</p> <p>“Eu quero ler para ‘mim’ ler um livro como este”.</p>

Matéria: **IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente** (Cotidiano)

Data: 24/09/08

<p>1. William Bonner</p>	CAB	<p>1. A pesquisa do IBGE também mostra uma mudança profunda nas famílias brasileiras, mas principalmente em relação ao número de filhos.</p>
<p>2. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: José Carlos e Eusébia com os filhos, posando para a câmera. Os dois sentados, os filhos em pé. Câmera em José Carlos. Depois, câmera em Eusébia, que ri. Estão na varanda de uma casa.</p> <p>Pose familiar típica em fotos antigas.</p>	OFF	<p>2. Trinta e oito anos de casamento. José Carlos e Eusébia queriam ajuda para tocar o trabalho na roça, tiveram 22 filhos.</p>
<p>3. Entra SON</p> <p>Entra créditos: José Carlos Cruz (agricultor)</p> <p>Cenário: José Carlos sentado e filhos atrás.</p>	SON	<p>3. A pessoa com muitos filhos, vai fazer um serviço, um vai fazer, outro vai fazer, e o camarada fica tranquilo.</p>

<p>4. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: Eusébia com uma folha nas mãos, folha com o nome e data de nascimento dos filhos, filhos.</p>	OFF	<p>4. Ela teve que anotar numa folha o nome e a data de nascimento de cada um e garante que, se fosse hoje, o número de filhos seria bem menor.</p>
<p>5. Entra SON</p> <p>(sem créditos)</p> <p>Cenário: Eusébia sentada e filhos atrás.</p>	SON	<p>5. No máximo, dois ou três, só.</p>
<p>6. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: casa onde moram José Carlos, Eusébia e filhos em plano aberto, dois homens (possivelmente dois dos filhos do casal) tostando farinha em tachos, pessoas andando em rua de uma cidade.</p> <p>Entra arte de reforço dos números apresentados.</p> <p>Entra imagens: mulheres em ponto de ônibus, depois, jovem em primeiro plano, idosos em segundo plano.</p>	OFF	<p>6. Os filhos mais velhos partiram em busca de emprego. A mesma situação ocorreu com milhões de brasileiros desde a década de 70. A migração mudou o comportamento dos casais. O número de famílias grandes, com muitos filhos, começou a diminuir e continua em queda, como mostra a pesquisa divulgada hoje pelo IBGE.</p> <p>Em 1970, as famílias tinham, em média, seis filhos. Em 1999, o número caiu para 2,3. Agora as mulheres têm menos de dois filhos.</p> <p>E com a fecundidade em baixa, o IBGE estima que dentro de 30 anos, o Brasil terá um idoso para cada jovem de dez a 14 anos.</p>
<p>7. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Joilson Rodrigues (IBGE – BA)</p>	SON	<p>7. O nosso país vai sair da condição de um país jovem para a de um país em franco envelhecimento.</p>
<p>8. Entra PAS</p> <p>Entra créditos: Giacom Mancini (Salvador)</p> <p>Cenário: ruas de uma cidade</p>	PAS	<p>8. A pesquisa mostra que o foco dos casais está centrado hoje principalmente no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e que exige cada vez mais dedicação. Muitas famílias fazem a opção de ter um, no máximo dois filhos, ou então de não ter nenhum.</p>

9. Entra OFF do repórter Entra imagens: casal e filha sentados em sofá, dentro de casa. A filha segura uma boneca.	OFF	9. Esse era o desejo de Daniel e Andréia. Eles mudaram de opinião, mas Pietra vai ser filha única.
10. Entra SON Entra créditos: Daniel Mattos (fonoaudiólogo)	SON	10. A gente pára nela e foca nela para dar a ela as melhores chances que ela possa ter pro futuro.

Matéria: **Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos** (Cotidiano)

Data: 26/09/08 (sexta-feira)

1. William Bonner	CAB	1. Nesta semana, o Brasil conheceu os novos números da educação e, entre as maiores preocupações despertadas por eles, está o analfabetismo de adultos.
2. Entra imagens: mulher tenta soletrar o nome. Entra OFF repórter Entra imagens: mulher sentada em sofá, com um caderno nas mãos.		2. Nem o nome, Elina consegue soletrar direito. Na infância, ela trocou a escola pelo trabalho na roça, mas na cidade descobriu como é difícil viver sem as letras.
3. Entra SON Entra créditos: Elina de Paiva (dona de casa) Cenário: mulher sentada, em plano médio, dentro de casa.	SON	3. Para onde você for, tem que ter alguém contigo, igual cego.
4. Entra OFF repórter Entra arte explicativo dos números	OFF	4. Dos 14 milhões de analfabetos do Brasil, a maioria, 76%, têm mais de 40 anos. São quase 11 milhões de pessoas.

apresentados.		
<p>5. Entra PAS</p> <p>Entra créditos: Mônica Teixeira (Rio de Janeiro)</p> <p>Cenário: repórter na casa de uma mulher, que tenta escrever em um caderno, sentada no sofá, enquanto a repórter, em pé, um pouco à frente da mulher, apresenta seu texto.</p>	PAS	<p>5. Mas esses brasileiros, analfabetos com mais de 40 anos, são minoria nos cursos de alfabetização de jovens e adultos: apenas 23%. A vontade de aprender é grande, mas para chegar até a sala de aula, eles enfrentam outros problemas. Para Vera e para várias pessoas dessa comunidade, por exemplo, o sonho de aprender a ler e a escrever ainda está longe, porque não existe nenhuma escola por perto.</p>
<p>6. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Vera Lúcia Coelho (dona de casa)</p> <p>Cenário: sala de uma casa, a personagem sentada no sofá, em plano médio.</p>	SON	<p>6. Falta uma escola aqui perto. A hora que tiver escola aqui perto, creio que não vou sair da escola, vou aprender mesmo.</p>
<p>7. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: sala de aula,</p> <p>OBS: indicação do próximo personagem a ter voz, ênfase da voz na expressão “cinco vezes”.</p>	OFF	<p>7. Para esta turma de Copacabana, a sala de aula estava próxima. Mesmo assim, Celso interrompeu os estudos cinco vezes.</p>
<p>8. Entra SON</p> <p>Sem créditos.</p> <p>Cenário: sala de aula, Celso sentado em carteira.</p>	SON	<p>8. Eu tive sempre que trabalhar, não tinha como me manter e tinha que enfrentar o dia-a-dia.</p>
<p>9. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: professora em sala de aula, diante do quadro “negro”.</p>	OFF	<p>9. Manter os alunos na turma é um desafio para a professora. Dos 58 matriculados, 13 já saíram.</p>

<p>10. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Sandra Maria Guimarães (professora)</p> <p>Cenário: Sandra sentada em carteira na sala de aula, alunos ao fundo, concentrados na lição.</p>	SON	<p>10. As dificuldades geralmente são as mesmas: trabalhar o dia todo, falta de tempo, cansaço e vontade de aprender.</p>
<p>11. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: mulher sentada em primeiro plano, câmera filmando de baixo para cima, parede de tijolos ao fundo, com arco de passagem.</p>	OFF	<p>11. Para esta educadora, a escola precisa se adaptar a estes alunos.</p>
<p>12. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Denise Cordeiro (educadora Uerj)</p> <p>Cenário: Denise sentada em primeiro plano, parede de tijolos ao fundo, com arco de passagem.</p>	SON	<p>12. Que a escola abarcasse mais essa cultura popular, essas experiências que os sujeitos têm. Eu preciso ler para poder escrever um bilhete, eu preciso ler que eu quero ter acesso à bíblia, a linguagem da escola precisa se modificar para atender a esse público.</p>
<p>13. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: Dona Edir arrumando livros em estante, imagens da casa, Dona Edir conversando com repórter, cartaz ao fundo.</p>	OFF	<p>13. Dona Edir quer construir, na própria casa, o curso de alfabetização que não existe na comunidade. E ela mesma faz questão de ensinar.</p>
<p>14. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Edir Teixeira (líder comunitária)</p> <p>Cenário: estante de livros ao fundo.</p>	SON	<p>14. As pessoas precisam ser alfabetizadas, porque através da alfabetização eles ficam libertos.</p>

Matéria: **Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas** (Economia)

Data: 27/09/08 (sábado)

1. William Waack	CAB	1. O número de brasileiros que não conseguem pagar as contas em dia aumentou e está batendo recorde. Ainda assim, sobra crédito para o consumidor.
2. Entra OFF repórter Entra imagens: Vanda trabalhando em salão de beleza.	OFF	2. Vanda não nega que está em dívida, mas pagar...
3. Entra SON Entra créditos: Vanda Maria de Souza (manicure) Cenário: Vanda em salão de beleza.	SON	3. Hoje não, mas eu pretendo pagar. Assim que eu puder, vou pagar. Vou parcelar e vou pagar.
4. Entra OFF repórter Entra imagens: salão de beleza onde Vanda trabalha.	OFF	4. Parcelando. Foi assim que as contas da manicure entraram no vermelho.
5. Entra SON Sem repetição de créditos	SON	5. Repórter: “O que você comprou no impulso?” Ah, eu comprei roupa e sapato... um computador, eu comprei, deixa eu ver o que mais, materiais de construção para construir a minha casa.
6. Entra OFF repórter Entra imagens: pessoas vendo vitrines em shopping center, carregando sacola de compras Entra infográfico com número da inadimplência.	OFF	6. As contas fora de controle aumentaram no país. De acordo com o Banco Central, a inadimplência chegou a 7,5% em agosto, o maior o índice desde fevereiro de 2007.
7. Entra PAS	PAS	7. Mas a elevação na taxa de endividamento

<p>Entra créditos: Renato Biazzi (São Paulo)</p> <p>Cenário: shopping center</p>		<p>parece não preocupar as instituições financeiras que continuam dispostas a financiar o consumo. Apesar das incertezas quanto aos efeitos da crise na economia dos Estados Unidos, o crédito no varejo está aumentando e até o final do ano deve chegar a 40% do PIB brasileiro ou pouco mais de R\$ 1 trilhão.</p>
<p>8. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: homem em escritório, digitando em notebook.</p>	OFF	<p>8. Para este professor, o aumento da inadimplência não oferece risco à economia do país.</p>
<p>9. Entra SON</p> <p>Entra créditos: William Weid (professor de economia – FGV)</p> <p>Cenário: escritório, diante de estante de livros.</p>	SON	<p>9. A gente não vislumbra a perspectiva de um banco quebrar, de uma financeira quebrar, de uma loja quebrar. Não é isso. O problema é que as pessoas vão passando mais necessidade, porque elas quebram.</p>
<p>10. Entra OFF repórter.</p> <p>Entra imagens: pessoas em compra, com cartão de crédito, acessando o cartão em carteira.</p> <p>Entra infográfico ilustrativo das porcentagens apresentadas, junto com as imagens.</p> <p>Entra imagens: mulher trabalhando em salão de beleza</p>	OFF	<p>10. O horizonte para os devedores não é nada bom. Os juros do cheque especial subiram e chegaram a 8,51%, em média, ao mês. A taxa para empréstimos pessoais seguiu a tendência: em agosto ficou em 3,69%.</p> <p>Lana já entrou no cheque especial, pegou empréstimo, mas ainda faz a via crucis de quem está com o nome sujo na praça. Hoje negocia o pagamento de uma dívida que carrega há dois anos para sair da lista dos devedores.</p>
<p>11. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Lana Rodrigues de Souza (cabeleireira)</p> <p>Cenário: salão de beleza.</p>	SON	<p>11. Eu acho que a melhor coisa que a gente tem na face da terra é o nome da gente, né? Porque se você não tiver o seu nome limpo, você não faz nada, onde você vai você não consegue fazer nada.</p>

Matéria: **Falta qualificação ao trabalhador brasileiro** (Cultura/Comportamento)

Data: 27/09/08 (sábado)

<p>1. Heraldo Pereira</p>	<p>CAB</p>	<p>1. Mesmo com o aumento da oferta de emprego, ainda falta trabalho para muita gente. Os novos cursos de treinamento profissional estão descobrindo que é preciso ensinar até as matérias mais básicas.</p>
<p>2. Entra OFF repórter</p> <p>Entra imagens: pessoas em fila de emprego, em posto de atendimento ao trabalhador.</p> <p>Entra imagens: Valdenice em posto de atendimento, com carteira de trabalho e documentos em mãos. Ela espera o atendimento sentada em um banco, impaciente.</p>	<p>OFF</p>	<p>2. Não há vagas, para quem não tem estudo. Esta é a lição da fila do emprego. A economia vai bem, as empresas oferecem trabalho com carteira assinada, mas quem tem pouca escolaridade fica fora da disputa.</p> <p>A faxineira Valdenice está de novo num posto de atendimento ao trabalhador. Ela sonha com um emprego fixo de doméstica, mas não consegue porque não saber ler nem escrever.</p>
<p>3. Entra SON</p> <p>Entra créditos: Valdenice Coelho (faxineira)</p> <p>Cenário: posto de atendimento</p>	<p>SON</p>	<p>3. Tem umas que num quer, porque tem que anotar as coisas, né? Telefone, essas coisas, né? E é difícil.</p>
<p>4. Entra PAS</p> <p>Entra créditos: César Menezes (São Paulo)</p> <p>Cenário: posto de atendimento</p>	<p>PAS</p>	<p>4. No ano passado, os postos de atendimento de São Paulo encaminharam mais de um milhão de trabalhadores para 400 mil oportunidades de emprego. Era para faltar vagas, mas nem a metade foi preenchida. O que faltou foram candidatos com escolaridade mínima exigida pelas empresas.</p>
<p>5. Entra OFF repórter</p> <p>Entra arte com porcentagem sobre o número de vagas ofertadas.</p> <p>Entra imagens: sala de aula de um</p>	<p>OFF</p>	<p>5. 65% das vagas que exigem menos especialização não foram preenchidas porque os interessados não completaram o ensino básico.</p>

curso de profissionalização.		O diagnóstico provocou uma mudança nos programas de capacitação no estado. Agora, nos cursos de profissionalização, metade da carga horária é ocupada com aulas de matemática, português e conhecimentos gerais.
6. Entra SON Entra créditos: Juan Sanchez (coord. de política de emprego – SP) Cenário: área interna de um prédio.	SON	6. O desenvolvimento desse conteúdo é fundamental para que eles possam, depois, aprender as ocupações necessárias para o mercado de trabalho.
7. Entra OFF repórter Entra imagens: sala de aula de curso de profissionalização.	OFF	7. Essa turma aprendeu logo que voltar aos bancos de escola é uma nova chance na vida.
8. Entra SON Entra créditos: Marcos Lopes (garimpeiro) Cenário: sala de aula de curso de profissionalização.	SON	8. Eu estou me sentindo melhor até para me expressar, estou aprendendo a interagir, conversar.
9. Entra SON Entra créditos: Simone Cassemira (auxiliar de produção) Cenário: sala de aula de curso de profissionalização.	SON	9. O conhecimento que a gente está tendo aqui é fundamental para a gente sair lá fora e lutar pelo o nosso ideal.

APÊNDICE D (INTERTEXTUALIDADE)

Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
Edilde Santana <i>(comerciante)</i>	Ipea (4) <i>OFF repórter: “Segundo estudo do Ipea...”</i> . <i>OFF repórter: “Os pesquisadores do Ipea consideram que...”</i> . <i>OFF repórter: “O Ipea dividiu...”</i> . <i>OFF repórter: “O instituto concluiu...”</i> .
Ricardo Paes de Barros <i>(pesquisador do Ipea)</i>	
Fátima Araújo <i>(cozinheira)</i>	
IBGE: avanços sociais e problemas na educação	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
Jaime Rodrigues <i>(aposentado)</i>	IBGE <i>CAB: “O IBGE divulgou nesta quarta uma análise das condições de vida dos brasileiros em 2007”</i> .
Dona Marlene <i>(sem créditos)</i>	Estudando do Nordeste <i>OFF repórter: “O que mais quer é aprender a decifrar o mistério das letras”</i> .
Ana Lúcia Oliveira <i>(desempregada)</i>	
Maria do Pilar Lacerda <i>(sec. Ed. Básica do MEC)</i>	

Estudante do Nordeste <i>(sem créditos, referenciada na fala do repórter).</i>	
IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
José Carlos Cruz <i>(agricultor)</i>	Pesquisa IBGE (3) <i>CAB: “A pesquisa do IBGE também mostra...”.</i> <i>OFF repórter: “Como mostra a pesquisa divulgada hoje pelo IBGE...”.</i> <i>OFF repórter: “A pesquisa mostra que...”.</i>
Eusébia <i>(sem créditos, referenciada na fala do repórter).</i>	Eusébia <i>OFF repórter: “Ela (...) garante que se fosse hoje o número de filhos seria bem menor”.</i>
Joilson Rodrigues <i>(IBGE – BA)</i>	IBGE <i>OFF repórter: “... o IBGE estima que dentro de 30 anos...”.</i>
Daniel Mattos <i>(fonoaudiólogo)</i>	Daniel e Andréia <i>OFF repórter: “Esse era o desejo de Daniel e Andréia. Eles mudaram de opinião, mas Pietra vai ser filha única”.</i>
Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
Elina de Paiva <i>(dona de casa)</i>	Brasil <i>CAB: “... o <u>Brasil</u> conheceu os novos números da educação...”.</i>
Vera Lúcia Coelho	Elina

<i>(dona de casa)</i>	<i>OFF repórter: “Na infância, <u>ela</u> trocou a escola pelo trabalho na roça, mas na cidade <u>descobriu</u> como é difícil viver sem as letras”.</i>
Celso <i>(sem créditos, referenciado na fala da repórter)</i>	Brasileiros <i>OFF repórter: “Mas <u>esses brasileiros</u>, analfabetos com mais de 40 anos, são minoria nos cursos de alfabetização de jovens e adultos: apenas 23%. <u>A vontade de aprender é grande</u>, mas para chegar até a sala de aula, eles enfrentam outros problemas”.</i>
Sandra Maria Guimarães <i>(professora)</i>	Educadora <i>OFF repórter: “<u>Para esta educadora</u>, a escola precisa se adaptar a estes alunos”.</i>
Denise Cordeiro <i>(educadora Uerj)</i>	Dona Edir <i>OFF repórter: “<u>Dona Edir quer construir</u>, na própria casa, o curso de alfabetização que não existe na comunidade”.</i>
Edir Teixeira <i>(líder comunitária)</i>	
Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
Vanda Maria de Souza <i>(manicure)</i>	Vanda <i>OFF: “<u>Vanda não nega</u> que está em dívida, mas pagar...”.</i>
William Weid <i>(professor de economia – FGV)</i>	Banco Central <i>OFF: “<u>De acordo com o Banco Central</u>, a inadimplência...”.</i>
Lana Rodrigues de Souza <i>(cabeleireira)</i>	Instituições financeiras <i>OFF: “Mas a elevação na taxa de endividamento parece não preocupar as <u>instituições financeiras</u>, que <u>continuam dispostas</u> a financiar o consumo”.</i>

	Professor <i>OFF: “Para este professor, o aumento da inadimplência não oferece risco à economia do país”.</i>
Falta qualificação ao trabalhador brasileiro	
DISCURSO DIRETO	DISCURSO INDIRETO
Valdenice Coelho <i>(faxineira)</i>	Valdenice <i>OFF repórter: “A faxineira Valdenice está de novo num posto de atendimento ao trabalhador. Ela sonha com um emprego fixo de doméstica, mas não consegue porque não saber ler nem escrever”.</i>
Juan Sanchez <i>(coord. de política de emprego – SP)</i>	Fila do emprego <i>OFF repórter: “Não há vagas, para quem não tem estudo. Esta é a lição da fila do emprego”.</i>
Marcos Lopes <i>(garimpeiro)</i>	Turma <i>OFF repórter: “Essa turma aprendeu logo que voltar aos bancos de escola é uma nova chance na vida”.</i>
Simone Cassemira <i>(auxiliar de produção)</i>	

APÊNDICE E (REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS)

Pesquisa mostra a redução da pobreza no Brasil				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/ AUTONOMIZAÇÃO	COLETIVIZAÇÃO
Edilde Santana <i>(comerciante)</i>	Dona Edilde <i>(“...Dona Edilde, de Aracaju, aumentou a renda familiar vendendo balas e doces”).</i>	14 milhões de brasileiros (2) CAB: “A melhoria da renda levou <u>14 milhões de brasileiros</u> a mudar de faixa social”. OFF repórter: “ <u>14 milhões de brasileiros</u> mudaram de faixa social...”.	Estudo do Ipea (2) <i>(“um estudo que mostra a velocidade da redução da pobreza no país”)</i> <i>(“Segundo o estudo do Ipea, entre 2001 e 2007, o crescimento anual da renda dos mais pobres foi de 7%, quase três vezes maior que a média nacional.”)</i>	Brasileiros (2) CAB: “A melhoria da renda levou <u>14 milhões de brasileiros</u> a mudar de faixa social”. OFF: “ <u>14 milhões de brasileiros</u> mudaram de faixa social...”.
Ricardo Paes de Barros <i>(pesquisador do Ipea)</i>	Instituto (2) <i>(“Movimento que fez cair o número de pessoas extremamente pobres, que, para o <u>instituto</u>, são aquelas que vivem com menos de R\$ 87 por mês”).</i> <i>(“O <u>Instituto</u> concluiu que quase 14 milhões de brasileiros</i>	Maioria OFF repórter: “ <u>14 milhões de brasileiros</u> mudaram de faixa social entre 2001 e 2007. A <u>maioria</u> passou do grupo de renda baixa para média...”.		Mais pobres OFF: “... o crescimento anual da renda dos <u>mais pobres</u> ...”.

	<i>mudaram de faixa social entre 2001 e 2007.... ”).</i>			
Fátima Araújo (cozinheira)	Ipea (1) <i>(“O Ipea dividiu o país em três classes... ”).</i>			Pessoas extremamente pobres <i>OFF: “... Movimento que fez cair o número de <u>pessoas extremamente pobres...</u>”.</i>
				Pesquisadores do Ipea <i>OFF: “Os <u>pesquisadores do Ipea</u> consideram acelerado o ritmo de queda da concentração de renda”.</i>
				Brasil <i>OFF: “... mas o <u>Brasil</u> ainda tem que vencer um grande desafio”.</i>
				Família Araújo <i>OFF: “... muita coisa mudou para a família Araújo depois que a filha mais velha... ”.</i>

IBGE: avanços sociais e problemas na educação				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/ AUTONOMIZAÇÃO	COLETIVIZ AÇÃO
Jaime Rodrigues (aposentado)	IBGE (2) ("Na universidade, o número de brancos dobrou e o de pretos e pardos, segundo a classificação do <u>IBGE</u> , mais que triplicou em uma década.")	Milhões de alunos CAB: "... a qualidade da educação esta prejudicando <u>milhões de alunos</u> ."		Brasileiros (3) CAB: "... uma análise das condições de vida dos <u>brasileiros em 2007</u> ". OFF: "... a história desses <u>brasileiros ajuda a mostrar...</u> ". OFF: "... os <u>brasileiros ganharam 3,4 anos a mais</u> ".
Ana Lúcia Oliveira (desempregada)	Seu Jaime (2) ("Seu Jaime e Dona Marlene. Ana Lúcia e a estudante do Nordeste.") ("As aposentadorias de <u>Seu Jaime e Dona Marlene somam R\$ 1,1 mil...</u> ").	17% das crianças OFF: "Apenas <u>17% das crianças com até três anos...</u> ".		População OFF: "... as condições de vida da população".
Maria do Pilar Lacerda (sec. Ed. Básica do MEC)	D. Marlene (2) ("Seu Jaime e Dona Marlene. Ana Lúcia e a estudante do Nordeste.")	1,3 milhão de crianças OFF: " <u>1,3 milhão de crianças, entre 8 e 14</u> ".		Aposentados OFF: "Mais aposentados tiveram que assumir...".

	<p>(“As aposentadorias de Seu Jaime e <u>Dona Marlene</u> somam R\$ 1,1 mil...”).</p>	<p>anos, são analfabetas”.</p>		
	<p>Ana Lúcia (2)</p> <p>(“Seu Jaime e Dona Marlene. <u>Ana Lúcia</u> e a estudante do Nordeste.”)</p> <p>(“Mas <u>Ana Lúcia</u> nem salário tem...”).</p>	<p>1,1 milhão de crianças</p> <p>OFF: “E <u>1,1 milhão</u> freqüentam a sala de aula”.</p>		<p>Idosos (2)</p> <p>OFF: “Em 53% dos lares com idosos...”.</p> <p>OFF: “... e o número de idosos aumenta...”.</p>
	<p>Estudante do Nordeste (2)</p> <p>(“Seu Jaime e Dona Marlene. <u>Ana Lúcia</u> e a estudante do <u>Nordeste</u>.”)</p> <p>(“Para chegar à faculdade, o caminho ainda é longo para esta estudante do <u>Nordeste</u>”).</p>	<p>Número de brancos e números de pardos.</p> <p>OFF: “Na universidade, o número de <u>brancos</u> dobrou e o de <u>pretos e pardos</u> (...) <u>mais que triplicou</u>”.</p>		<p>Famílias</p> <p>OFF: “A porcentagem de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo caiu de 31% para 23%.”</p>
				<p>Crianças (3)</p> <p>OFF: “Apenas 17% das crianças...”.</p> <p>OFF: “Quando as crianças chegam à</p>

				idade escolar...”. <i>OFF: “... 1,3 milhão de crianças, entre 8 e 14 anos, são analfabetas”.</i>
				Muitas crianças <i>OFF: “São <u>muitas crianças</u> que não sabem ler nem escrever...”.</i>
				A grande maioria (crianças) <i>OFF: “... a <u>grande maioria delas</u> está na escola”.</i>
IBGE: famílias brasileiras mudam profundamente				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/AUTONOMIZAÇÃO	COLETIVIZAÇÃO
José Carlos Cruz <i>(agricultor)</i>	José Carlos <i>(“<u>José Carlos e Eusébia</u> queriam ajuda para tocar o trabalho na roça, tiveram 22 filhos”)</i>	OFF repórter: <i>“A mesma situação ocorreu com <u>milhões de brasileiros...</u>”</i>	Pesquisa (3) <i>CAB: “A <u>pesquisa do IBGE</u> também mostra uma mudança profunda nas famílias brasileiras...”.</i> <i>OFF repórter: “O número de famílias grandes, com muitos filhos, começou a diminuir e continua</i>	Famílias brasileiras <i>PAS: “... mudança profunda nas <u>famílias brasileiras...</u>”.</i>

			<p><i>em queda, como mostra a <u>pesquisa</u> divulgada hoje pelo IBGE.”</i></p> <p>OFF repórter: <i>“A <u>pesquisa</u> mostra que...”</i></p>	
<p>Joilson Rodrigues <i>(IBGE – BA)</i></p>	<p>Eusébia <i>(“José Carlos e Eusébia queriam ajuda para tocar o trabalho na roça, tiveram 22 filhos”).</i></p>			<p>Brasileiros</p> <p>OFF: <i>“... A mesma situação ocorreu com milhões de <u>brasileiros...</u>”</i>.</p>
<p>Daniel Mattos <i>(fonoaudiólogo)</i></p>	<p>IBGE <i>(“O número de famílias grandes, com muitos filhos, começou a diminuir e continua em queda, como mostra a <u>pesquisa</u> divulgada hoje pelo IBGE.”)</i></p>			<p>Famílias (3)</p> <p>OFF: <i>“O número de <u>famílias</u> grandes, com muitos filhos, começou a diminuir...”</i>.</p> <p>OFF: <i>“Em 1970, as <u>famílias</u> tinham, em média, seis filhos”</i>.</p> <p>OFF: <i>“Muitas <u>famílias</u> fazem a opção de ter um, no máximo dois filhos, ou então de não ter nenhum”</i>.</p>
	<p>Daniel <i>(“Esse era o desejo de <u>Daniel</u></i></p>			

	<i>e Andréia</i> ”).			
	Andréia (“ <i>Esse era o desejo de Daniel e Andréia</i> ”).			
	Pietra (“ <i>mas Pietra vai ser filha única</i> ”)			
Brasil tem milhões de analfabetos com mais de 40 anos				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/ AUTONOMIZAÇÃ O	COLETIVIZ A-ÇÃO
Elina de Paiva (<i>dona de casa</i>)	Elina (“ <i>Nem o nome, Elina consegue soletrar direito</i> ”).	OFF repórter: “ <i>Dos <u>14 milhões de analfabetos do Brasil</u>, a maioria, <u>76%</u>, têm mais de 40 anos. São quase <u>11 milhões de pessoas</u>”.</i>		Brasil PAS: “... <u>o Brasil</u> conheceu os novos números da educação...”.
Vera Lúcia Coelho (<i>dona de casa</i>)	Vera (“ <i>Para Vera e para várias pessoas dessa comunidade</i> ”).	OFF repórter: “ <i>Mas <u>esses brasileiros</u>, analfabetos com mais de 40 anos, são minoria nos cursos de alfabetização de jovens e adultos: <u>apenas 23%</u>”.</i>		Brasileiros OFF repórter: “... <u>Mas esses brasileiros</u> , analfabetos com mais de quarenta anos...”.

Sandra Maria Guimarães <i>(professora)</i>	Celso <i>(“Mesmo assim, <u>Celso</u> interrompeu os estudos cinco vezes”).</i>			Analfabetos OFF repórter: <i>“...Mas esses brasileiros, <u>analfabetos</u> com mais de quarenta anos...”</i> .
Denise Cordeiro <i>(educadora Uerj)</i>	Professora <i>(“Manter os alunos na turma é um desafio para a <u>professora</u>”).</i>			
Edir Teixeira <i>(líder comunitária)</i>	Educadora <i>(“Para esta <u>educadora</u>, a escola precisa se adaptar a estes alunos”).</i>			
	Dona Edir <i>(“<u>Dona Edir</u> quer construir, na própria casa, o curso de alfabetização que não existe na comunidade”).</i>			
Brasileiros não estão conseguindo pagar as dívidas				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/ AUTONOMIZAÇÃ O	COLETIVIZ A-ÇÃO
Vanda Maria de Souza <i>(manicure)</i>	Vanda <i>(“<u>Vanda</u> não nega que está em dívida, mas pagar...”).</i>	CAB: “O <u>número de brasileiros</u> que não conseguem pagar as contas		Brasileiros CAB: “O <u>número de brasileiros</u> que não

		em dia <u>aumentou e está batendo recorde</u> ".		<i>conseguem pagar as contas em dia aumentou</i> "
William Weid <i>(professor de economia – FGV)</i>	Manicure <i>("Foi assim que as contas da <u>manicure</u> entraram no vermelho")</i> .			Consumidor <i>CAB: "Ainda assim, sobra crédito para o consumidor"</i> .
Lana Rodrigues de Souza <i>(cabeleireira)</i>	Banco Central <i>("De acordo com o <u>Banco Central</u>, a inadimplência...")</i> .			Instituições financeiras <i>OFF: "Mas a elevação na taxa de endividamento parece não preocupar as <u>instituições financeiras</u> que continuam dispostas a financiar o consumo."</i>
	Professor <i>("Para este <u>professor</u>, o aumento da inadimplência não oferece risco à economia do país")</i> .			Devedores (2) <i>OFF: "O horizonte para os <u>devedores</u> não é nada bom"</i> . <i>OFF: "Hoje negocia o pagamento de uma dívida que carrega há dois anos para sair da lista dos <u>devedores</u>"</i> .
	Lana			

	<i>("Lana já entrou no cheque especial...").</i>			
Falta qualificação ao trabalhador brasileiro				
NOMEAÇÃO (créditos)	NOMEAÇÃO (OFF)	AGREGAÇÃO	IMPERSON/ AUTONOMIZAÇÃ O	COLETIVIZ A-ÇÃO
Valdenice Coelho <i>(faxineira)</i>	Faxineira Valdenice <i>("A faxineira Valdenice está de novo num posto de atendimento ao trabalhador").</i>	OFF repórter: <i>"No ano passado, os postos de atendimento de São Paulo encaminharam mais de <u>um milhão de trabalhadores</u> para 400 mil oportunidades de emprego."</i>	OFF repórter: <i>"O diagnóstico provocou mudanças nos programas de capacitação no estado".</i>	Muita gente CAB: <i>"Mesmo com o aumento da oferta de emprego, ainda falta trabalho para <u>muita gente</u>".</i>
Juan Sanchez <i>(coord. de política de emprego – SP)</i>				Quem não tem estudo OFF repórter: <i>"Não há vagas, para <u>quem não tem estudo</u>".</i>
Marcos Lopes <i>(garimpeiro)</i>				Quem tem pouca escolaridade OFF repórter: <i>"... mas <u>quem tem pouca escolaridade</u> fica fora da disputa".</i>
Simone Cassemira <i>(auxiliar de produção)</i>				Trabalhador OFF repórter: <i>"A faxineira Valdenice está de novo num</i>

				<i>posto de atendimento ao <u>trabalhador</u></i> ".
				Trabalhadores <i>OFF repórter:</i> "No ano passado, os postos de atendimento de São Paulo encaminharam mais de um milhão de <u>trabalhadores</u> para 400 mil oportunidades de emprego".
				Candidatos <i>OFF repórter:</i> "O que faltou foram <u>candidatos</u> com escolaridade mínima exigida pelas empresas".
				Interessados <i>OFF repórter:</i> "os <u>interessados</u> não completaram o ensino básico".